

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

MARCIA FERREIRA PINTO BOGONI

**“ENSINAR A SER CIDADÃO”: AS ABORDAGENS DOS DOCENTES
DO PARANÁ NA REVISTA “A ESCOLA” (1906/1910).**

MARCIA FERREIRA PINTO BOGONI

**MARINGÁ
2018**

2018

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**“ENSINAR A SER CIDADÃO”: AS ABORDAGENS DOS DOCENTES
DO PARANÁ NA REVISTA “A ESCOLA” (1906/1910).**

MARCIA FERREIRA PINTO BOGONI

**MARINGÁ
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**“ENSINAR A SER CIDADÃO”: AS ABORDAGENS DOS DOCENTES DO
PARANÁ NA REVISTA “A ESCOLA” (1906/1910).**

Dissertação apresentada por MARCIA FERREIRA PINTO BOGONI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador (a):

Prof^(a). Dr(a).: ELAINE RODRIGUES

MARINGÁ
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)**

B675e Bogoni, Marcia Ferreira Pinto
"Ensinar a ser cidadão": as abordagens dos
docentes do Paraná na revista "A Escola" (1906/1910)
/ Marcia Ferreira Pinto Bogoni. -- Maringá, 2018.
116 f. : il. Color., quadros

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elaine Rodrigues.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Educação - História. 2. Imprensa pedagógica -
Paraná (Estado) - 1906-1910. 3. Revista A Escola -
- Paraná (Estado) - 1906-1910. 4. Formação do
Cidadão. I. Rodrigues, Elaine, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDD 21.ed. 370.98

Mariza Nogami - CRB 9/1569

MARCIA FERREIRA PINTO BOGONI

**“ENSINAR A SER CIDADÃO”: AS ABORDAGENS DOS DOCENTES DO
PARANÁ NA REVISTA “A ESCOLA” (1906/1910).**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr(a). Elaine Rodrigues (Orientador) – UEM

Prof. Dr(a). Magda Sarat – UFGD -Dourados

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa – UEM

Maringá, 24 de Abril de 2018.

Dedico este trabalho a minha família, meu apoio em todos os momentos. Ao meu marido, pelo companheirismo e incentivo. Em especial ao meu filho, que com sua fragilidade, fez-me mais forte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, que não teve a oportunidade de frequentar uma Universidade, mas que sempre me encorajou a ir mais longe.

Agradeço aos professores da Universidade Estadual de Maringá pela dedicação e contribuição em minha formação. Em especial, agradeço ao PPE e aos professores e professoras que contribuíram para o resultado obtido no presente estudo.

Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação, Prof. Dr. Celio Juvenal Costa, Prof.^a Dr^a Magda Sarat e Prof.^a Dr^a Ednéia Regina Rossi, pelas contribuições que enriqueceram a pesquisa.

Em especial, agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Elaine Rodrigues, pela sua dedicação, seriedade e competência.

“O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrario, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior.” (Jean-François Sirinelli).

BOGONI, Marcia Ferreira Pinto. **“ENSINAR A SER CIDADÃO”**: AS ABORDAGENS DOS DOCENTES DO PARANÁ NA REVISTA “A ESCOLA” (1906/1910).nº de folhas (116.) Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: (Elaine Rodrigues). Maringá, 2018.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva investigar como a formação e o ensino do cidadão foram abordados na Revista “A Escola” (1906-1910). O impresso foi lançado no Estado do Paraná, em fevereiro de 1906, por iniciativa do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná, com sede em Curitiba. Selecionamos o recorte temporal de 1906 a 1910, pois, nesse período, o periódico esteve em circulação, mantendo os mesmos membros, não só na diretoria do Grêmio dos Professores, mas também na redação da revista, o que nos remete a uma continuidade do projeto inicial da publicação do periódico. A problemática: com que intuito os professores paranaenses, da região de Curitiba, no início do século XX, ligados ao “Órgão do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná”, mobilizaram-se para a publicação de um periódico? Como abordaram o tema do civismo e qual representação de ensino defendiam? E ainda, como compreenderam a relevância do ensino de civismo nas escolas paranaenses? A pesquisa, tendo como fonte uma Revista, privilegiou os métodos de investigação com Imprensa Pedagógica. O objetivo geral foi verificar como o ensino e a formação dos cidadãos foram abordados na Revista “A Escola”. Os objetivos específicos consistiram em verificar como os professores compreendiam a necessidade da Educação Moral e Cívica, bem como compreender a importância da reformulação do ensino público primário, que foi abordado pela revista, e observar as propostas apresentadas na revista para a melhoria do ensino no Paraná. Como metodologia, o caminho utilizado inicialmente foi de leitura e fichamento da fonte, este processo permitiu definir um recorte temporal e identificar o objeto de estudo, ou seja, o civismo. Identificado nosso objeto, prosseguimos com o trabalho, fazendo a descrição da fonte que ampliou o horizonte de nossa pesquisa. Foram identificadas novas problemáticas e, com isso, traçamos alguns eixos temáticos que se desdobraram em seções. A análise se insere no campo da História Cultural, um campo da historiografia que é trabalhado pelo grupo de estudos Heducultes, tendo como base os conceitos de Representação e Apropriação desenvolvidos por Roger Chartier. Os resultados da sistematização e do trabalho de investigação foram organizados em quatro seções. A primeira seção explorou a revista e as suas redes de sociabilidade, na sequência foi enfatizado como o tema civismo esteve presente nos discursos do periódico. Por último, foram abordadas as propostas apresentadas para as práticas escolares.

Palavras-chave: História da Educação; Formação do Cidadão; Imprensa Pedagógica; Revista A Escola – PR.

BOGONI, Marcia Ferreira Pinto. **"TEACHING TO BE A CITIZEN": THE APPROACHES OF PARANÁ TEACHERS IN THE MAGAZINE "THE SCHOOL" (1906/1910)**. nº of leaves (116.) Dissertation (Master in Education) - State University of Maringá. Advisor: (Elaine Rodrigues). Maringá, 2018.

ABSTRACT

The present research aims to investigate how the formation and the education of the citizen were approached in the magazine "The School" (1906-1910). The form was launched in the State of Paraná in February 1906, at the initiative of the Curitiba Public Teachers' Guild. We selected the temporal cut from 1906 to 1910, since during that period the journal was in circulation, keeping the same members, not only in the board of the Teachers Guild, but also in the writing of the magazine, which refers to a continuity of the project the publication of the journal. The problem: with what purpose did the Paraná teachers, from the Curitiba region, at the beginning of the 20th century, linked to the "Organ of the Guild of Public Teachers of Paraná" mobilize for the publication of a periodical? How did they address the issue of civility and what teaching representation did they advocate? And yet, how did they understand the relevance of civic education in the schools of Paraná? The research, having as source a Magazine, privileged the methods of investigation with Pedagogical Press. The general objective was to verify how the education and training of citizens was approached in the magazine "The School". The specific objectives were to verify how teachers understood the need for Moral and Civic Education, as well as to understand the importance of the reformulation of primary public education, which was addressed by the journal, and to observe the proposals presented in the journal for the improvement of teaching in Paraná. As a methodology, the path used initially was to read and write the source, this process allowed to define a temporal cut and identify the object of study, that is, civism. Identified our object, we proceed with the work, making the description of the source that extended the horizon of our research. New problems were identified and, with this, we drew up some thematic axes that unfolded in sections. The analysis is part of the field of Cultural History, a field of historiography that is worked by the Heducultes study group, based on the concepts of Representation and Ownership developed by Roger Chartier. The results of systematization and research work were organized into four sections. The first section explored the journal and its sociability networks, following which emphasis was placed on how civicism was present in the journal's speeches. Finally, the proposals presented for school practices were addressed.

Key words: History of Education; Formation of the Citizen; Pedagogical Press; A School Magazine - PR.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2.“A ESCOLA”: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO PARANÁ.....	19
2.1 A Revista “A Escola”	19
2.2 As Redes de Sociabilidade	27
3. PROPOSTAS PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	37
3.1 Renovação Educacional.....	42
3.2 A Instrução Pública e o Dever do Cidadão.	52
4. AS PROPOSTAS DAS PRÁTICAS ESCOLARES	60
4.1 O Cotidiano Escolar: Datas e os Rituais Comemorativos	61
4.2 O Professor: Virtudes e ações.....	68
4.3 A Proposta Curricular: a inclusão da Educação Moral e Cívica	76
4.3.1 Os Livros Didáticos: Propostas de adequações	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
FONTES	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

O presente trabalho elegeu como tema o civismo e como objetivo geral, verificou como o ensino e a formação dos cidadãos foram abordados na Revista “A Escola”. Como objetivos específicos, destacamos a forma como o ensino de Educação Moral e Cívica foram abordados, bem como compreender as propostas apresentadas para a melhoria do ensino.

Na primeira metade do século XX, a Teoria da História vivenciou o que muitos historiadores, entre eles Peter Burke (1997), classificaram como uma “Revolução na Historiografia”. Tal adjetivo foi atribuído ao movimento dos Annales, devido às suas contribuições para a expansão do campo da História e, entre essas contribuições, a ampliação do conceito de fontes históricas, a investigação de novos objetos, novos conceitos e novos métodos. Foi no final do século XX que a historiografia vivenciou a emergência da Nova História Cultural.

Com a Nova História Cultural, observamos, não só uma ampliação nas noções de documentos, mas também, a valorização dos estudos das culturas populares. De acordo com Ronaldo Vainfas (1997), a História Cultural apresenta, como uma de suas características, a pluralidade de enfoques, ou seja, é uma história plural, que permite desenvolver “caminhos alternativos para a investigação histórica” (VAINFAS, 1997, p. 149).

Referente às características da História Cultural, Peter Burke (1992) destacou o interesse por novos objetos (ao considerar toda a atividade humana nas investigações historiográficas); o interesse pela análise das estruturas; pela história da cultura popular; a busca por novos métodos e o reconhecimento do relativismo cultural. Vemos assim, que a Nova História Cultural trouxe novos temas e novos conceitos.

Por intermédio do grupo de estudos Heducultes, ocorreu minha aproximação com a História Cultural e com as possibilidades do uso da Imprensa Pedagógica, como fonte para a pesquisa historiográfica. Por influência da especificidade da formação em História, antes de participar do grupo Heducultes, tinha mais afinidade com a área da História Econômica.

Contudo, após o contato com os conceitos desenvolvidos pela História Cultural, despertou-me o interesse em explorar esse campo de investigação historiográfica.

A ideia de usar a Imprensa Pedagógica, como fonte para esta pesquisa, surgiu após minha orientadora ter apresentado a Revista “A Escola”, que se trata de um periódico pedagógico, o qual esteve em circulação no Estado do Paraná, entre os anos de 1906 – 1910 e 1921. O acesso a esta fonte foi possível pelo acervo da Biblioteca Nacional digital, no link da Hemeroteca¹, pois o periódico encontra-se disponível *on line*, no site da instituição. A relevância desta fonte, para a História da Educação no Brasil, decorre do fato de possibilitar uma observação, de como o tema Civismo, apresentado nessa pesquisa, foi representado pela Revista “A Escola”, no Paraná, nos primeiros anos da República brasileira.

Ao selecionar a Revista “A Escola”, nossa pesquisa partiu da concepção do uso da Imprensa Pedagógica como fonte historiográfica. O uso da Imprensa Pedagógica como fonte ampliou as possibilidades de trabalho com a História da Educação, conforme observa Rodrigues (2010), devido a novas reflexões teóricas dessa categoria de documentos, que antes era ignorado pela historiografia, mas atualmente tem contribuído com estudos educacionais. E acrescenta, que foi a partir da década de 1990, que aumentaram os trabalhos da historiografia da educação, tendo como fonte, a Imprensa Pedagógica.

A Imprensa Pedagógica, como fonte, possibilita “(...) diálogos que evidenciam características de determinados grupos sociais (...)” (RODRIGUES, 2010, p. 312), desta forma, entendemos que esse tipo de fonte possibilita conhecer várias formas de representação, ao defenderem projetos e discutirem os problemas educacionais de seu contexto.

A Imprensa Pedagógica pede que a tomemos em seus princípios, como aquela que veicula interesse de uma pessoa, uma instituição ou um grupo de pessoas com o objetivo de que sua mensagem seja incorporada. A Imprensa Pedagógica não divulga as informações de forma imparcial, neutra, ao contrário, divulga aspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetivos específicos do grupo que

¹A fonte Revista “A Escola” PR está disponível *on line* no acervo digital; <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

propõem sua editoração, publicação. (RODRIGUES, 2010, p.314).

As possibilidades de análise da Imprensa Pedagógica como fonte, de acordo com Rodrigues e Biccás (2015), se manifestam em duas categorias. A primeira seria usar o conceito de “Estratégia”, desenvolvido por Michel de Certeau, pois os impressos pedagógicos são entendidos por ocuparem um lugar de poder e se constituir “(...) como um produto de estratégias que deixam ler as marcas de usos prescritos e de destinação visada; (...)” (RODRIGUES; BICCAS, 2015, p. 153). A outra categoria se configura pela proposta de “Apropriação” desenvolvida por Roger Chartier, destacando a importância de conhecer os “(...) suportes materiais que mediam as práticas de leituras (...)” (RODRIGUES; BICCAS, 2015, p. 153).

Em nossa pesquisa, adotamos os conceitos de Prática, Representação e Apropriação desenvolvidos por Roger Chartier (1991). De acordo com o autor, o trabalho com a noção de representação coletiva deve considerar três modalidades de relação com o social. O primeiro seria de classificar e recortar (com isso permite-se conhecer a multiplicidade da realidade de grupos e suas contradições); na sequência, as práticas (para identificar uma identidade social); e a última modalidade são as formas institucionalizadas (verificar as formas pelas quais os representantes marcam sua existência).

Chartier destacou ainda que, o trabalho com as lutas de representação implica verificar a hierarquização da própria estrutura social e observar principalmente as “(...) estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido, constitutivo de sua identidade.” (CHARTIER, 1991, p.184).

Para o uso da Imprensa Pedagógica, como fonte de nossa investigação, é relevante destacar como Chartier (1992) observou a multiplicidade de sentido, que podem ser produzidos a partir das formas de leituras. O autor entende a construção de sentido pela leitura como um processo histórico e que um texto, dependendo das formas que são apreendidas pelos seus leitores, podem produzir o que ele chama de significações múltiplas.

Chartier nos chama a atenção para os modos de ler, ou seja, no seu entendimento, a historiografia deve considerar as especificidades existentes entre o texto e a impressão, bem como entre o trabalho de escrever e o

trabalho de fazer o livro. Segundo Chartier (1992), há de se fazer uma distinção entre as estratégias da escrita e as intenções do autor, bem como distinguir as estratégias do editor, que pode ser diferentes das expectativas do autor.

Afirmou ainda, que o processo pelo qual as obras adquirem significados é complexo, para analisá-lo, é necessário considerarmos três elementos: o texto; o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende. Segundo Chartier, o historiador, ao caracterizar os modos de ler, viabiliza uma reconstrução da “(...) maneira como os textos puderam ser apreendidos, compreendidos e manipulados”. (CHARTIER, 1992, p. 227). A abordagem deve considerar os usos diferentes e opostos que os mesmos textos e ideias podem apresentar.

A proposta de Chartier (1992) inclui o conceito de Apropriação, na sua perspectiva: “(...) a noção de apropriação torna possível avaliar as diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção”. (CHARTIER, 1992, p. 232/233). Observa-se que, para Chartier a apropriação focaliza as diferenças no âmbito do uso comum. Sobre as apropriações destaca:

As práticas de apropriação sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou as interações daqueles que produzem os discursos e normas. (...) o ato de ler não pode anular-se no próprio texto, assim como as significações não podem também ser aniquiladas mediante significados impostos. A aceitação de mensagens e modelos sempre opera através de ajustes, combinações ou resistências. (CHARTIER, 1992, p. 233/234).

Em relação a nossa pesquisa, o caminho utilizado, após a escolha da fonte, foi privilegiar os métodos de trabalho com a imprensa pedagógica e analisar as práticas de apropriação. A coleção da Revista “A Escola”, publicada no Paraná, foi eleita como fonte, pois sua coleção se encontrava preservada em sua integridade, possibilitando a investigação, que são fatores relevantes, apontados por Rodrigues e Biccas (2015), no que se refere ao tratamento com impressos.

O procedimento realizado na sequência foi de leitura e fichamento da fonte. Esse processo permitiu definir um recorte temporal e identificar o objeto da pesquisa, ou seja, o civismo. Prosseguimos com a pesquisa, fazendo a

descrição da fonte, de acordo com a cronologia. Sobre a importância desse procedimento, Rodrigues e Biccias destacam:

A descrição da fonte é um procedimento que amplia as possibilidades de interpretação, porque permite modificar o que se pode perguntar à fonte. A desconstrução e reconstrução, fazer denominada descrição, tenta encontrar para além dos próprios enunciados discursivos, explicitados na fonte, as teias que o sustentam. Possibilita questionar o seu aparecimento e manutenção e ainda entender como as coisas foram historicamente contingentes, por tal ou qual razão inteligíveis, mas não necessárias. (RODRIGUES, BICCAS, 2015, p. 153).

A descrição da fonte ampliou o horizonte de nossa pesquisa. Foram identificadas novas problemáticas e, com isso, traçamos alguns eixos temáticos (como a representação do professor, do cotidiano escolar, das propostas para o currículo escolar e a defesa do ensino de Educação Moral e Cívica) e definimos, como recorte temporal, de 1906/1910. Durante este período, o periódico foi dirigido pelos mesmos membros. Já na edição de 1921, observamos mudança na direção do Grêmio dos professores e dos redatores da revista, e, por esse motivo, não utilizaremos o ano de 1921.

A pesquisa elege como fonte um impresso pedagógico e a sua análise foi embasada no campo da História Cultural, tendo como referência os conceitos de Prática, Representação e Apropriação. Será discutido como o ensino e a formação do cidadão foram abordados na Revista “A Escola”, publicada no Paraná, no período de 1906 a 1910. Como objetivos específicos, destacamos a forma das propostas para o ensino de Educação Moral e Cívica; para o Currículo escolar e como as práticas escolares foram expostas.

O desejo de trabalhar com o tema da Educação Moral e Cívica foi despertado, assim que iniciei as leituras dos artigos da revista “A Escola”, pois, desde o primeiro exemplar da revista, os discursos evidenciaram sua posição em relação a escola pública primária. Os artigos defendiam alterações, faziam propostas para serem implantadas e seus argumentos revelaram que, a principal função do ensino seria a formação do cidadão, dando ênfase ao ensino de Educação Moral e Cívica.

A problemática que colocamos foi: primeiramente, com que intuito os professores paranaenses, da região de Curitiba, no início do século XX, ligados

ao “Órgão do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná”, mobilizaram-se para a publicação de um periódico. Posteriormente, questionamos como eles abordaram o tema do civismo e qual sua concepção de ensino. E, ainda, como compreenderam a relevância do ensino de civismo, nas escolas paranaenses.

Na historiografia, recentemente a Revista “A Escola” foi investigada por outros aspectos. Claudia Maria Petchak Zanlorenzi, mestre em História da Educação, em 2006 pela UEPG, apresentou, na mesma instituição, em 2015, a tese de doutorado: “*A expressão do liberalismo na revista A Escola (1906-1910), no Paraná*”. Defendeu a sua tese, tendo como fonte, o periódico “A Escola” PR. O período delimitado para a pesquisa foi 1906 a 1910. Sua pesquisa procurou discutir a influência do liberalismo no ensino e verificar como essa ideologia foi propagada no início da República. Para isso, buscou identificar as influências do liberalismo na educação, utilizando-se dos conceitos teóricos do Materialismo Histórico para sua fundamentação. Nossa investigação sobre o trabalho do professor seguiu outra abordagem.

Encontramos outro trabalho apresentado por Caroline Baron Marach, em 2007, “*Inquietações Modernas: Discurso Educacional e Civilizacional no Periódico A Escola (1906- 1910)*”. Utilizando como fonte a revista pedagógica “A Escola” e, com recorte temporal 1906 – 1910, ela fez uma análise histórico-linguística dos artigos publicados no periódico. Defendeu que o grupo compartilhava da mesma linguagem. Seu trabalho teve por objetivo estabelecer as relações entre os vocabulários mais frequentes, bem como verificar o sentido que tinham na época em que foram produzidos. Com isso, buscou compreender as motivações e o projeto, e identificou expressões coletivas que demonstram a linguagem da época.

Maria Lúcia Andrade, em 2002, apresentou a dissertação de mestrado na UFPR, com o título: “*Educação, cultura e modernidade: o projeto formativo de Dario Vellozo (1906/1918)*”, no qual utilizou, entre outros periódicos, a Revista “A Escola”, em que Dario Vellozo também participou. No capítulo do livro: Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964), apresentou uma síntese de sua tese. Referente à Revista “A Escola”, destacou que Dario utilizou o periódico para divulgar seus ideais educacionais e denunciar as instituições religiosas e suas ideias pedagógicas. Na sua concepção, o ensino moderno deveria garantir, baseado na razão, a igualdade

de todos e o acesso aos bens culturais. A revista ajudou a divulgar o projeto da Escola Moderna e a visão de ideal educacional de Dario Vellozo, de que o ensino deveria ser mais utilitário para o indivíduo e, conseqüentemente, para a sociedade.

Apesar de utilizar a mesma fonte para investigação historiográfica, observamos que as pesquisas acima abordaram temas diversos. Da mesma forma, nossa pesquisa seguiu por outro caminho. Em termos de estudos sobre a *Imprensa Pedagógica*, no qual partiu nossa pesquisa, destacamos na seqüência, os trabalhos produzidos pelo grupo de pesquisa Heducultes.

Em 2012, Michele Juliana de Carli Anselmo Silva apresentou o trabalho: “A Revista Brasileira de Educação: Apropriações do Discurso Acerca dos Temas da Infância e da História da Infância – (1995 A 2010).” Neste trabalho foi apresentada a representação da infância nos discursos do impresso pedagógico. Para isso, o conceito utilizado foi o da Apropriação, desenvolvido por Roger Chartier, representante da Nova História Cultural. Sua análise explorou os preceitos do uso da *Imprensa Pedagógica*, como fonte de investigação historiográfica e destacou, que a concepção de infância representada foi a de uma infância moderna.

No ano de 2014, Elisangela Alves dos Reis Silva apresentou a dissertação: “*A Revista Nova Escola e o Ensino De História: Em Circulação Uma Proposta de Currículo Não Formal (1997 A 2006)*”. A proposta foi investigar como a Revista Nova Escola propôs a prática educacional da disciplina de História. Sua análise buscou verificar qual representação do currículo oficial pretendeu-se divulgar. A sua pesquisa permitiu uma discussão acerca da materialidade do suporte, no qual a texto foi veiculado (evidenciando as práticas de leitura) e também expor o lugar social de produção.

Patrícia Maria Garcia Alencar apresentou, em 2015 a dissertação: “A revista “O Tico-Tico” e a escrita infantil em circulação no encarte “Meu Jornal”: seus autores e leitores (1935-1940)”. Sua pesquisa buscou interpretar, seguindo os conceitos da História Cultural, como o periódico propôs a formação para a criança, visto que a revista oferecia entretenimento e instrução às crianças. Foi identificada, na revista Tico – Tico, a representação do discurso Estado Novo, por meio dos temas abordados nos textos, como a formação do cidadão, a valorização da moral, da família, do trabalho etc.

Mais recentemente foi apresentado o trabalho de Rosany Joicy Melo: “Dario Vellozo e a Criação da Revista Pátria e Lar: Uma Estratégia Educacional Para Uma Curitiba Republicana (1912-1913)”. Em sua investigação, desenvolvida no campo da História Cultural, propôs-se a analisar como as propostas teórico-educacionais, defendidas pelo intelectual Dario Vellozo, foram representadas na Revista Pátria Lar. Identificou, nos discursos, o seu caráter republicano e a intenção de propagar suas concepções, acerca da educação. Algumas questões apresentadas em sua dissertação, como a preocupação com o ensino e a crença de que a educação levaria ao progresso, já aparecem anos antes na Revista “A Escola” (1906/1910) no qual, Dario Vellozo também foi editor e que nossa pesquisa se desenvolveu.

O presente trabalho foi organizado da seguinte forma, a segunda seção apresentou o periódico, seus colaboradores e as redes de sociabilidade existentes. O intuito foi de investigar como o grupo, que estava ligado ao periódico, constituiu suas redes e quais elementos foram identificados como comuns ao grupo.

Na sequência, foram privilegiadas as propostas para o ensino de Educação Moral e Cívica. Primeiramente, destacou-se o contexto e a noção de renovação educacional para, posteriormente, discutir a questão da instrução pública e o dever de cidadão. Para observar como o Ensino e Educação Moral e Cívica foram abordados pela revista destacamos os artigos que defendiam que o ensino deveria preparar as crianças para serem adultos conscientes. Partindo desse entendimento, recomendavam o ensino moral e cívico nas escolas, para promover o desenvolvimento da nação.

A última seção se dedicou em verificar nos discursos as propostas para que novas práticas escolares fossem adotadas, atendendo ao que consideravam mais adequados. Neste sentido, primeiramente foram selecionados os discursos que demonstravam que as datas e os rituais comemorativos poderiam fazer, do cotidiano escolar, uma ferramenta para embutir o sentimento patriótico e conscientizar os alunos de sua missão de cidadania. Num segundo momento, foi apresentada a forma como o papel do professor foi representado pela revista e como foi pensado o comportamento do professor em favor desse projeto. E, por último, destacamos as propostas de reforma curricular, com a inclusão da Educação Moral e Cívica, bem como

as propostas de adequações de livros didáticos. Vale lembrar que as disciplinas apontadas nos artigos foram: Língua Portuguesa; História e Geografia. Com base nisso, buscamos analisar os argumentos utilizados nos artigos para compreender as propostas apresentadas.

2. “A ESCOLA”: REVISTA DO GRÊMIO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DO PARANÁ.

2.1 A Revista “A Escola”

A Revista “A Escola”, fonte para esta pesquisa, foi apresentada como a Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná² e seu primeiro exemplar foi impresso pela tipografia a vapor “Impr. Paranaense”, em fevereiro de 1906, sendo que o valor da assinatura possibilitava a aquisição por 1 ano ou por 6 meses, o valor era de 6\$000 anual e 4\$000 para o pedido semestral.

O periódico iniciava as suas edições com uma SECÇÃO PERMANENTE, na qual apresentava os nomes e cargos ocupados na Instrução Pública do Paraná, na Diretoria do Grêmio, e a relação com o nome e endereço das escolas, bem como o nome dos professores que regiam essas escolas da capital.

Na Instrução Pública, de acordo com a apresentação da Secção Permanente, o cargo de Diretor geral era exercido por Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Dr. Sebastião Paraná, o Inspetor da Capital (e também atuava como redator chefe da revista “A Escola”) e José Conrado de Souza era o Secretário.

Na diretoria do grêmio³ ocupava o cargo de Presidente Francisco Guimarães e como tesoureiro Brazilio Costa. O primeiro secretário, Veríssimo de Souza, e o segundo secretário, Lourenço de Souza, além de fazerem parte da diretoria do Grêmio também escreveram artigos para a revista. Veríssimo de Souza regia uma escola pública (Escola Oliveira Bello) na capital e contribuiu com a revista, escrevendo artigos relacionados ao ensino, ao currículo e ao livro didático.

² De acordo com o trabalho de Marach (2007) o Grêmio dos Professores Públicos do Paraná derivou do grupo de professores da Congregação do Gymnasio e da Escola Normal. Conforme Marach (2007) no final do século XIX os professores e desses estabelecimentos organizaram reuniões na capital curitibana para debater assuntos educacionais, porem essas reuniões eram exclusivas para os professores do Gymnasio e da Escola Normal. Posteriormente o grupo criou o Grêmio dos Professores Públicos do Paraná com o intuito de abranger todos os professores.

³A dissertação de MARACH, Inquietações Modernas: Discurso Educacional e Civilizacional no Periódico a Escola (1906-1910), apresenta um quadro especificando a aspectos pessoais, profissionais e acadêmicas do grupo representante da revista A Escola e do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná.

Lourenço de Souza ficou encarregado de escrever a seção NOTICIÁRIO, mas também escreveu artigos abordando temas relacionados à finalidade da revista, à importância da escola pública e às divulgações de eventos relacionados ao ensino público. Lourenço de Souza, naquele momento, era professor e regia a escola na Rua 13 de Maio, na capital Curitiba.

Os demais integrantes do grupo, que estavam envolvidos com a publicação do periódico, eram ligados à educação. O redator chefe, em 1906, era o inspetor da capital, o Dr. Sebastião Paraná, que permaneceu até o mês de julho. A partir de agosto assumiu o cargo Dario Vellozo, profissional da educação, que permaneceu como redator chefe até a última edição da revista, no ano de 1910.

Dario Vellozo foi um dos autores mais atuantes. Em seus artigos, defendia mudanças no ensino, fazia críticas ao governo, que no seu entendimento, não investia o necessário na instrução pública. Criticava, também, o ensino religioso e enfatizava o ensino laico. Em relação ao ensino, apresentou suas propostas para o curso de formação de professores, divulgou o livro *Compendio de Pedagogia*, no qual elaborou um programa para a Escola Normal e discutiu a função do professor para a formação do cidadão.

Conforme observa Andrade (2007), Dario Vellozo foi o precursor da laicização do ensino na capital do Paraná e, assim, tornou-se militante em favor do que ele considerou como adequado para a “modernização do ensino”. Neste sentido, afirma Andrade (2007), a revista “A Escola” foi um dos veículos que Dario Vellozo utilizou para propagar suas ideias. Além da imprensa, as salas de aula foram os meios pelos quais Dario Vellozo difundiu suas propostas. Sua atuação estava em conformidade com o que estava sendo associado como o ideal de modernidade e, conseqüentemente, atraiu outros para o seu grupo. “(...) que passaram a reunir-se em sua casa, a qual tornara-se uma espécie de catalisador da elite intelectual e literária.” (ANDRADE, 2007, p. 194).

No primeiro número do periódico foram apresentados discursos de editores e colaboradores, que declaram como positiva a iniciativa da revista. O primeiro artigo foi assinado por Sebastião Paraná, que era o redator chefe da revista e inspetor da capital, e apresenta a revista como sendo do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná e declara que “A Escola”:

Ella vem, não só preencher uma lacuna mas ainda lidar sincera e descabelladamente em pró do progredimento da instrução publica do nosso futuroso Estado e da classe que a dirige, em labuta quotidiana e proficua. (PARANÁ, 1906, p.1).

Em seu texto, S. Paraná demonstrou a importância do ensino para a República e para o desenvolvimento social. Destacou que o ensino deve ser sólido, moderno e que a educação cívica deveria promover o progresso da nação. S. Paraná encerra seu discurso expondo o objetivo da revista e fazendo um convite para quem compartilhasse desse propósito, que também contribuísse para a revista.

Todos esses, pois, que se interessam pela desenvolução do problema a que nos referimos e de que dependem todos os outros, poderão vir luctar comnosco, em as paginas desta revista, destinada a despertar os animos, (...). Que não se furtem de vir colaborar comnosco em a obra de engrandecimento geral da terra querida que nos serviu de berço, eis os votos que fazemos. (PARANÁ, 1906, p.2).

Nessas palavras, Sebastião Paraná buscou envolver e despertar os demais professores a colaborarem com o projeto proposto pela revista, que incluía mudanças no ensino em prol de desenvolvimento nacional. Ou seja, o propósito não consistiu somente na produção de uma revista, mas sim, no resultado de que as ideias apresentadas pelo periódico poderiam contribuir com o ensino público. Por esse motivo, a pesquisa compreendeu que o periódico foi pensado por professores e para os professores, fato que foi evidenciado pela forma como foi realizada a distribuição da revista.

Na distribuição da primeira edição, a redação anunciou que a revista “A Escola” estava sendo enviada para todos os professores públicos, diretores dos Colégios particulares do Estado e outras pessoas (que não foram especificados no artigo) e alertou que para estes haveria custo, caso não cancelassem a assinatura. Porém, para os professores sócios do Grêmio, a assinatura seria grátis.

A redação ainda fez um pedido para que seus associados conseguissem mais pessoas interessadas na assinatura da revista, apoiados no argumento de que estariam ajudando a prestar um importante serviço para a Instrução Pública. Segundo os redatores:

Aos nossos dignos consocios pedimos o especial favor de serem nossos agentes e se esforçarem por conseguir o maior numero de assignaturas para A ESCOLA. Será esse um importante serviço que prestarão á magna causa da Instruccão Publica do Estado, em prol da qual a revista do Grêmio dos Professores pugnará com extremos de dedicação e fervoroso entusiasmo. (NOTICIARIO, 1906, p.13).

É notável que, desde o primeiro exemplar, havia um esforço de garantir recursos para edição dos próximos exemplares. Conforme a citação acima, foram feitos outros apelos para os professores divulgarem o periódico, reforçando, nas edições seguintes, os benefícios para a instrução pública, com a continuidade da revista.

Em Março de 1906, na segunda edição da revista “A Escola”, a diretoria do Grêmio destacou a repercussão do lançamento da revista na imprensa paranaense e citou os impressos da capital que mencionaram o lançamento da revista “A Escola”. Os periódicos “A Noticia”, “A República” e “Diário da Tarde”, emitiram notas com pareceres favoráveis ao projeto da revista pedagógica, ao conteúdo publicado e à qualidade do impresso. Parabenizaram e manifestaram o desejo de prosperidade para a revista “A Escola”.

Na publicação do mês de Maio (1906), a redação da revista publicou uma nota, relatando que diversos amigos e colegas enviaram mensagens otimistas em relação à revista. Ao agradecer as palavras recebidas, reforçaram o compromisso de trabalhar pela instrução primária e pelo “alevramento moral da classe dos seus educadores (...) certos como estamos de que assim prestaremos serviços de real valia ao procedimento e prosperidade do nosso querido Estado do Paraná.” (NOTICIÁRIO, 1906, p. 76). E dito isso, reforçaram o apelo para que os leitores trouxessem para a revista, mais assinantes pagantes. Interpretamos que, por considerar a relevância da revista pedagógica para a prosperidade do Estado, acreditavam que, ao conseguirem para a revista mais assinaturas pagas, prestariam um importante serviço à instrução pública.

Nos primeiros números da revista, os redatores demonstraram o intuito de expandir suas ideias para os professores do Estado. Os textos compartilhavam do entendimento, de que era necessário melhorar o ensino,

pois a República e a sociedade não se consolidariam e não atingiriam o progresso, se o ensino permanecesse igual.

Neste sentido, buscavam sensibilizar o professorado do Estado para a importância do seu dever de preparar as crianças para a vida adulta. Entendiam que a finalidade da escola ultrapassava a alfabetização. Motivados por essa tarefa, defenderam mudanças no ensino, no currículo, método, na formação de professores e na requalificação dos profissionais que já atuavam.

Quando Dario Vellozo ficou responsável pela revista, em agosto de 1906, o projeto seguiu com a incumbência de trabalhar em prol da instrução pública no Paraná. Dario informou que recebeu o convite para assumir a direção da revista, do presidente do Grêmio dos Professores Públicos, o professor normalista Júlio Theodorico Guimarães, e reafirma o compromisso em prol do ensino, com as seguintes palavras:

(...) aceitei o convite, na esperança de algo tentar em prol da instrução no Estado.

Penso, esta publicação deve tornar-se o elo coesivo do professorado, ministrando também ensinamentos que não só recordem aos mestres os ensinamentos recebidos, ampliando-os de acordo com os dados da Pedagogia hodierna; como orientem aqueles que na Escola Normal se habilitam ao magistério.

A Escola só pode ser uma revista didáctica. Fazer-a necessária aos professores e útil aos alumnos, é meta que procurarei atingir, graças ao corpo de illustres colaboradores. (VELLOZO, 1906, p. 119).

Observa-se que o que foi priorizado por Dario Vellozo não foi apenas a manutenção de uma revista, mas sim o propósito de envolver a categoria de professores no projeto em prol do ensino. Nessa mesma edição, a diretoria do Grêmio escreveu uma nota aos leitores, divulgando o nome do novo redator chefe da revista. É notável que a reputação de Dario Vellozo foi destaque para reafirmar o compromisso da revista “A Escola”, com a continuidade dos seus propósitos e para dar credibilidade ao conteúdo defendido pela revista pedagógica. Após elogiar as qualidades pessoais e profissionais de Dario Vellozo, a diretoria declarou:

A Directoria do Grêmio dos Professores, ao recorrer ao extraordinário e glorificado educador, levava já a quasi certeza

de que aos obscuros, porém dedicados guias da infância paranaense, se não eximiria o digno moço a prestar a colaboração importantíssima do seu auxílio directivo, e encandilar assim mais uma vez o seu devotamento sem limites para com os grandes ideais, utilizando as luzes do seu prefulgentíssimo intellecto em pro de uma causa magna e superrima como é a da instrução publica do Paraná. E a annuência do illustre cultor das letras representa para a classe dos pedagogos paranaenses uma aquisição preciosa e de alta e inestimável importância (NOTICIÁRIO, 1906, p. 132).

Deduzimos, pela fala dos redatores da revista e dos diretores do Grêmio dos Professores, que compartilham o objetivo de fazer uma revista pedagógica que pudesse melhorar na prática, a escola pública. Incentivando os professores e normalistas para novas práticas, as escolas estariam cumprindo a função de preparar as crianças para serem cidadãos aptos para a vida. Ou seja, entendiam que a sociedade e a República se desenvolveriam, à medida em que o ensino fosse eficiente.

Atribuía-se à instrução pública mais do que a transmissão de conhecimentos teóricos. O papel da escola era essencial para preparar integralmente o indivíduo que, conseqüentemente, promoveria o progresso da nação. Neste sentido, o ensino deveria ser mais útil para preparar as crianças para a vida adulta. Assim, a revista pedagógica “A Escola” era concebida como um veículo para a expansão dessas ideias, sendo sua meta, colaborar para que fossem aderidas, na instrução pública, práticas de ensino mais modernas.

Conforme mencionamos anteriormente, para conseguir recursos, emitiam notas, solicitando que os sócios conseguissem novos assinantes, também houve incentivo para que os normalistas adquirissem a revista, assim resultaria na aquisição de verbas e na propagação de suas ideias. Outra alternativa, para elevar a arrecadação e manter as publicações, foi solicitar subsídio para o Presidente do Estado.

O Governo do Estado subsidiou apenas alguns números da revista de 1907 e 1908. Após o subsídio ser retirado, em 1909, a redação emitiu uma nota, na qual a direção da revista declarou que continuaria com a publicação do periódico “(...) mesmo sem a subvenção do Estado, e apenas contando com a boa vontade do professorado e assignantes (...)” (REDAÇÃO, 1909, p.3). A redação da revista justificou o ato pelo bem que estaria sendo feito pelo ensino. Neste exemplar, Dario Vellozo criticou o que ele chama de

“politicagem”, demonstrou preocupação com a situação do país e uma frustração pela forma que a educação pública estava sendo tratada.

No ano seguinte, em 1910, a diretoria do grêmio comunicou que, devido à falta de recursos, suspenderia temporariamente a publicação da revista “A Escola”. A diretoria declarou que o período em que esteve em circulação, a revista prestou importantes serviços à instrução pública do Estado. Declarou ainda que:

O GRÊMIO DOS PROFESSORES, de que A ESCOLA foi órgão, tem concretizado os maiores esforços pela educação popular, mas esteve quasi sempre isolado na arena onde combateu valorosamente pelo mais exalçável dos ideais, nem sequer merecendo a cooperação da totalidade dos pedagogos, quanto mais o apoio e incentivo dos magnatas da política, esses para quem os guias espirituais da infância constituem uma classe de ilotas, digna dos menoscabos e alvo de suas iniquidades. (DIRETORIA, 1910, p. 349).

Essa declaração da diretoria, na última edição de 1910, contribuiu para compreensão da crítica de Dario Vellozo na edição de 1909 e da nota assinada pela Redação. Na sequência desta nota, Cônego Braga fez uma declaração, lamentando o fim da revista. Criticou o Governo e a falta do interesse de professores em assinar a revista. “Descanse em paz.”, disse ele, fazendo analogia do fim da revista, com a morte, nas palavras:

E vai morrer a nossa querida – A ESCOLA -, atacada de anemia ou *aljibeiríte* pecuniária, porque sem assinaturas, nem auxílios senão dos membros do Grêmio dos Professores, sem MERECER DO PATRIÓTICO CONGRESSO ESTADUAL um ceítil ou animação, não pôde continuar a viver, a advogar a causa tão simpática da instrução, quando das sóbras de quanto larga e amplamente cômem tantos e tantos lhe bastariam algumas migalhas para continuar dezasombradamente. Enterrai-a, coveiros! Chorêmos nós que a amámos devéras (...) (BRAGA, 1910, p. 349).

Cônego Braga usou de ironia e demonstrou sua indignação, mencionando os mesmos problemas apontados pela Diretoria e por Dario Vellozo em artigos anteriores. Talvez tivessem consciência de que a suspensão temporária pudesse ser longa.

O intervalo de tempo de publicação da revista, que utilizamos para a pesquisa, foi de 1906 a 1910. Nesse período, observamos que o periódico, apesar de ser apresentado inicialmente como uma publicação mensal, na prática não houve uma regularidade no intervalo de tiragem entre as publicações. Abaixo, apresentamos um quadro elaborado para demonstrar os intervalos em que as edições foram impressas.

QUADRO1: QUADRO DEMONSTRATIVO DAS IRREGULARIDADES NAS EDIÇÕES DA REVISTA "A ESCOLA" (1906 - 1910)				
TOTAL=9	ANO/ 1906	MÊS	EDIÇÃO Nº.	PÁG.
1	ANNO I	FEV	1	32
2	ANNO I	MARÇO	2	23
3	ANNO I	ABRIL	3	21
4	ANNO I	MAIO	4	25
5	ANNO I	JUNHO	5	19
6	ANNO I	JULHO	6	19
7	ANNO I	AGOSTO	7	19
8	ANNO I	SET/OUT	8 e 9	23
9	ANNO I	NOV/DEZ	10 e 11	28
TOTAL=5	ANO/ 1907	MÊS	EDIÇÃO Nº.	
1	ANNO II	JAN/ABRIL	1 a 4	52
2	ANNO II	MAIO	5	23
3	ANNO II	JUNHO/JULHO	6 e 7	43
4	ANNO II	AGO/SET	8 e 9	43
5	ANNO II	OUT/DEZ	10	40
TOTAL=4	ANO/ 1908	MÊS	EDIÇÃO Nº.	
1	ANNO III	MARÇO	1	44
2	ANNO III	MAIO/JUN	2	41
3	ANNO III	JULHO/SET	3 a 5	43
4	ANNO III	OUT/DEZ	6 a 8	37
TOTAL=3	ANO/ 1909	MÊS	EDIÇÃO Nº.	
1	ANNO IV	JUNHO	1	40
2	ANNO IV	JULHO/AGO	2 e 3	43
3	ANNO IV	SET/OUT	4 e 5	43
TOTAL=3	ANO/ 1910	MÊS	EDIÇÃO Nº.	
1	ANNO V	JAN/MARÇO	1 a 3	73
2	ANNO V	ABRIL/ JUNHO	4 a 6	74
3	ANNO V	JULHO/ DEZ	7 a 12	91

Fonte: Revista A Escola - PR.(1906-1910)
Organizadora: A Autora.

No primeiro ano, 1906, houve um total de nove edições, sendo que, da primeira até a sétima edição (fevereiro a agosto), o periódico foi mensal, a partir de setembro, de 1906, as publicações passaram a ser bimestrais (setembro/outubro e novembro/dezembro).

A partir de 1907, tornou-se mais visível a falta de um padrão no intervalo entre as publicações. Foram cinco edições durante o ano, sendo que a primeira impressão foi realizada no mês de abril (número 1 ao 4), em um único exemplar concentraram os meses anteriores. De acordo com a tabela, o ano de 1907 segue com um exemplar no mês de maio; bimestral nos meses junho/julho e agosto/setembro e nos últimos três meses, lançaram mais um exemplar.

As irregularidades no período de impressão dos exemplares seguem nos anos de 1908 (com quatro exemplares: março; maio/junho; julho/agosto/setembro; outubro/novembro/dezembro), 1909 (total de três exemplares sendo: junho; julho/agosto e setembro/outubro) e 1910 (também com três exemplares, referentes aos meses: janeiro a março; abril a junho; e o último, julho a dezembro). Considerando a forma como a revista foi escrita, organizada e distribuída, observa-se que a finalidade não estava em produzir um periódico, mas sim, no que a divulgação das ideias poderia resultar. E esse desejo era compartilhado pelos intelectuais envolvidos no projeto, evidenciando o que a pesquisa considera como uma “Rede”, conforme será apresentado na sequência.

2.2 As Redes de Sociabilidade

Os discursos divulgados pela revista “A Escola”, relacionados ao tema Civismo, apresentavam algumas particularidades que, de acordo com Sirinelli (2003), podem revelar uma “rede de sociabilidade”, que se caracteriza pela existência de uma afinidade entre membros de determinado grupo. Segundo Sirinelli (2003), as redes que ligam a redação de uma revista podem ser visualizadas como um espaço de sociabilidade, no qual houve uma relação estreita entre o grupo, como explica em:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidade mais difusas, mas igualmente determinantes, (...). São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2003, p. 248).

A pesquisa identificou a vontade de divulgar ideias e modificar o ensino público como o laço que uniu o grupo participante do periódico. Observamos que a revista “A Escola” (1906- 1910), fonte para esta pesquisa, contou com um grupo que compartilhava de um projeto comum, ou seja, desenvolveram entre si “estruturas de sociabilidade”.

Para visualizar as redes que ligavam os membros da redação do periódico, apresentamos um quadro com o nome dos autores e os temas abordados. Foram privilegiados os discursos que abordavam o tema do Civismo associado à escola, sendo que ambos eram vistos como propulsores da sociedade.

O quadro 2 destacou os artigos relacionados ao ensino e ao civismo, que foram utilizados para esta pesquisa, sendo a ordem, de forma decrescente, com o nome dos autores que têm o maior número artigos sobre o tema, para os autores com menor número de artigos. Neste sentido, o primeiro autor do quadro foi Dario Vellozo, com 10 artigos, na sequência A Redação, com 5 artigos. Lourenço de Souza e Azevedo Macedo discutiram o tema em 4 artigos. Verissimo de Souza se dedicou ao tema em 3 de suas publicações. Elvira Faria Paraná e Claudino dos Santos apresentaram, cada um, 2 artigos e os demais autores mencionaram o tema em 1 artigo.

QUADRO2: QUADRO DEMONSTRATIVO DAS REDES DE SOCIABILIDADE DA REVISTA “A ESCOLA” (PR) 1906-1910.

AUTOR	TEMA	EDIÇÃO
Dario Vellozo	Subsídios pedagógicos Tema: a importância da escola para a prosperidade da civilização.	1907/ janeiro/ abril/ n. 1ao 4
Dario Vellozo	Subsídios pedagógicos Tema: Brasil; potencial para ter hegemonia; necessidade de reforma da educação nacional; crítica ao governo, professores e alunos.	1907/ maio/n.5
Dario Vellozo	Subsídios Pedagógicos ; Da Instrução Pública. Tema: necessidade de reformular ensino/ função do professor e Estado para melhorar a educação.	1907/agosto/setembro/n.8 e9
Dario Vellozo	Subsídios Pedagógicos: da moral nas escolas. Define moral/ crítica religião nas escolas.	1907/outubro/ dezembro/ n.10
Dario Vellozo	A Escola Moderna. Tema: o problema da educação popular; formação de professores, ensino prático, escolas técnicas e superiores; função da escola; educação liberal e utilitária/ apresenta programa e plano de curso	1908/ março/ n.1
Dario Vellozo	Da Escola Moderna Tema: defende o plano e programa para a Escola Moderna/ crítica ao governo pelo descaso com educação	1909/ junho/n.1
Dario Vellozo	Subsídios Pedagógicos Tema: faz a conclusão do Tomo II , Nº10 de 1907./ crítica a situação da escola atual e críticas aos políticos/ aponta os problemas do ensino/ importância do ensino cívico – cidadão compreender e praticar seus deveres e exigir seus direitos.	1909/ julho e agosto/ n.º 2 e 3
Dario Vellozo	Ainda a Escola Moderna	1909/ setembro/ outubro / n.º 4 e5
Dario Vellozo	Ainda a Escola Moderna Tema: reflexão sobre a finalidade da educação, progresso da humanidade e a importância da Escola Moderna.	1909/ setembro/ outubro / n.º 4 e5
Dario Vellozo	Subsídios pedagógicos III-escola moderna- plano e programa de estudos Tema: obra de Dario Vellozo proposta para a Escola Moderna	1907/ junho/ julho/ n. 6e7.
A redação	Noticiário: feriados nacionais/ solenidades cívicas na escola.	1906/ fev/ n.01
A redação	Bibliografia Tema: livro didático/ moral, nacionalidade e pátria.	1906/ Junho/n4

	Liga do Ensino	
A redação	Tema: fundação da associação Liga do Ensino, iniciativa de Azevedo Macedo; objetivos da liga e resumo da palestra de abertura falando da necessidade de mudanças no ensino, culto cívico nas escolas	1907/ maio/n.5
A redação	O Self-Government na Escola Tema: experiência americana no qual os alunos se organizam para decisões na escola/ formação consciência civil.	1910/janeiro/março/ n. 1 a 3
A redação	Parecer Tema: compendio de pedagogia escrito por Dario Vellozo.	1907/ junho/ julho/ n. 6e7.
Lourenço de Souza	A Missão da Escola Tema: (importância da escola primaria/ missão civilizadora)	1906/ fev/ n.01
Lourenço de Souza	A instrução na Russia Tema: a falta de instrução do povo inviabiliza a prosperidade da civilização, a luta pela liberdade.	1907/ janeiro/ abril/ n. 1 a 4
Lourenço de Souza	Congresso Pedagógico Tema: informações do evento ocorrido em dez 1909	1910/janeiro/março/ n. 1 a 3
Lourenço de Souza	Noticiário: Os Estado Da Republica Tema: livro de Sebastião Paraná. Importância da geografia e história para a educação civil	1910/janeiro/março/ n.7 a 12
Azevedo Macedo	Epistolas Pedagógicas Tema: importância da pedagogia/ papel do Estado disponibilizar boa educação/ patriótico empenho em prol do progresso da instrução	1906/ fev/ n.01
Azevedo Macedo	Epistolas pedagógicas Tema:carta ao presidente de estado João Candido Ferreira; educação popular,escola noturna, ensino agrícola; indica livro de Dario Vellozo no curso Nornal	1907/ junho/ julho/ n. 6e7.
Azevedo Macedo	Inamovibilidade dos professores Tema: palestra defendendo os professores para que não tenham que submeter a politicagem	1910/janeiro/março/ n. 4 a 6
Azevedo Macedo	Epistolas pedagógicas. Tema: elogio ao livro de Dario Vellozo sobre pedagogia	1906/ setembro/ outubro/ n. 7e9
Veríssimo de Souza	Alcacer kibir Tema: livro didático/ erro histórico na batalha/ sucessão real.	1906/ agosto/n.7
Veríssimo de Souza	A nossa história Tema: história da pátria nos currículos/ apelo para que Dario Vellozo escreva um livro sobre o assunto.	1906/ setembro/ outubro/ n. 7e9

	Educação Esthetica	
Verissimo de Souza	Tema: ensino estético para desenvolver a inteligência, priorizar ensino nacional pra fazer do Brasil um país hegemônico.	1910/janeiro/março/ n.4 a 6
	A Escola	
Elvira Faria Paraná	Tema: (a importância da escola primaria/ deveres e virtudes que deve ter o professor/ escola: construir memória para desenvolver o espírito patriótico nos alunos)	1906/ fev/ n.01
	Calabar	
Elvira F. Paraná	Tema: Historia de Calabar/ patriotismo e civismo	1906/ julho/ n5
	Compendio de pedagogia	
Claudino dos Santos	Tema: obra escrita por Dario Vellozo, importância de reformular o ensino, formação do professor	1908/ julho/ setembro/ n.3 ao 5
	Ligeira Excursão Pelos Domínios Da Psychologia Do Ensino	
Dr. Claudino dos Santos	Tema: psicologia infantil/ educação deve ser pela mãe e pelo mestre./ formar cidadãos	1910/janeiro/março/ n.7 ao 12
	A Escola	
Sebastião Paraná	Tema: (objetivo da revista/ finalidade escola/ civismo)	1906/ fev/ n.01
	A LINGUA PORTUGUESA	
OLAVO BILAC	TEMA: importância da língua para a nacionalidade	1906/ maio/n.3
	Instrução Cívica:Grandeza de encargo que incumbe a mocidade.	
Droz	Tema: instrução cívica com finalidade de formar cidadão. Conhecer as instituições do país, regras de conduta.	1906/ julho/ n.6
	Curso de Pedagogia	
Esther Pereira	Tema: lições do 2º ano de pedagogia. / ensino, método, modos, recursos, preparo de lições,educação moral etc.	1906/ agosto/n.7
	Educação moral e instrução cívica	
Paulo Tavares		1907/ junho/ julho/ n. 6e7.
	Ensino Didactico	
Georgina Mongruel	Tema: crise das profissões/ necessidade de reformula o ensino.	1907/agosto/setembro/n.8 e9
	A instrução noJapão	
Armandio Sobral	Tema: sistema de ensino no Japão influencia no desenvolvimento da nação	1907/agosto/setembro/n.8 e9
	O ensino nacional	

Manoel P. Frazão	Tema: importancia do ensino pra a salvação da pátria.	1908/ maio/ junho/ n.2
Alfredo Munhoz	O dever Tema: dever social do cidadão. Importância da escola para formar cidadãos conscientes	1908/ julho/ setembro/ n.3 a5
Cyro Silva	<i>Um Pouco De Pedagogia: A História Pátria Nas Escolas Primarias.</i> Tema: ensino primário deve valorizar a história pátria/ finalidade da instrução leiga é formar bons cidadãos.	1908/ julho/ setembro/ n.3 a5
Vivaldo Coaracy	A Escola Moderna Tema: escola atual burocrática/ necessidade de Escola Moderna	1908/ outubro/dez./ n.6 a8
Caetano De Andrade	Escola Moderna Tema: transcrição de artigo da revista de Recife que elogia "Plano E Programma De Estudos " de Dario Vellozo.	1909/ junho/n.1
A diretoria	Congresso dos Professores Públicos Tema: informa sobre evento do Congresso Pedagógico	1909/ setembro/ outubro / n.º 4 e 5

Fonte: Revista A Escola - PR.(1906-1910)
Organizadora: A Autora.

Entre 1906 /1910, a presença de um microcosmo intelectual foi revelada nos artigos da revista, ao tratar temas sobre a Instrução Pública e o Civismo. O quadro 2 demonstrou que a maioria dos artigos relacionados ao tema foram escritos por Dario Vellozo, A Redação, Lourenço de Souza, Azevedo Macedo e Veríssimo de Souza, professores ligados ao grêmio. Ao sistematizar um quadro com os autores e temas, podemos notar características comuns no conteúdo dos textos publicados, entre eles estão: a necessidade de mudanças e a finalidade do ensino para o progresso social, que estiveram presentes nos artigos de Sebastião Paraná, Lourenço de Souza, Elvira Paraná, Azevedo Macedo, Dario Vellozo, Paulo Tavares, Georgina Mongruel, Armandio Sobral, Manoel P. Frazão, Claudino dos Santos, Alfredo Munhoz, Cyro Silva, Vivaldo Coaracy.

Autores, como Azevedo Macedo, Veríssimo de Souza, Claudino dos Santos, Vivaldo Coaracy, Caetano de Andrade, demonstraram, em seus textos, afinidade com o discurso e propostas de Dario Vellozo em relação à modernização do ensino no Paraná. Considerando a missão civilizadora da instrução pública, elogiavam e indicavam os livros de Dario Vellozo, bem como

a aplicação de suas propostas para o Curso Normal e a implantação da Escola Moderna.

Outra característica presente foi a ideia de uma renovação educacional no Paraná, que apareceu nos discursos escritos pelos professores ligados ao Grêmio dos professores públicos do Paraná. Esse pensamento estava presente, principalmente no discurso de Dario Vellozo, o diretor chefe da redação de revista e o autor da maioria dos discursos relacionados ao tema, e demonstrou que houve um elo unindo o grupo.

Sirinelli (2003) aponta as estruturas da sociabilidade como “redes” que unem um grupo, dando uma estrutura ao seu campo intelectual, tanto pelas suas afinidades, quanto por suas divergências. Observar essas estruturas permite verificar o movimento das ideias. Nas palavras de Sirinelli: “(...) uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

De acordo com Sirinelli, há uma dificuldade de estabelecer um perfil único para esses grupos, pois essas estruturas de sociabilidade variam com o tempo e com os grupos estudados. Porém, como alternativa para superar essas limitações, Sirinelli aponta como possibilidade de estudo, fazer sua arqueologia: “(...) inventariando as solidariedades de origem, por exemplo, de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de redes de intelectuais adultos (...) permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político” (SIRINELLI, 2003, p. 250).

Como base das redes compartilhadas pelo grupo de professores destacados no quadro acima, observamos a recorrência de temas, demonstrando a preocupação com o ensino, bem como a proposta de mudanças, a fim de modernizar a escola e melhorar a sociedade. Conforme explica Sirinelli (2003), o termo sociabilidade indica a existência de uma “rede” estruturando um grupo, que apresenta “microclimas”. Nas palavras de Sirinelli:

(...) As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais as atividades e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto

de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular. (SIRINELLI, 2003, p. 252/ 253).

Em relação ao nosso objeto de investigação, a noção de um projeto comum, ou seja, o micro clima que une os intelectuais da redação, pode ser notado, quando os redatores da revista “A Escola” e professores colaboradores demonstravam o seu entusiasmo com o projeto divulgado pela revista pedagógica no Paraná. E esse projeto comum pode ser visualizado, no período de 1906 a 1910, no qual o periódico esteve em circulação consecutiva.

A diretoria do grêmio, na primeira edição da revista, escreveu um texto, destacando as qualidades de Sebastião Paraná pela sua inteligência, moral e dignidade. Neste texto, percebemos que as qualidades foram mencionadas com a intenção de legitimar a capacidade do redator chefe de executar o projeto da revista que, segundo eles, prestaria um importante serviço em prol da Instrução Pública e promovendo a expansão intelectual.

Espírito iluminado e culto, vem o nosso dilecto redactor chefe trazer para esta revista um acervo notável de serviços e de luzes. Norteal-a-á, estamos certos, pelo rumo seguro de uma evolução accentuadamente benéfica e fructifera de serviços reaes e importantes em pró da nobre e esforçada classe dos educadores da puericia paranaense. (DIRETORIA, 1906, p.13).

As qualidades dos escritores também foram destacadas no primeiro exemplar do periódico, como sendo eruditos da ciência e linguagem, ou seja, indivíduos considerados capacitados para que os objetivos da revista obtivessem êxito. No primeiro exemplar da revista os nomes dos colaboradores foram citados, como se pode observar nas seguintes palavras:

A redacção da A Escola será auxiliada com a collaboração dos festejados escriptores Dario Vellozo, Dr. Emiliano Pernetta, Dr. Azevedo Macedo, Euclides Bandeira, Nestor de Castro, Leoncio Correia, Rocha Pombo, Nestor Victor, Dr. Antônio Braga, Generoso Borges, Domingos Nascimento, Conego Braga, Serafini França, Ricardo de Lemos, Dr. Ermelino de Leão, Alluizio França, Júlio Pernetta, Dr. Claudino dos Santos, Dr. Carvalho de Mendonça, Chichorro Júnior, Romário Martins, Lúcio Pereira e outros igualmente aparelhados para os prelios gloriosos da intelligencia.

Só as pennas brilhantíssimas destes eximios litteratos e cientistas são sufficientes para impor e recommedar esta

revista, que procurará cumprir o seu dever em prol da expansão intelectual da terra paranaense. (NOTICIÁRIO, 1906, p.17).

Na primeira edição, Sebastião Paraná, que era Inspetor da Capital e também o redator-chefe da revista, escreveu o primeiro artigo. De acordo com esse primeiro artigo de Sebastião Paraná, a escola era concebida não só para transmitir conhecimento teórico, mas, também, para impulsionar o desenvolvimento social, econômico e político. Com base nisso, vemos que o grupo ativo da revista “A Escola” compartilhava da concepção iluminista, que associava a escola ao desenvolvimento da humanidade. Neste sentido, a revista pedagógica tinha como público alvo os professores, que além de expandirem seu conhecimento, também contribuiriam para melhorar o ensino.

O período em que a revista “A Escola” circulou, vivenciava uma multiplicação dos debates, projetos e modelos educacionais para a modernização da nação. Conforme destaca Silva (2005), o pensamento positivista, que circulava na Europa e em outros países da América, influenciou os intelectuais brasileiros, que buscavam um modelo educacional, que pudesse ser aproveitado e adaptado à realidade nacional.

No Brasil, as ideias positivistas e a questão da Instrução Pública já estavam em destaque antes da Proclamação da República, e Silva (2005) evidenciou que os princípios do Positivismo (ideias modernizadoras pautadas na cientificidade) geraram um entusiasmo pela educação. No início da República esse entusiasmo estava presente na imprensa e na literatura, em decretos e projetos direcionados para a instrução pública, revelando a crença de que a escola renovaria a sociedade e com isso, haveria a modernização da Nação.

Na revista “A Escola”, que circulou logo após a Proclamação da República, observamos a presença do princípio modernizador, defendido no Positivismo, e da defesa de um projeto educacional que formasse um novo homem, conforme destaca Silva (2005), afirmando que o novo currículo no ideário positivista deveria abandonar os elementos da formação cristã e privilegiar os valores da cidadania, do patriotismo, da moral e da cientificidade, em prol da modernização.

Ao mencionar o dever e as virtudes necessárias ao exercício da função de professor, Elvira Paraná, Manoel Frazão, Macedo e Cyro Silva, compartilharam do ideal defendido pela revista. O grupo se apresentou coeso nos diversos temas abordados e revelou um comprometimento com o projeto proposto no lançamento da revista “A Escola”, em 1906 até 1910, quando foi distribuída a última edição com o mesmo grupo.

Na edição de 1921, o Grêmio dos Professores do Paraná lançou nova edição da Revista “A Escola”, contudo, esta tiragem não seguiu a sequência das publicações anteriores. Foi apresentada como Anno I, em maio de 1921, e encerrando em definitivo sua circulação na edição de junho, de 1921. E, por não representar o mesmo projeto intelectual (não representar o mesmo grupo e nem a mesma rede de sociabilidade), não foi considerado para esta pesquisa.

Desta forma, podemos notar uma valorização do projeto intelectual que a revista se propôs a fazer, e que o grupo estava inserido na vida pública e compartilhavam que havia a necessidade de envolvimento social, como se houvesse uma “missão”. Para compreender o que buscavam com o seu projeto, a próxima seção acompanhou a discussão sobre a importância do ensino e da Educação Moral e Cívica, de acordo com os discursos apresentados na revista “A Escola”.

3. PROPOSTAS PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

O período que delimitamos para esta pesquisa foi de 1906 - 1910, em que a revista “A Escola” esteve em circulação no Paraná. Cabe ressaltar que, no campo educacional brasileiro, no período de 1870 a 1920, observou-se uma proliferação de debates defendendo a necessidade da criação de escolas públicas e subsidiadas pelo Governo.

Desde 1870, diversos projetos referentes à instrução pública foram apresentados (1870/1873/1874/1879/1882/1883/1888)⁴, evidenciando que, para a sociedade e para os políticos, a educação já era tema de debates décadas anteriores ao lançamento do periódico “A Escola”, no ano de 1906, em Curitiba.

Num contexto anterior a publicação da revista “A Escola”, a historiografia demonstrou que houve um movimento brasileiro intenso, no que se refere à instrução pública. Sobre esse contexto, Maria C. G. Machado (2005) explorou o Decreto 7.247 de Leôncio de Carvalho (1879) e os Pareceres de Rui Barbosa (1882 - 1883) e destacou que os debates defendiam que o investimento da educação “estava relacionado à importância da formação do cidadão-eleitor” (MACHADO, 2005, p.93). De acordo com Machado (2005) as mudanças sociais e econômicas, com o fim da escravidão e a Proclamação da República, criaram uma demanda por trabalhadores e cidadãos.

“A Escola” foi concebida nesse contexto. Não é nosso intuito discorrer sobre as características dos decretos. Nosso propósito foi destacar que, nesse período, houve uma propagação dos debates, para a reformulação do ensino e que o modelo considerado adequado privilegiava “projetos para modernização da sociedade”. Ou seja, entendiam que a instrução renovaria a sociedade, ao difundir valores morais, civis e patrióticos, além da instrução intelectual.

Ainda sobre as mudanças sociais, políticas e econômicas brasileiras ocorridas no contexto do final século XIX, Hilsdorf (2003) demonstrou que, para os republicanos, a educação auxiliaria na resolução dos problemas sociais.

⁴ No artigo “O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em Debate: A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX”, Maria Cristina G. Machado (2005) contextualiza o período do final do século XIX e apresenta os projetos para a instrução pública de 1870 a 1886.

Neste sentido, a escola formaria os cidadãos, alfabetizaria e capacitaria os eleitores para votar. Observa Hilsdorf, “(...) além das estratégias institucionais, os republicanos paulistas divulgaram o seu modelo escolar por meio de livros didáticos e revistas dirigidas aos professores, impressos prescritivos do quê e de como ensinar.” (HILSDORF, 2003, p. 67).

No Paraná, uma das revistas dirigidas aos professores foi “A Escola”, impressa em Curitiba. Esse periódico compartilhava a concepção da educação para o progresso da nação e defendia a necessidade de renovação do ensino. Além da educação intelectual, o ideal era que as crianças aprendessem os valores morais, cívicos e desenvolvessem o patriotismo.

Numa abordagem mais recente da História Cultural, o autor Roger Chartier (1991, 2002) apresentou a interpretação do mundo como representação, constituído pelas noções de Prática, Representação e Apropriação. Esses princípios podem ser entendidos como conceitos que se relacionam e se complementam.

Para Chartier (2002), a Cultura abrange as relações entre os objetos culturais, que são produzidos pelas práticas e representações existentes, e os sujeitos que produzem e recebem essa cultura. Nas palavras de Chartier, o estudo da cultura teria por objetivo “(...) identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

As práticas culturais, conforme as palavras Chartier (1991, 2002), se configuram por serem os objetos culturais produzidos por uma sociedade e pelos modos como essa sociedade interpreta as relações e costumes gerados. A sua representação se configura pela forma como a realidade social foi dada a ler e pelo modo como foi vista. A representação é inseparável da prática e a apropriação é a forma como os sujeitos leem e veem o mundo e, desta forma, atribuem sentidos.

A revista “A Escola” se caracterizou como uma prática cultural, não só por ser um objeto de cultura produzido por um grupo de determinada sociedade, mas também, pelos usos e costumes que o periódico pretendeu produzir. Além de ser um produto cultural, “A Escola” também gerou cultura (ao proporem padrões de comportamento, costumes, atitudes etc.). A observação dessas práticas complementa o entendimento das representações, ou seja, a

representação do grupo, em relação ao ensino, gerou práticas para defesa de adequações nas instituições escolares de ensino público primário no Paraná, na primeira década do século XX.

A representação do ensino para “A Escola” estava associada ao civismo⁵ e ao engrandecimento da pátria, havendo a necessidade de novas práticas para consolidar a nova sociedade republicana e seus costumes. Ou seja, a revista “A Escola” é um objeto de cultura que, para ser produzido, mobilizou um grupo que compartilhava de práticas e representações que, por sua vez, ao ser distribuído o periódico, também pretendeu difundir novas representações e influenciar novas práticas. Nas palavras de Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (...). As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Ou seja, nas lutas de representação está contida a luta pelo poder e dessas lutas resultam as possíveis apropriações das representações, considerando os interesses dos grupos.

Chartier (1991) destacou que sua reflexão metodológica considera o estudo crítico do texto, a história dos livros e a análise das práticas. Para Chartier (1992), o processo de produção de sentido dos impressos deve considerar as relações entre o texto gerado pelo autor, as intenções do editor (suporte e edição do impresso) e o leitor (ato que gera a apropriação). De acordo com Chartier (1991), é na leitura que se constrói sentidos e os vários significados. A leitura possui seus modos de ler, que, de acordo com Chartier, é múltiplo, como se pode verificar em:

(...) os que podem ler os textos, não os leem de maneira semelhante, e a distância é grande entre os letrados de talento

⁵ O civismo presente nos discursos remetem ao fortalecimento da República e a necessidade da formação de cidadãos que, além de reconhecerem as instituições também estejam cientes dos seus deveres e direitos, pois desta forma estariam contribuindo para o progresso social.

e os leitores menos hábeis, (...) Contrastes igualmente entre normas de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, usos do livro, modos de ler, procedimentos de interpretação. Contrastes, enfim, entre as expectativas e os interesses extremamente diversos que os diferentes grupos de leitores investem na prática de ler. De tais determinações, que regulam as práticas, dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos, e lidos diferentemente pelos leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação com o escrito. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Em outras palavras, para compreender a construção do sentido, devemos considerar as relações entre o texto (estratégia da escrita do autor), o impresso (estratégia do editor e suporte) e a leitura para a compreensão da apropriação. “A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” (CHARTIER, 1991, p. 180).

Na perspectiva de Chartier (1991), o intuito é compreender as representações e práticas que constroem e dão significado ao mundo social, evidenciando as posições e interesses dos grupos ou indivíduos.

Os interesses debatidos na revista “A Escola” já estavam sendo abordadas por outros autores, décadas antes do seu lançamento, como, por exemplo, a obra “A Educação Nacional”, escrita por Jose Veríssimo (1890). Em sua análise, Veríssimo destacou a importância da educação para reformar e restaurar o povo e a nação. Compreendia que era necessário conhecer outras experiências, para analisar o que poderia ser aplicado no Brasil.

Sejamos brasileiros com todo ardor do nosso temperamento, mas sem os langores e desfalecimentos que o neutralizam. Não copiemos ninguém, mas estudemos tudo e todos e, principalmente, estudemo-nos a nós mesmos. Tiremos do conhecimento da Pátria os mesmo elementos com que havemos de preparar a grandeza. (VERÍSSIMO, 1890, p. 52).

Nesta primeira publicação, de 1890, Veríssimo demonstrou entusiasmo com a República, porém, alertava que o novo regime não garantiria a regeneração da pátria. Para o autor, o elemento, capaz de renovar e melhorar

o país, era o povo. Neste sentido, seria necessário reformar e restaurar o povo, por meio da educação para o bom desempenho da República.

Contudo, Veríssimo, em sua análise da situação do país, alegava que no Brasil seus cidadãos eram alheios à pátria e que o sentimento regional era maior que o sentimento nacional. Segundo o autor, contribuíam para esta situação, não só a grande extensão do território brasileiro, pois havia poucas vias de comunicação e a população ficava isolada em suas localidades, mas também, a falta de uma educação pública nacional e de um jornalismo atento às questões da nação.

A falta de patriotismo, afirmava Veríssimo, era um risco para a unidade da República. Para afastar o espírito separatista, defendia que a educação deveria ser nacional. Veríssimo também demonstrou, nesse livro, sua preocupação com a situação do país. Seu objetivo foi mostrar como a instrução pública precisava desenvolver o espírito brasileiro e indicar como deveria ser o ensino que favorecesse o desenvolvimento da pátria.

Na reedição, em 1906, foi incluído pelo autor o prefácio “A Instrução No Brasil Atualmente”, de grande relevância para a História da Educação no Brasil, pois nele apresentou sua visão sobre a situação do ensino nos primeiros anos da República. Veríssimo (1906) revelou sua decepção com o novo regime, ao lamentar que, apesar do primeiro governo da República ter criado um Ministério Especial da Instrução, as reformas realizadas não trouxeram melhorias necessárias para o ensino público. “Precisamos acabar de uma vez com a espetaculosidade de regulamentos, programas, instituições e organizações que ficam na prática sem nenhuma realidade” (VERÍSSIMO, 1906, p. 16). Para Veríssimo, as reformas propostas pelo Ministro Benjamim Constant eram defeituosas e poucas foram colocadas em prática.

Entendemos a decepção do autor, se considerarmos que, para ele, a educação nacional teria uma função de ordem moral e promoveria a elevação da nação, ao desenvolver na população sua capacidade física, intelectual, moral e o sentimento pátrio.

3.1 Renovação Educacional

Rosa Fátima de Souza (1998) destacou que, desde o final do século XIX já havia debates em relação ao ensino público. A escola para os educadores do final do século XIX, de acordo com Souza (1998), representava a consolidação da racionalidade e uma forma de consolidar o regime republicano. Neste sentido, houve a articulação das ideias de uma educação integral, com a necessidade de homogeneização cultural.

Para intelectuais e reformadores, a formação do homem moderno exigia uma soma maior de conhecimentos. Ancorados nos princípios da ciência, da valorização da educação moral e cívica e nas exigências da preparação para o trabalho, iniciaram a construção de um projeto cultural a ser operacionalizado pela escola. (SOUZA, 1998, p. 170/171).

Assim, acrescentou Souza (1998), o conhecimento literário, predominante no Brasil, foi sendo substituído pela ideia de uma educação baseada no conhecimento científico. Com a valorização da ciência, permitiu-se que a escola fosse leiga, substituindo a moral religiosa pelo civismo e a formação do cidadão. Os grupos de intelectuais compartilhavam a ideia de que a educação, baseada na ciência, prepararia o homem moderno e, conforme a análise de Souza (1998), esses preceitos já estavam presentes na reforma da instrução pública em São Paulo, em 1892. O projeto previa três grupos de matérias: saberes elementares, matérias da natureza e a formação moral, cívica e instrumental.

A Educação cívica neste programa daria a base da formação do cidadão republicano, fazendo o indivíduo compreender o significado e o papel do cidadão em relação ao Estado. "(...) as instituições políticas, os símbolos nacionais, noções sobre o governo (...) principais deveres e direitos dos cidadãos, deveres para com a pátria, deveres dela para com o cidadão, primeiros elementos de civilidade..." (SOUZA, 1998, p. 178/179). Com relação à educação moral, destaca Souza (1998), aplicavam-se os princípios de civilidade e bons costumes. Essas modificações demonstravam que o projeto estava em sintonia com os anseios da sociedade da época e nas décadas

seguintes, esse projeto modernizador baseado na cientificidade, continuou em debate.

Souza (2000) observou que essas discussões, ocorridas durante o século XIX, facilitaram a circulação das ideias e a propagação dos modelos educacionais oferecidos pelos países considerados os mais civilizados daquele período. Buscavam o melhor modelo para a organização pedagógica, métodos de ensino, currículos, livros, formação dos professores, organização do tempo e dos espaços escolares mais adequados, bem como a melhor forma de implantá-las.

Sobre o tema da renovação educacional, Machado (2004) destacou que no final do século XIX Rui Barbosa já defendia uma reforma no ensino popular associado à noção de transformação social, destacando a responsabilidade do Estado na organização do ensino. “Por meio da reforma educacional, afirmava nos *pareceres* sobre a educação, seria possível formar o indivíduo apto para o trabalho livre.” (MACHADO, 2004, p. 75). Para isso, era necessária uma reforma do currículo, incluindo conteúdos que preparassem o indivíduo para o trabalho.

Cabe ressaltar que, de acordo com Souza (2000), a proposta de Rui Barbosa já apresentava a reforma curricular. Inspirado nas ideias que circulavam em âmbito mundial, os projetos se direcionavam para o desenvolvimento da nação, para a modernização do país e para disciplinar e moralizar o povo. Souza (2000) destacou que foi durante o século XIX que ocorreu o processo de substituição de uma cultura literária para uma cultura científica, como ficou claro nas seguintes palavras:

A renovação do programa escolar ocorreu em consonância com o debate internacional e revela os confrontos e problemas verificados no processo de consolidação do currículo moderno. Esse currículo representou uma profunda transformação da cultura escolar, isto é, a substituição de uma escola fundamentada no ensino da leitura, da escrita, do cálculo e da doutrina Cristã, por uma escola pautada na educação do corpo, na ciência, nos valores morais, e cívicos e nos saberes instrumentais para o trabalho. (SOUZA, 2000, p. 24/25).

Contudo, Souza (2000) entende que a renovação pedagógica e curricular continuou a reproduzir uma distinção entre a educação para a elite e

para os trabalhadores. “No ensino secundário o debate girou em torno da cultura humanística ou clássico-literário e a cultura moderna, cujas referências se ancoravam no progresso científico e no caráter nacional (língua e literatura do país, história e geografia)”. (SOUZA, 2000, p. 14/15).

Observamos que a proposta de reforma educacional dos artigos da revista “A Escola” (principalmente nas propostas de Dario Vellozo para o curso de formação de professores primários e a proposta da Escola Moderna) compartilhava das ideias desenvolvidas desde o final do século XIX, com Rui Barbosa, e ainda presentes nos debates no início do século XX.

Devido a esse debate, a crença no poder da escola para o progresso, para a modernização do país e para a mudança social, adequada à nova sociedade industrial e urbana, o tema da renovação do ensino teve grande aceitação. No Paraná, no início do século XX, este tema esteve presente em debates, sendo a revista “A Escola” um dos veículos de divulgação dessas ideias, como se pode verificar em:

Diversos meios possibilitaram a circulação dessas idéias e modelos: as Exposições Universais, os congressos de instrução, relatórios oficiais elaborados por ministros e inspetores do ensino, publicações de livros, artigos, jornais e revistas especializadas no campo educacional. (SOUZA, 2000, p. 11).

No Paraná, em 1906, a necessidade de providenciar uma renovação no ensino paranaense foi abordada por Sebastião Paraná, em seu artigo inaugural. Ele afirma que a instrução pública deve ser a prioridade e a maior preocupação da escola deve ser:

(...) alevantamênto do caracter da criança, desenvolver-lhe o raciocínio, pouco se importando com a memória, filtrando-lhe no espirito sentimentos de piedade e de probidade e preparar-lhe o coração para vibrar quando necessário fôr: quer lamentando os desastres nacionaes, quer exultando com os triumphos, com as alterosas conquistas da Pátria. E' assim que se erige a educação cívica, tão necessária e imprescindivel mesmo para o progresso geral da nação. (PARANA, 1906, p. 1- 2).

Sebastião Paraná demonstrou sua opinião, de que o conhecimento adquirido na escola deveria ser mais útil e a formação deveria ser completa (intelectual, física e moral) para proporcionar o desenvolvimento da sociedade. Nesta preparação, a Moral e o Civismo seriam responsáveis por desenvolver o sentimento patriótico, considerado essencial numa República.

Um dos colaboradores da revista, Dario Vellozo, defendia a renovação educacional no Paraná e atuou ativamente para a concretização de novos projetos, utilizou outros periódicos, além da Revista “A Escola”, como uma das ferramentas para divulgação das propostas e defesa da necessidade de renovar o ensino. Conforme observa Andrade (2007), a trajetória de Dario Vellozo demonstra que tinha contato com os vários debates educacionais.

Neste primeiro exemplar, além do discurso de Sebastião Paraná, houve mais textos com discursos a favor da renovação educacional como, por exemplo, o texto de Olavo Bilac, que defendeu que a escola para nova República, para atender às necessidades dessa nova sociedade, precisava ser diferente, pois a instrução pública era considerada como fundamental para o desenvolvimento da nação.

De acordo com o texto de Olavo Bilac, a finalidade era preparar as crianças para serem adultos conscientes e preparados para a vida. Bilac, em seu artigo, ainda afirma que o ensino até então era considerado muito teórico e inútil para a vida prática. Em seu entendimento, a moral era importante para a vida adulta e, nos artigos da revista, houve uma preocupação na propagação das virtudes, do nacionalismo e patriotismo para incutir nas crianças o bom caráter, o nacionalismo e o amor à pátria.

Contudo, a revista “A Escola” não foi o único veículo de divulgação de um novo projeto educacional em Curitiba, no início do século XX. Conforme assinala Andrade (2007), os projetos do campo educacional, desenvolvidos em Curitiba, concomitante ao período de circulação da revista “A Escola”, construíram “um espaço de reflexão e contestação em relação às questões educacionais” (ANDRADE, 2007, p. 192). Como exemplo de revistas, a autora destacou além da revista “A Escola”, a revista “O Cenáculo”, “Pátria e Lar⁶”, “Fanal” e “Brazil-Cívico”.

⁶O periódico “Pátria e Lar” foi estudado por Rosany Joicy Melo sob o título: “DARIO VELLOZO E A CRIAÇÃO DA REVISTA PÁTRIA E LAR: uma estratégia educacional para uma Curitiba

Andrade (2007) afirmou que as revistas pedagógicas foram um veículo eficiente para a divulgação dessas novas ideias e Dario Vellozo se utilizou delas para atrair mais jovens. Andrade ainda destacou que, no início da República, a imprensa adquiriu importância pela sua aceitação social e, devido a isso, o uso da imprensa gerou uma “(...) disputa acirrada entre diferentes grupos pela circulação de suas respectivas representações de mundo.” (ANDRADE, 2007, p. 194).

Conforme destaca Eleutério (2012), durante a Primeira República (1889-1930), a imprensa brasileira vivenciou um período de transformações. Em seu estudo afirmou que a diversificação da imprensa decorreu das inovações tecnológicas, que permitiram inserir ilustrações e aumentaram a capacidade das tiragens. As novas técnicas auxiliaram para a melhoria da qualidade de impressão e diminuição do custo, conseqüentemente, aumentaram o público consumidor dos impressos, importante veículo de comunicação que informavam, faziam propaganda etc.

Além da inovação técnica, Eleutério (2012) acrescentou que para o crescimento da imprensa foram importantes os investimentos na alfabetização e na produção de papel, que ocorreram nos primeiros anos da República no Brasil. Contribuíram, para a produção editorial, outros meios de comunicação, como o telefone e telégrafo, pois adiantava o acesso da redação às notícias para serem publicadas.

A revista pedagógica “A Escola” foi um periódico contemporâneo a este período de efervescência da imprensa republicana e o seu conteúdo privilegiava questões relacionadas ao ensino público primário no Estado do Paraná.

Em 1907, edição n.5/maio, encontramos o artigo *Subsídios Pedagógicos*, escrito por Dario Vellozo, no qual enalteceu a opulência do país, da natureza, cultura agrícola, comércio e indústrias, falou das raças e da miscigenação, destacando as virtudes. Após essas colocações, o autor afirmou que no Brasil há condições para o progresso e o que faltava era a escola. Em seu discurso, defendeu a urgência na reforma da instrução popular para o

Republicana. (1912-1913)”. A dissertação de mestrado foi apresentada no programa de pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Maringá em 2016 e esta disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2016/2016%20-%20Rosany%20Joicy%20Melo.pdf>.

Brasil atingir a hegemonia sul-americana: “Precizamos de ENSINO NACIONAL que faça brasileiros, que faça cidadãos, que faça homens; não seres exgotados por excessivo trabalho mental, em cursos quasi inúteis na lucta pela existência.” (VELLOZO, 1907, p.48). Dario Vellozo defendeu que o ensino tinha que ter conhecimentos utilitários e destacou necessidade de desenvolvimento da agricultura para o desenvolvimento do comércio e da indústria.

A defesa de uma reforma na instrução popular foi retomada no exemplar de 1907, n. 6/7- junho/julho da revista, no artigo: *Epístolas Pedagógicas IV*, escrito por: F.R. de Azevedo Macedo. Neste artigo, Macedo defendeu a educação popular numa carta destinada ao Presidente do Estado, o Sr. João Candido Ferreira. Em seu conteúdo, Macedo reconheceu que o Governo não negligenciava a educação e tentou sensibilizar para a necessidade de estimular leis e instituições: “(...) aperfeiçoar o individuo para aperfeiçoar a coletividade” (MACEDO, 1907, p. 68). Em seu entendimento, a educação seria o caminho para solucionar os problemas do futuro e que essa educação não poderia negligenciar as mulheres e os operários, ou seja, para esses Macedo propôs que houvesse escola noturna.

O tema da necessidade de modificações no ensino era recorrente no periódico. Em 1907, n.8/9 - agosto/setembro, o tema foi retomado com Dario Vellozo, que abriu a edição com o artigo: *Subsídios Pedagógicos; Da Instrução Pública*. Neste texto, Vellozo destacou a função do professor e do Estado para melhorar a educação e assim melhorar a sociedade: “O Estado faculta e facilita a instrução e a educação; o indivíduo transforma-se em cellula consciente na collectividade.” (VELLOZO, 1907, p. 108). Com este raciocínio, afirmou que se os governantes não proporcionassem boa instrução para a população estariam prejudicando os cidadãos e contribuindo para a decadência do país.

Em seu discurso, Vellozo demonstrou que seus argumentos foram baseados nas obras de Edmond Demolins e Rocha Pombo, referente à sua obra escrita em 1900, “Grande Problema”, na qual destacou que a crise das profissões liberais seria resultado da organização do sistema de ensino. Neste mesmo número, Dario Vellozo transcreveu um capítulo da obra de Rocha Pombo, no qual falou sobre a Escola Modelo na Inglaterra.

Vimos em alguns discursos que as experiências educacionais e progressos de outros países foram usados para comparar o nível de desenvolvimento, associando com a forma educacional. Esse tipo de argumento foi apresentado por Armandio Sobral, que escreveu um artigo destacando o exemplo do Japão. De acordo com Sobral, o Japão era uma das nações mais adiantadas, pois tiveram a influência da educação. Ao descrever a situação da instrução pública no Japão, defendeu que no Brasil o governo deveria melhorar a instrução pública para tornar um país próspero.

A discussão sobre a urgência em uma renovação educacional foi retomada em 1908, edição n.2 - maio/junho. O artigo: *O Ensino Nacional*, escrito por Manoel P. Frazão, discorreu sobre a importância do ensino para a salvação da pátria. Seus argumentos sugeriam a aplicação da pedagogia moderna⁷ e seus autores para atingir o desenvolvimento do Brasil, conforme as experiências de outras nações mais avançadas que atingiram o desenvolvimento. Frazão, em seu discurso, afirmou que era o momento para tentar um esforço de melhorar o ensino para garantir a prosperidade.

Ainda em 1908, n.º 6/8 - outubro a dezembro, no artigo: *A Escola Moderna*, Vivaldo Coaracy fez uma crítica aos pais que desejavam que o filho tivesse o título de bacharel, pois, segundo o autor, esse tipo de ensino impedia o progresso da economia, dos comércios, agricultura e indústria. Coaracy afirmou que a escola atual encaminhava o país para a burocracia. Neste sentido, o autor defendeu a necessidade da Escola Moderna que privilegiasse os ensinamentos utilitários, teóricos e práticos, preparando o aluno para a agricultura, comércio, indústrias e as artes.

Os artigos acima relacionados abordaram a necessidade da reforma do ensino, associando ao progresso social. Segundo Dario Vellozo, a Escola Moderna teria por finalidade preparar a juventude para a sociedade e para o trabalho. A indiferença com a instrução pública era o motivo de sua crítica aos governantes: "(...) Os Estados pertencem aos povos; e estes possuem o direito de pedir contas aos seus comissionados. Os governos não têm direitos, têm deveres; a soberania só pertence ao povo." (VELLOZO, 1909, p.10). Em seu artigo, Dario Vellozo demonstrou a preocupação e a revolta com a situação

⁷Sobre as noções de pedagogia moderna no final do século XIX e início do século XX ver: Rosa Fátima de Souza (1998).

do país, visto que, em seu entendimento, sem a educação adequada o desenvolvimento do país se prejudicaria. “(...) A instrução pública, a instrução popular precisa atingir outros estádios do saber humano.” (VELLOZO, 1909, p.11).

Com essa afirmação, Dario Vellozo lamentava o fato do Governo não implantar novas metodologias de ensino da Escola Moderna e criticava os políticos pelo abandono da instrução pública. Citou Paulo Tavares, na obra *Questões de Ensino*, na qual alegava que a República precisava de cidadãos e não de súditos. Conclui que a Escola Moderna faria bons cidadãos.

Vellozo criticou a escola daquele período e novamente defendeu a necessidade de reforma do ensino, no exemplar de 1909, n.2/3 - julho – agosto, no texto *Subsídios Pedagógicos*, no qual argumentou sobre as vantagens do ensino cívico. Observe leitor:

A instrução popular visa a educação cívica. Armar o futuro cidadão para vencer na vida e promover a prosperidade do Estado, é primordial dever dos governos.

A ignorância leva à decadência.

Sem instrução utilitária e sem educação cívica o homem não se pode transformar em factor de riqueza, nem saberá cumprir sua missão patriótica. (VELLOZO, 1909, p. 55).

Para Dario Vellozo a educação e o civismo foram os principais argumentos para justificar a urgência de reformular o ensino, que levaria ao desenvolvimento do Estado. Nesta mesma edição, Dario Vellozo apresentou outro artigo, *Ainda a Escola Moderna*, no qual além de reafirmar a necessidade da renovação educacional para o progresso, o autor destacou as vantagens da Escola Moderna. Segundo Vellozo, a Escola Moderna seria adequada às necessidades, pois foi pensada de acordo com os preceitos da pedagogia moderna e experiências de outros países.

Em 1910, n.º 4 a 6/janeiro – março, observamos que além do ensino cívico também foi mencionado a educação esthetica para a melhoria educacional. Foi transcrito uma parte do texto de Veríssimo de Souza, *O Prisma da Educação Com Suas Quatro Cores*, que foi lido na sessão do dia 23 de dezembro, no Congresso dos Professores. Na revista, o título dado foi Educação esthetica e com a proposta de inclusão do ensino estético,

observamos que a renovação do ensino esteve na pauta do evento. Veríssimo de Souza destacou, nesse texto, as vantagens da estética para a vida do homem e também afirmou que o povo brasileiro tem uma tendência natural para a arte, à estética e o belo. “Somos um povo patriota, heroico, inteligente e propenso às artes plásticas”. (SOUZA, 1910, p. 211).

De acordo com Veríssimo de Souza, a intenção do ensino estético não seria de formar artistas, mas sim desenvolver nas crianças o sentimento pela arte e o belo. Em sua compreensão, influenciados pela estética, os hábitos do povo seriam modificados e aumentaria a sua inteligência, fazendo do Brasil um país hegemônico e admirado universalmente, pois era dotado de muitas belezas naturais e superiores aos outros países. “Que grande influência os bellos panoramas da Suíça e da Holanda não exercem nos destinos daquelles povos que são a admiração do mundo!” (SOUZA, 1910, p. 211). Para concluir seu discurso, afirmou que o Brasil seria a primeira nação do mundo, quando a educação nacional fosse a prioridade para o povo e para os governos. Afirmou ainda que o povo brasileiro tem todas as condições para fazer do país a primeira nação do mundo, e que faltaria: “Só ensinar o civismo á infância, trabalhar pela educação do povo, tornando assim o Brazil a nação que terá ainda a hegemonia universal no concerto das nações.” (SOUZA, 1910, p. 211).

As críticas ao ensino daquele período e a defesa de uma renovação educacional abriu a última edição de 1910. O texto inicial escolhido foi uma das palestras de Dr. Claudino dos Santos, realizada em conferência sobre a instrução pública no ano 1910. A transcrição da palestra: *Ligeira Excursão Pelos Domínios da Psychologia do Ensino*, o Dr. Claudino dos Santos fez uma crítica à instituição escolar operante até aquele momento. A argumentação do autor foi a de que a escola não proporcionava instrução que pudesse fortalecer o nacionalismo e fazer o povo mais homogêneo. Argumentava que a escola não havia recebido os cuidados necessários pela República e as várias reformas não contemplavam um plano seguro e benéfico para a instrução pública. Com base nisso, destacou a necessidade de melhorar o padrão do ensino, pois no seu entendimento, as desigualdades decorrem das diferenças na educação recebida e a preparação da nova geração deveria considerar o pleno desenvolvimento do indivíduo, o que fica esclarecido em:

Que o ensino assim cuidado desça sobre a alma da criança, aproximando quanto possível da natureza, illuminando-a, como um halo de luz resplandecente, cortando, como essa extraordinaria nebulosa, a que pertencemos, toda a curvilinea, toda a esphera, que elle possa abranger, na vida nacional, para que a criança de hoje, seja amanhã, no convívio da communhão brasileira e de todo mundo, não o joguete das pequeninas paixões desencontradas, mas o arbitro consciente dos seus, dos nossos destinos. (SANTOS, 1910, p. 269).

Dr. Claudino dos Santos ainda acrescentou na conclusão de sua palestra que, para se concretizar a formação adequada, a criança deveria receber o preparo de um lado por sua mãe e por outro por seu mestre.

Com os discursos mencionados acima, percebemos que circulava naquele momento em Curitiba o ideal de construir um projeto educacional moderno e que contribuísse para que as crianças fossem preparadas para a vida adulta, sem desvincular da mulher a sua função social de cuidar do lar e dos filhos.

Conforme apontado por Rossi (2009) houve no Brasil, durante a Primeira República, uma apropriação dos princípios de projetos educacionais da modernidade. Rossi observou que desde a época da Revolução Francesa, a escolarização foi considerada como uma forma de construir a nacionalidade, e para isso, recorreram às ideias iluministas, como apresentado na seguinte citação:

(...) no Brasil, nos processos desencadeados com a Independência e depois com a República, foram significativos os esforços de reformas da instrução publica. Nos séculos XIX e XX, criaram-se projetos voltados para a constituição de uma escolarização laica, gratuita, publica, para ambos os sexos e universalizada. (ROSSI, 2009, p. 91).

Da mesma forma no Paraná, e com a Revista A Escola, observamos que houve a circulação desses ideais da modernidade, que foram apropriados e serviram como uma referência para um projeto de renovação educacional. Rossi (2009) enfatizou como nesse período a educação adquiriu um caráter regenerador por muitos intelectuais que buscavam a unidade da nação, e a escola neste sentido foi um veículo para construir os símbolos e legitimar a República. “A renovação educacional buscava homogeneizar as referências

sociais do país” (ROSSI, 2009, p. 92). Em outras palavras, ao ensino caberia a tarefa de criar “(...) uma nova cultura nacional, fundamentada nas noções de civismo” (ROSSI, 2009, p. 93).

Ainda acrescentou em seu estudo que essa preocupação de desenvolver a democracia estava presente em vários intelectuais. “(...) a educação cívica era entendida não apenas como um meio para se instruir sobre a Pátria e seus símbolos, mas para habituar os escolares à prática da moral cívica.” (ROSSI, 2009, p. 94). Assim, podemos visualizar esse contexto em Curitiba com a revista “A Escola”, no qual intelectuais defenderam um projeto de renovação educacional. Este projeto tinha como intenção fazer da escola primária pública uma instituição civilizadora, que disseminaria entre os alunos o sentimento pátrio e os valores civis e morais. Na sequência foi abordado os discursos que demonstram esta concepção de que a escola deveria desempenhar um papel na formação do cidadão.

3.2 A Instrução Pública e o Dever do Cidadão.

Conforme estudo de Rossi (2003), com o advento da República e a laicização do ensino da moral religiosa foi substituído pela disciplina de Instrução Moral e Cívica. Esta disciplina se destacou nos relatórios dos agentes escolares, do estado de São Paulo, conforme a escola primária se associou ao caráter civilizatório das crianças e jovens. “(...) o ensino de Moral e Cívica pretendia, por um lado, a formação moral no que se refere aos costumes e à civilidade e, por outro, legitimar e exercitar os sujeitos na vida republicana (...)” (ROSSI, 2003, p. 175). Desta forma, a escola pública primária foi vista como meio de viabilizar um projeto civilizador e desenvolvidor do sentimento pátrio, formando os alunos em cidadãos cientes de seu dever e essa perspectiva se irradiou por outros estados do Brasil.

Na revista “A Escola”, o primeiro exemplar apresentou o artigo *A Missão da Escola*, escrito por Lourenço de Souza. Neste artigo esteve presente a associação da escola com o projeto civilizador, pois Lourenço de Souza defendeu a importância da escola primária. De acordo com Souza, a escola

primária seria uma instituição civilizadora e compartilha a visão de que a escola era um fator poderoso do progresso e felicidade social. Sua missão seria de desenvolver as crianças, norteador o seu caráter para a moral, a ciência. Nas palavras de Souza temos:

Mas para que essa preexcelsa instituição produza esses magnificentísimos resultados de aperfeiçoamento e regeneração das collectividades sociaes, é forçoso que ella se não desvie jamais da estrada ampla e luminosa que a deve conduzir triumphantemente ao termo da sua superrima e civilizadora missão. (SOUZA, 1906, p.3).

Lourenço de Souza não foi o único a atribuir o papel civilizatório da escola pública primária. Em 1906, n. 6 - Julho, a revista "A Escola" iniciou com um artigo intitulado: *Instrucção Civica. Grandeza de encargo que incumbe à mocidade*; assinado por Droz. O texto começou com uma reflexão sobre as gerações. Novas gerações atingem a idade de servir a pátria, participar da vida adulta e afirmou, que para o futuro ser próspero, a nação precisava receber de suas novas gerações "os alimentos para sua grandeza e força". (DROZ, 1906, p. 103). O texto é quase um apelo aos jovens, no qual o autor utiliza de argumentos para conscientizar a importância do cidadão:

Moços, vós sois a esperança da pátria, vós sois o reforço de que ella tem necessidade para preencher os vacuos abertos pela morte. A patria muito cedo vos confiará o encargo de vigiar pelos seus destinos: pesada responsabilidade á qual vós não podereis vos subtrahir. Vossos paes, para alcançarem a liberdade, tiveram luctas muitas vezes sanguinolentas. E' a herança mais preciosa que elles puderam vos deixar, porque sem ella os outros bens seriam de pouco valor. A patria conta comvosco para manter esta herança, e tanto quanto é possível para a augmentar e desenvolver. (...). Estareis em estado de o preencher sem desanimo ?

Sim, se com antecedencia houverdes fortificado vossa alma pelo estudo consciencioso de vossos deveres e direitos.

Vós sereis indignos da liberdade se não possuiredes as virtudes que caracterizam o bom cidadão; se não amar eles a pátria até o ponto de dar o vosso sangue para salvaguardar a sua independência ; se não trouxerdes na vida publica vistas sans e justas sobre os melhores meios de fazer o vosso paiz feliz no interior e respeitado no exterior (DROZ, 1906, p. 103).

Droz, nesse trecho, destacou a defesa da liberdade e ressaltou os deveres e os direitos do cidadão. Acrescentou, mais adiante, em seu discurso, que as crianças deveriam aprender aquilo que precisariam fazer na vida adulta e seriam várias essas atividades e deveres (obrigações pessoais, para com a pátria, a família e Deus). E para cumprir seus deveres, ser um cidadão útil e homem honesto, afirmava o autor, era necessário se preparar desde cedo por meio do ensino e da instrução cívica. Droz encerrou seu artigo com a seguinte declaração:

A palavra cívica vem do latim *civis* que quer dizer cidadão. Chama-se civismo o todo das qualidades que fazem o bom cidadão e que são: o amor da pátria e da liberdade, o respeito do direito e da justiça, a dedicação á família e a seus concidadãos. O fim, portanto, da instrução cívica é formar o cidadão, ensinando-lhe a conhecer as instituições de seu paiz e dando-lhe regras de conducta, firmes e seguras para se dirigir na vida publica. (DROZ, 1906, p. 104).

No discurso de Droz observamos que, para que houvesse o desenvolvimento dessas ações e sentimentos de cidadão, em contrapartida o aluno teria que demonstrar como princípios: o desejo de instruir-se, a autonomia de agir após ter adquirido conhecimentos básicos e liberdade de expressar o que sentia e pensava. Quanto à educação moral, afirmou que sua finalidade seria fazer com que o aluno compreendesse e conhecesse seus direitos e deveres em relação à família e à nação. Seus argumentos demonstraram uma preocupação com o futuro da nação que, no seu entendimento, para alcançar a prosperidade era necessário cidadãos conscientes e preparados para cumprir o seu papel social e a escola teria a finalidade de proporcionar essa formação aos alunos.

Julio D'Alva neste mesmo número da revista escreveu o artigo: *O Segredo da Victoria*, no qual citou uma aula magna ministrada pelo engenheiro naval Lourenzo D'Adda, que conviveu com a frota naval japonesa por alguns meses, ocorrida no liceu de Bucaria em Milão. O artigo falava sobre o povo japonês dando exemplo de como conseguiram superar os conflitos (referindo-se à guerra russa/japonesa). Assim afirmava que a superioridade do Japão ocorreu devido à boa instrução e caráter dos soldados, livres do alcoolismo e

analfabetismo. Evidenciou que para os japoneses o mestre era o mais importante da sociedade e por isso atingiram o progresso, vejamos:

São cinco linhas, só cinco linhas, e explicam tudo: as victorias na guerra, os progressos nas letras, as conquistas na sciencia, a cultura na vida social, a solidariedade na dôr, a communhão na alegria, a disciplina nos exercitos, a honestidade na administração, o civismo na politica. Uma nação que tudo fia na sciencia, que em cada aldeia abre um templo á sciencia, que cerca a sciencia de todas as formulas e respeitos do ritual, que faz do mestre-escola um levita e manda que todos os poderes, todos, inclusive o do glaudio, lhe prestem homenagem, é evidentemente invencível; (...) uma nação assim educada desde o berço, só pode fornecer heroes á guerra, estadistas á politica, homens limpos ás finanças, funcçionarios zelosos á administração, sábios ás escolas e exemplos ao mundo. (D'ALVA, 1906, p. 131).

Nesse discurso, a noção de que a escola tem um papel fundamental para a construção da nação foi abordada, utilizando um exemplo prático, o Japão, que, com a valorização do ensino, pautado na cientificidade, alcançou um nível superior de desenvolvimento. Com esse exemplo, intenciona conscientizar a importância da escola para formar bons cidadãos no Brasil e atingir o mesmo resultado do Japão.

O tema da instrução pública e a preparação do cidadão foi retomado no ano de 1907, n.1 a 4, que foi iniciada com o artigo de Dario Vellozo: *Subsídios Pedagógicos*, no qual defendeu a importância de educação para preparar todos a cumprir a missão social. Dario Vellozo argumentou a necessidade de uma reforma no ensino, porém criticou as reformas fragmentadas que estavam ocorrendo, pois entendia que a prosperidade da civilização estava associada à educação escolar. Em seu texto destacou que a falta do progresso era consequência de uma educação inadequada. Afirmava que para um povo tornar sua nação forte precisaria que a educação os preparasse para serem vencedores. Como argumento fez analogias entre o nível de desenvolvimento dos países europeus Espanha X Alemanha e Irlanda X Escócia.

Outro artigo que utilizou um país como argumento que demonstrasse a relação entre a instrução pública e a formação do cidadão, para a prosperidade da nação, foi o texto de Lourenço de Souza, com o título de: *A Instrução na Rússia*, que demonstrava a concepção de Lourenço de Souza, de que a falta

de instrução e o analfabetismo deixaria um país mergulhado na escuridão. A situação da Rússia foi utilizada como exemplo das consequências negativas da baixa instrução de um povo. A ignorância deixa o povo sem condições de perceber um governante déspota e não há a liberdade necessária para a civilização prosperar, afirmando que:

A instrução é a base única do progresso social e do verdadeiro patriotismo, assim como a escuridão do espírito tem como consequência lógica e necessária o atraso e a covardia de um povo. Não pode ter a alma afervorada de civismo quem não aprendeu a amar a pátria. Chegando o momento em que lhe cumpre o dever sacrosanto de pagar à pátria o doloroso tributo de sangue, elle só tem para com ella a mais criminosa indiferença. (SOUZA, 1907, p. 30).

Nesse texto a Rússia foi descrita como uma nação atrasada e como consequência da situação foi apontada a política e a educação. No âmbito político foi destacado o fato da Rússia não ter um regime Republicano que, de acordo com o autor, era fundamental para a verdadeira civilização, no que se refere ao ensino, o destaque foi o fato de existir alto índice de analfabetismo (90% de acordo com Souza) e, para embasar seus argumentos, foram apresentados outros índices do ensino na Rússia.

Seguindo o tema da importância da instrução pública e os deveres do cidadão, no ano de 1908, n. 2 - maio e junho, no artigo: *O Ensino Nacional*, Manoel P. Frazão destacou a educação que todos os cidadãos deveriam ter. De acordo com seu artigo, o ensino, o professor e os exemplos que os alunos adquirissem na escola seriam importantes para que entendessem que a lei é para todos e que não devem ser passivos no caso de má atitude de governantes, como explica:

E' muito difícil aos meninos (e não é raro acontecer também aos adultos) compreender a diferença que ha entre a lei, a que todos devem obediência, começando pelas autoridades, e o capricho dos que governam a que se deve oppor alguma resistência. Se o mestre faz ver tudo isso por meio de exemplos, como explica por meio de problemas as regras da arithmetica, os meninos assim educados entrarão na sociedade, não só instruídos e ágeis, como sabendo tirar-se de um grande numero de difficuldades na vida. Eis a educação que todo o cidadão tem direito de receber. Dir-me hão que mais tarde elles aprenderão tudo com a experiencia! Eis uma

expressão que se repete por toda a parte e que tem até as honras de um aforismo, e que, entretanto, nenhum valor tem! (FRAZÃO, 1908, p. 44).

Frazão destacou que era necessário que a escola se preparasse para essa missão de dar uma educação completa. Para Frazão, a escola até aquele momento estava desorientada e que a verdadeira necessidade, da sociedade e da República, era de cidadãos cientes de seu papel social, dos seus direitos e deveres, cientes da soberania popular e, agindo de acordo com a inteligência, garantiriam que a República cumprisse seu papel e, conseqüentemente, atingiriam o desenvolvimento social.

O dever social dos cidadãos também foi destaque no artigo de Alfredo Munhoz, em 1908, n.3 a 5 - jul/set, com o título: *O Dever*. Para o autor, a ideia do dever levava o indivíduo a agir de forma correta e digna. De acordo com Munhoz, todo cidadão deveria ser ciente de seus direitos e exercê-los para que a sua pátria tivesse o melhor governo. Essa concepção, de que o cidadão deve agir conscientemente para construção de uma sociedade próspera e uma República forte, reaparece nesse artigo, quando os argumentos de Munhoz retomam a noção de que a escola deveria preparar o indivíduo para a vida e a Educação Moral e Cívica na escola, pois o cidadão preparado iria exercer os seus direitos e exigiria um bom governo para sua pátria e, desta forma, teria um desenvolvimento harmônico.

Em 1909, n. 2 e 3- julho/ agosto, o dever do cidadão foi retomado no texto *Subsídios Pedagógicos*, escrito por Dario Vellozo, no qual afirmava que com a Educação Cívica os cidadãos se tornariam conscientes para agir pelo bem público. “O Brasil precisa de educação cívica; o cidadão precisa compreender e praticar seus deveres, exigir seus direitos” (VELLOZO, 1909, p. 56). Porém, Dario Vellozo lamentou que no ensino faltassem escolas utilitárias e afirmava que o ensino, naquele momento, era insatisfatório e apontou como solução, reformas. Seu argumento foi de que a escola deve formar homens aptos para a vida adulta. “O Paraná, como o Brasil, não cuidou ainda em adaptar o ensino público às necessidades de sua função econômica e cívica.” (VELLOZO, 1909, p. 51). Para justificar seus argumentos, destacou que a compreensão dos direitos e dos deveres sociais faria com que na vida

adulta os homens agissem pela razão e trabalhassem em prol do desenvolvimento econômico e social.

Ainda em 1909, n. 4 e 5 – set/out, no artigo: *Ainda a Escola Moderna*, Dario Vellozo publicou novamente uma reflexão sobre a finalidade da educação. Na sua concepção a sociedade contemporânea precisava pensar no ensino não só nas questões pedagógicas, mas também no seu caráter social e cívico. O resultado da escola seria civilizatório, uma escola moralizadora, progressista e do ensino depende o progresso da humanidade. Utiliza o termo “missão” ao se referir que a escola deve encaminhar os alunos para a vida adulta e lamentou novamente a falta de iniciativa do governo em relação ao ensino público primário.

No último ano da revista, em 1910, n. 1 a 3, a redação da revista transcreve o texto *O Self-Government na Escola*, traduzido da Revista Minerva de Roma, onde há a descrição de uma experiência pedagógica de uma escola americana, na qual os alunos iniciaram uma forma de autogestão. O autor do texto, John H. Francis (diretor do Polytechnico de Los Angeles), destacava como efeitos, sobre o caráter dos alunos, o sentimento de responsabilidade, capaz de substituir as punições. “O novo systema constitue um preparo ideal par o futuro cidadão americano, uma vez que o *self government* escolar é baseado no dogma democrático: o povo deve ser governado pelo povo e para o povo.” (REDAÇÃO, 1910, p. 174). Apoiava que, pelos resultados alcançados na disciplina escolar, o sistema deveria expandir para outras escolas.

Os alumnos devem persuadir se de que são os cidadãos das escolas, em cujo bom andamento estão directamente interessados, ainda mais que os próprios professores.

Na escola, devem desenvolver praticamente os princípios fundamentaes dos direitos e dos deveres civis, e que se não havia até agora conseguido. O *self government* dá aos alumnos um sentimento de responsabilidade, que lhes fortalece o caracter, desenvolvendo a personalidade e a seriedade dos meninos e a dignidade e o *savoir faire* das meninas, de modo sorprehendente. (REDAÇÃO, 1910, p. 175).

A escolha desse texto pela redação pode significar que compartilhavam da concepção de que a escola deve proporcionar aos seus alunos a

responsabilidade e consciência de cidadãos que entendem, praticam e defendem os seus deveres e direitos civis. Agindo todos como bons cidadãos, contribuem para o bem estar e desenvolvimento de todos. Argumentavam que escola também deve promover esses ensinamentos, pois compartilhavam que a finalidade era preparar as crianças para a vida adulta.

Na edição n.º 1 a 3 – janeiro a março de 1910 - o tema aparece novamente com o texto de Veríssimo de Souza, *O Prisma da Educação Com Suas Quatro Cores*, no qual atribui à escola uma função maior do que transmitir conteúdos. No seu pensamento deve haver a preparação das crianças para que desenvolvam e melhorem os hábitos do povo. O papel do cidadão, de acordo com o autor, deve ser ativo em benefício da população. Argumentava que o cidadão não deve ser submisso nem conivente com a opressão ou politicagem que prejudiquem o coletivo, e a escola, que prepara a criança para a vida adulta, faz com que elas compreendam o seu valor como cidadão e assumam ativamente seu papel, pois a República e a soberania pertencem ao povo.

A noção de que a instrução pública tem como finalidade proporcionar uma educação capaz de conscientizar e capacitar as crianças para a vida adulta, visando o cumprimento de sua função social como bons cidadãos, esteve presente desde o ano de 1906 e foi retomado nos anos seguintes, até o último ano de circulação da revista, em 1910, conforme verificado nos discursos anteriores. Buscando demonstrar a importância do dever do cidadão, utilizaram, como argumentos, a realidade de alguns países com o intuito de demonstrar a urgência em reformular o ensino para proporcionar o progresso do país. Na sequência deste texto foram privilegiados os discursos que sugeriram práticas e comportamentos a serem incorporados nas escolas.

4. AS PROPOSTAS DAS PRÁTICAS ESCOLARES

Conforme Dominique Julia (2001), eleger a Cultura Escolar como objeto histórico implica examinar suas relações, conflituosas ou pacíficas, com outras culturas com as quais estabelecem relações. De acordo com Dominique Julia (2001), foi na época moderna (séc. XVI) que se iniciou a construção de 3 elementos que constituem a Cultura Escolar atualmente. São esses elementos: a criação de um espaço escolar específico; a criação de uma seriação dos cursos escolares; e a formação profissional especializada em educação. Desta forma a Cultura Escolar foi definida por Julia como:

(...) poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10).

Dominique Julia (2001) aponta a possibilidade de reconstruir as práticas escolares por meio da análise de normas, programas oficiais de ensino e revistas pedagógicas. Estudar as normas, por exemplo, permitiu descobrir a escola como lugar de inculcação de *Habitus*⁸ e de padronização de comportamentos. Observa ainda que quando a instrução primária se torna obrigatória, no decorrer do século XIX na Europa, estava associada a um projeto político:

(...) que visa a associar cada cidadão ao destino da nação à qual pertence. Não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de “progresso”. (JULIA, 2001, p. 23)

⁸Conforme bibliografia o conceito de *Habitus* para D. Julia, contempla as noções desenvolvidas, no campo da sociologia, por N. Elias e P. Bourdieu nas obras: ELIAS, Norbert. O Processo civilizador: Uma história dos costumes, trad. Ruy Jungmann, revisão e apresentação Renato J. Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994; traduzido de *Über den Prozess der Zivilisation* vol.1 . e a obra de BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. Os Herdeiros: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. Para N. Elias o *habitus* decorre de um processo historicamente construído. Para Bourdieu o *habitus* é construído no processo de socialização no qual o indivíduo está inserido.

No que se refere ao processo de profissionalização dos professores Dominique Julia (2001) demonstrou a relevância de estudar os critérios pelos quais os candidatos foram avaliados para compreender o perfil que foi associado a este profissional no âmbito da Cultura Escolar. Observou ainda que as disciplinas escolares se modificam conforme a finalidade educacional e o professor dispõe de certa liberdade no exercício de sua função podendo questionar a natureza do conhecimento que irá difundir.

Referente à instituição escolar Bourdieu e Passeron (1992) consideraram a escola como instituição que dispõe de uma forma específica tanto na sua estrutura quanto no seu funcionamento que garantem a sua função de produzir e reproduzir determinada cultura. A escola, neste sentido, impõe e inculca uma cultura dominante que é reproduzida.

(...) os meios institucionais dos quais dispõe enquanto instituição relativamente autônoma, detentora do monopólio do exercício legítimo da violência simbólica, estão predispostos a servir também, sob a aparência da neutralidade, os grupos ou classes dos quais ele reproduz o arbitrário cultural. (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p.75).

Ou seja, na escola ocorre a imposição e a inculcação da cultura dominante, que passa a se reproduzir socialmente. Desta forma, Bourdieu e Passeron (1992) nos chama a atenção para o poder da instituição escolar e para a violência simbólica que ela exerce ao impor suas práticas, sua cultura e significados. A violência simbólica se caracteriza pelo fato do grupo dominante, ao articular a organização das instituições, adquirirem a legitimidade da dominação privilegiando a propagação da sua cultura.

Na sequência foram reunidos discursos publicados na revista “A Escola” que apresentaram propostas de práticas e comportamentos considerados adequados e que deveriam ser adotados nas escolas paranaenses.

4.1 O Cotidiano Escolar: Datas e os Rituais Comemorativos

Destacamos alguns dos discursos publicados no periódico “A Escola”, em que foram apresentadas propostas de como aproveitar o cotidiano em prol do desenvolvimento da identidade nacional e do patriotismo. Observamos que

as práticas propostas seguiam por dois caminhos: por um lado buscavam enaltecer os heróis nacionais e, por outro, valorizavam os feriados cívicos como eventos propícios para inculcar na criança o sentimento nacional.

No primeiro exemplar, a revista “A Escola” apresentou na seção *Noticiário*, uma nota que considerou de utilidade pública, no qual destacou os feriados nacionais. Observa-se que, dos onze feriados anuais, nove são datas cívicas. Os outros dois feriados são do dia 1 janeiro (confraternização universal) e 2 de novembro (finados) não fazendo menção aos outros feriados cristãos como a páscoa. Em relação às práticas escolares havia uma recomendação do Inspetor Escolar Dr. Sebastião Paraná para os professores explicarem sobre o feriado e prepararem uma solenidade para os alunos conforme transcrição abaixo:

Nas vésperas dos dias de festa nacional e estadual os professores deverão explicar succintamente aos seus alunos o motivo que determinar o feriado. E' conveniente que os professores procurem revestir esse acto de certa solemnidade, afim de que sua allocução cale fundo no espirito de seus discípulos.

Os referidos dias feriados são:

1.º de Janeiro, consagrado á commemoração da fraternidade universal;

24 de Fevereiro, commemorativo da promulgação da Carta Constitucional da Republica;

7 de Abril, commemorativo da promulgação da Constituição do Estado do Paraná;

21 de Abril, consagrado á commemoração dos precusores da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes ;

3 de Maio, consagrado á commemoração da descoberta do Brazil;

13 de Maio, consagrado á commemoração da fraternidade dos Brasileiros;

14 de Julho, consagrado á commemoração da Republica, da Liberdade e da Independência dos povos americanos;

7 de Setembro, consagrado á commemoração da Independência do Brazil;

12 de Outubro, consagrado á commemoração da descoberta da America;

2 de Novembro, consagrado á commemoração geral dos mortos;

15 de Novembro, consagrado á commemoração da Patria Brasileira ;

19 de Dezembro, installação da Provincia do Paraná.

São também feriados os domingos, de accordo com o artigo 43 do Regulamento da Instrucção Publica, e o periodo que vae de 1.º de Dezembro até 16 de Janeiro, de conformidade com o artigo 61. (NOTICIARIO, 1906, p.16).

A valorização das datas cívicas revela um propósito. No estudo de Oliveira (1989) observamos que com a Proclamação da República houve a necessidade de reorganizar a sociedade criando um imaginário coletivo e promovendo unidade nacional. A memória nacional é construída com os rituais, os símbolos e os heróis e foi utilizado para a nova República legitimar o regime político no Brasil.

Os estados nacionais foram pródigos em definir hinos, bandeiras, imagens e símbolos que “personificam” a nação, fornecendo-lhes o sentido de identidade e expressando sua soberania. Legitimidade, soberania e cidadania são as questões centrais de construção de uma nação e se fazem presentes na organização da tradição e da memória coletiva, constituidora da identidade nacional (OLIVEIRA, 1989, p. 181).

Neste sentido podemos afirmar que as festas cívicas, os novos símbolos, contribuíram para legitimar a República formando uma unidade nacional e a escola foi uma instituição no qual esses valores foram disseminados.

Bencostta (2004) ao interpretar as manifestações da cultura cívica na escola percebeu que os desfiles patrióticos organizados nos grupos escolares transmitiram uma linguagem coletiva, expressaram símbolos e fizeram os desfiles serem identificados como grandes festas. Bencostta (2004) entende as festas dos desfiles patrióticos como acontecimentos coletivos especiais que estavam intercalados no calendário escolar e, desta forma contavam com o empenho e adesão de alunos e professores. Ou seja, as festividades escolares foram construções sociais criadoras de significados e representações para a cultura cívica gerando uma memória social, o sentimento coletivo e produzindo identidade e inculcando valores e valorizar o sentimento cívico.

Conforme destacou Bencostta (2004) é necessário considerar que foi o Estado quem definiu os feriados cívicos exercendo o controle sobre a construção da memória, ou seja, o Estado determinava o que deveria ser lembrado. “(...) a festa escolar cívica perpetuava uma recordação, separava o que tinha importância e o que não era relevante pra a história/memória dos alunos e para a fundação de sua identidade social.” (BENCOSTTA, 2004. s/p). O autor acrescentou que os desfiles transformaram as ideias em imagens e símbolos que foram incorporados no imaginário coletivo. As festividades

cívicas, de acordo com Bencostta (2004), foram utilizadas pelo governo para inculcar uma consciência patriótica nos futuros cidadãos e conquistar o apoio da sociedade e, nesse contexto, a escola foi um forte agente que inculcação do civismo.

Referente às práticas escolares com os ritos e símbolos cívicos a redação da revista transcreveu uma matéria sobre a fundação da Liga do Ensino, escrito pelo jornal *O Diário Da Tarde* de 11 de fevereiro de 1907. A associação foi recebida com entusiasmo, pois a finalidade da Liga do Ensino seria trabalhar em prol da educação popular. Entre os objetivos apresentados destacamos: “(...) Promover a composição de hinos e árias paranaenses para serem cantados nas escolas. Em summa: fazer tudo que possível fôr em prol da educação popular. (REDAÇÃO, 1907, p. 64).

A iniciativa da formação da Liga do Ensino foi de A. Macedo que na primeira reunião da Associação Liga do Ensino defendeu a adoção dos métodos usados no EUA na Escola Normal para que fosse mais prática e utilitária. Do discurso feito na reunião destacou-se, dentre outros pontos, a fala sobre as práticas nas escolas:

Nas escolas publicas lembra a necessidade de hinos patrióticos que tão benéfica influencia exercem no espirito da creança, não só inculcando-lhe desde cedo o culto cívico por esta terra paranaense, como também despertando-lhe o sentimento da esthesia e ainda mais, educando a voz que é sobretudo um salutar exercicio physico. (REDAÇÃO, 1907, p.65).

Outro fator mencionado que contribuiria para a formação do cidadão seria o ensino de Educação Moral e Cívica. A esse respeito Paulo Tavares escreveu um artigo com o título: *Educação Moral e Instrução Cívica*. Afirmou que homens que se preocupam com a educação defendem que deve haver nos programas de ensino a Educação Moral e Cívica. Ao professor caberia a sensibilidade de encontrar a melhor maneira de ensinar a moral para as crianças com os fatos do cotidiano da vida escolar. “É preciso que o professor não perca a ocasião de um bom conselho” (TAVARES, 1907, p. 92). Em seu entendimento a educação cívica faz com que os homens compreendam seus deveres com a pátria e somente assim o Estado poderia se manter. Tavares

argumentou que o ensino de Educação Cívica deveria ser baseado nas resoluções votadas no Congresso dos Professores em Paris de 1902 propondo que fosse estabelecido:

I.º) Dar o «ensino» cívico e social é fazer conhecer de modo methodico e fazer comprehender às crianças:

Os principios sobre que são fundadas as instituições do paiz; estas instituições, suas origens e suas transformações históricas, os direitos e os deveres politicos e sociaes dos cidadãos;

As diferentes fórmas de associação politica, sua evolução e suas relações com o meio social e economico.

b) dar a «educação “ cívica e social:

E’ orientar as aptidões intellectuaes e Moraes da creança, para a meditação e a pratica proxima de seos direitos e de seos deveres politicos e sociaes;

E’ ensinar à creança seos deveres para com a patria.

Esta educação não se contenta somente em respeitar a liberdade da creança; ella a cultiva, a desenvolve e a moraliza, associande-lhe a idéa de justiça e de solidariedade humana.

Nesta educação toda a intervenção da politica e dos partidos é incompativel com a formação de um espirito livre.

II - « Ensino » a) o ensino civico e social, que deve existir no estado difuso em todo o curso dos estudos primarios e secundario, será dado em proporção ao espirito dos alumnos e de modo independente, em conferencias especiaes, durante o ultimo anno do primeiro cyclo e será objecto de estudo especial no cyclo superior.

b) Este ensino, em suas grandes linhas, assentará sobre a Declaração dos Direitos (art. 72 da Constituição); os principios da Constituição e do direito publico brasileiro; os deveres para com a patria; os deveres de solidariedades entre os concidadãos ; a moral cívica, social e internacional (...)

c) Occorre fundar o ensino cívico e social, nas classes elementares, sobre a declaração dos direitos do homem, explicada por um commentario apropriado à idade e ao desenvolvimento intellectual da crianças.

III “Educação” – a) Não occorre editar, no ponto de vista pedagogico regras especiaes, para a educação civica e social. Esta educação resulta normalmente de uma instrucção e de uma educação geraes bem conduzidas, e principalmente da instrucção civica sendo o espirito cívico fundado sobre a justa noção das relações dos homens entre si e de seos communs interesses

b) D’ahi resulta:

1º Que a educação civica e social scientifica e, por consequencia, methodica, capaz de preparar os jovens para desempenhar com razão e moralidade sua tarefa de cidadãos, deve ser garantida a todos os alumnos do ensino secundario;

2º Que os professores devem inspirar a seos alumnos o desejo de tomar parte nas associações de protecção post-escolares» leigas.

IV Este ensino e esta educação serão exclusivamente confiados aos professores titulares e adjuntos, que nelle collaboram em razão de suas funcções respectivas. (TAVARES, 1907, p. 93/94).

As resoluções acima demonstram que em relação ao ensino cívico a proposta era para que as crianças pudessem conhecer e respeitar as instituições do Estado, bem como conhecer os seus direitos e deveres de cidadão e agir com moral e solidariedade. Desta forma, como resultados do ensino cívico, haveriam jovens preparados para cumprir seu papel de cidadão, com racionalidade e moral, demonstrando a valorização dos princípios cívicos profundamente ligados às escolas.

A importância dos princípios cívicos foi retomada em 1906, n. 5 – junho, da revista “A Escola”, com o texto de Elvira Faria Paraná, que enalteceu as virtudes do patriotismo dando como exemplo a história de Domingos Fernandes Calabar. Em sua narrativa sobre Calabar destacou que por não aceitar a captura de índios Calabar se voltou contra os portugueses e por esse motivo foi considerado traidor de Portugal.

Digno e patriota, Calabar insurgiu-se contra a sórdida traficancia dos filhos da metrópole. Seo coração de brasileiro altivo sangrou em presença do quadro triste que avistára em plena matta de sua terra querida, transformada em calvário de seos próprios filhos! (FARIA PARANÁ, 1906, p. 88)

Elvira F. Paraná afirmou que com sua atitude de se aliar aos Holandeses, Calabar deveria ser considerado um herói para os brasileiros, pois ele lutava contra a perseguição de indígenas e a favor de um futuro melhor para o Brasil. Elvira Paraná buscou um fato histórico para associar a dignidade de uma atitude patriótica como a de Calabar:

Atilado, perspicaz como era, previo que sob o domidio hollandez a sua terra seria mais feliz. Esse povo que lucha com as vagas e vence o oceano, venceria tambem as distancias em nossa Pátria, fazendo a locomotiva silvar no interior dos sertões, onde ainda hoje estão despresados os mais faustosos thesouros, devido á incúria de quem herdamos a falta de emprehendimento, de audácia e mesmo de civismo.” (FARIA PARANÁ, 1906, p. 89).

No passado, Calabar foi considerado como traidor, porém ao retomar o fato Elvira Faria Paraná deu uma nova significação. Tendo como contexto a Proclamação da República a autora entendeu que o comportamento de Calabar foi digno de honra, ou seja, um herói nacional. No seu discurso Elvira Paraná comparou o período de Calabar com o momento em que escreve, no qual afirmou que o país continuava atrasado e que seu povo não desenvolveu o empreendedorismo e o patriotismo.

A valorização dos heróis nacionais foi tema de um artigo no ano de 1906, n. 3- abril, com o título: *O Heroe dos Heroes*, o feriado do dia 21 de abril foi mencionado como uma data gloriosa digna de ser lembrada. O discurso afirmou que a recordação de Tiradentes deveria ser comemorada com solenidade e entusiasmo. “Este dia para todo o sempre memorável, marca a epocha mais gloriosa da nossa historia, epocha em que a briosa Minas foi a Thabor sagrado onde transfigurou-se o heroe dos heroes da Inconfidencia” (REDAÇÃO, 1906, p. 47). De acordo com o texto, Tiradentes foi movido pelo patriotismo e pretendia libertar sua pátria. “Elle pretendeu dar-nos uma verdadeira liberdade, proclamando no Brazil a Republica Federal”. (REDAÇÃO, 1906, p. 47).

Os adjetivos atribuídos ao Tiradentes foram: nobre coração de Nazareno, sentimentos generosos, grande Apóstolo da Democracia, grande herói, sublime evolucionário, e a critica foi de que as ideias patrióticas de Tiradentes, que dariam a liberdade do país e a soberania popular, foram sufocadas com a prisão e esquartejamento do revolucionário Tiradentes. A mensagem transmitida pelo texto demonstrou que a republica era considerada uma grande conquista a ser valorizada, legitimada e defendida, e que a vida de Tiradentes deveria ser lembrada e servir de exemplo para todos devido as suas virtudes e pelo seu amor a pátria. Conforme vimos com Bencostta (2004) as festividades eram importantes para criar no ambiente escolar a inculcação dos valores cívicos. Na revista “A Escola”, de acordo com os artigos acima relacionados, houve a valorização dos feriados, dos símbolos pátrios (desfiles, hino, bandeira) e dos heróis nacionais como forma de cultivar os valores patrióticos no cotidiano escolar e desta forma preparar a infância para serem cidadãos.

4.2 O Professor: Virtudes e ações

Para compreender o perfil do professor proposto pela revista “A Escola” e o papel desse profissional para a construção do cidadão é necessário considerar a construção de identidades. Conforme observa Bauman (2005), surge na modernidade o Estado Nação e a identidade nacional. “A *idéia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento* e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha dentre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela *idéia*” (BAUMAN, 2005, p. 26). O autor acrescenta que a identidade foi criada e para se consolidar precisou da coerção.

O Estado buscava a obediência de seus indivíduos representando-se como a concretização do futuro da nação e garantia de sua continuidade. Por outro lado, uma nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre o seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária. (BAUMAN, 2005, p. 27).

Cabe lembrar que em 1906, quando iniciou a publicação da revista “A Escola”, o Brasil apresentava um contexto de formação nacional, visto que a Proclamação da República havia ocorrido em 1889. A identidade nacional era ainda uma preocupação. Neste sentido o Estado buscava a legitimação da República e a escola era a instituição mais propícia para propagação dos valores cívicos e para fazer as crianças incorporarem o papel de cidadão. Para este processo ter sucesso o papel do professor era imprescindível, desta forma o professor deveria ser um exemplo de moral e cidadania e toda a categoria deveria se identificar dentro de padrões considerados adequados para os educadores.

E, de acordo com S. Hall (2000), pelo fato das identidades serem construídas pelos discursos é necessário considerar os locais históricos e institucionais em que foram gestadas, bem como as práticas discursivas, as estratégias e as iniciativas específicas em que foram produzidas. E ainda sobre as identidades observa:

Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso (...). Isto é, as

identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, se ajustadas- idênticas- aos processos de sujeito que são nelas investidos. Se uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-de-sujeito exige não apenas que o sujeito seja “convocado”, mas que o sujeito invista naquela posição, então a suturação tem que ser pensada como uma *articulação* e não como um processo unilateral. Isso, por sua vez, coloca, com toda a força, a *identificação*, se não as identidades, na pauta teórica. (HALL, 2000, p. 112).

A identidade que os discursos da revista “A Escola” buscava divulgar em relação ao papel do professor demonstrou que o professor deveria ser exemplo fora da sala de aula assumindo um papel social com intuito de melhorar a sociedade.

Em 1906, na edição n.1- fevereiro, o artigo: *A Missão da Escola*, escrito por Lourenço de Souza, fez considerações em relação aos mestres: criticou os que não são bons dizendo que esses não deveriam ser contratados devidos sua função para a sociedade. Demonstrou, em seu artigo, que os mestres eram responsáveis pela grandeza da pátria, pois preparavam a infância norteando seu caráter para uma conduta moral, a qual chama de ciência da conduta humana. Neste sentido a educação cívica na escola era imprescindível para o progresso da nação, pois atingiria todas as crianças e o professor seria o exemplo.

No mesmo exemplar, 1906 n.1- fevereiro, Elvira Faria Paraná, no seu artigo intitulado: *A Escola*, destacou a importância da escola primária. Elvira F. Paraná afirmou que a escola deveria ser agradável para a criança, que teria na figura do professor um amigo. Em relação ao comportamento, o professor primário: “(...) seja carinhoso, possua um caracter impecavel, seja em fim um exemplo de virtudes. A escola deve ser a continuação da casa paterna.” (FARIA PARANÁ, 1906, p. 9).

Elvira Faria Paraná continuou seu discurso dizendo que o professor deveria capacitar o aluno para a vida adulta, agindo conscientemente. Referente ao tema do patriotismo sugere que o professor aproveite as oportunidades para construir na memória dos alunos o espírito patriótico de uma forma natural.

Como meio de alçar o espírito patriótico de seus pequenos alumnos, o preceptor inteligente, sempre que houver ensejo, fará lembrar os dias gloriosos da Pátria, não como um amontoado de datas e batalhas, mas narrando com entusiasmo e singeleza os feitos de seus illustres e bravos filhos, as suas conquistas em prol da liberdade, etc., tudo em linguagem simples e adequada á intelligencia de seus alumnos. (FARIA PARANÁ, 1906, p.9).

Nesse discurso, percebemos a concepção de que o professor deveria ter determinada conduta e que suas atitudes carregavam em si uma identidade. Com suas ações e os valores seria um exemplo de moral e cidadania, e desta forma conscientizaria o aluno do amor à pátria e suas responsabilidades civis. Esta ideia foi reforçada em 1907, na edição n. 6 e 7/ junho – julho no artigo: *Subsídios Pedagógicos III Escola Moderna- Plano e Programma de Estudos*, quando a redação da revista, afirmou que ao professor é necessário que tenha o saber e o caráter. Nessa mesma edição foi publicado um artigo de Paulo Tavares com o título: *Educação Moral e Instrução Cívica*, no qual o autor afirmou que o professor contribuiria para a educação moral dos estudantes, pois com sua conduta e ensinamentos conduziria os alunos para a moralidade. Acrescenta que o ensino da história auxiliaria na educação moral por conter exemplos de patriotismo. Ao professor caberia a sensibilidade de encontrar a melhor maneira de ensinar a moral para as crianças com os fatos do cotidiano da vida escolar. “É preciso que o professor não perca a ocasião de um bom conselho” (TAVARES, 1907, p. 92). Tavares argumentou que a educação cívica faria com que os homens compreendessem seus deveres com a pátria e somente assim o Estado poderia se manter.

No número seguinte, 1907 n. 8 e 9/ agosto-setembro, Dario Vellozo abriu a edição com o artigo: *Subsídios Pedagógicos; da Instrução Publica*. Nesse texto Vellozo destacou a função do professor e do Estado para melhorar a educação e assim melhorar a sociedade: “Na escola publica o professor tem de abtrahir-se de opiniões sectárias, fator da VERDADE e da JUSTIÇA.” (VELLOZO, 1907, p. 109). Em seu discurso realizou uma critica às escolas de ensino religioso, demonstrando que a função do professor deixou de ser relacionado à religião, passando a ser relacionado à política.

Por esse motivo destacou que o professor da escola republicana, no exercício de sua função, não deveria impor suas convicções religiosas, pois a

escola deveria ser leiga. O tema foi novamente discutido no último número da revista do ano de 1907, n.10/ outubro - dezembro. No seu artigo sobre os *Subsídios Pedagógicos: da moral nas escolas*, Dario Vellozo, além de criticar o ensino religioso destacou que a Moral é norma de conduta, independentes da religião todos deveriam seguir. Seu intuito foi fazer uma crítica às religiões que usam a moral como algo associado ao credo e transformando a obediência uma virtude de seus fieis. Em relação aos mestres argumentou que aos profissionais que se sentirem em conflito com a sua função e sua crença deveriam abandonar o cargo. Em seu entendimento, ao aproximar o ensino da religião o conhecimento científico, os programas e as leis seriam deturpados e, para concluir, afirmou que a escola leiga deve contar com funcionários idôneos.

O tema foi abordado por outros colaboradores. No exemplar de 1908, n. 2/ maio - junho, nele o artigo: *O Ensino Nacional*, escrito por Manoel P. Frazão, entende que é momento para tentar um esforço e melhorar o ensino para garantir a prosperidade. Para que isto ocorresse seria imprescindíveis que os professores fossem capazes e honestos, pois a escola, além de ensinar, deveria também educar o indivíduo, para isso a educação moral e cívica e os exemplos dados eram importantes:

Porem a propósito de educação moral e civica, limitam-se os professores a algumas explicações sem exercício algum. Ora, uma regra sem um exemplo não vale nada. (...) E' preciso que as virtudes cívicas, a energia, a independência, a responsabilidade, a dedicação, e muitas outras qualidades que formam o caracter, e que dão ao menino a consciência de sua individualidade e de sua dignidade pessoal, que tudo seja ensinado por uma serie de exercícios, que tem o desenvolvimento dessas forças únicas que podem decidir do futuro, não só do indivíduo mas sobretudo da sociedade. (...) E' preciso que se desenvolva enquanto o menino está em idade de se corrigir e é na idade escolar. (...) Tudo isso deve ser regulado na escola, quando o mestre tem toda a autoridade sobre o menino. (FRAZÃO, 1908, p. 43).

Observamos que a noção de que a educação que todos os cidadãos deveriam ter além do conhecimento englobaria o exemplo do professor ambos foram considerados importantes para que o cidadão entendesse que a lei é para todos e que não deveriam ser passivos no caso de má atitude de governantes. Ou seja, o bom cidadão faria com que a pátria se desenvolvesse.

Em 1908, n 3 a 5/ Julho a setembro, o primeiro artigo foi escrito por Claudino dos Santos que destacou as formas como o conhecimento é adquirido. Santos considerou que, a aprendizagem ocorre numa multiplicidade de eventos, ou seja, não é só na escola que acontece a educação, o indivíduo aprende em casa e em várias situações cotidianas, além de também se auto educar ao construir seus pensamentos. Este seu discurso buscou fazer com que o leitor compreendesse a importância do papel do professor para a formação das crianças, pois além do conteúdo também ensina com sua conduta e exemplos, revelando novamente a noção de que o professor deveria incorporar um determinado comportamento.

No mesmo exemplar da revista o artigo de Cyro Silva, *Um Pouco De Pedagogia: A História Pátria nas Escolas Primárias*, propõe que os professores dessem mais importância ao ensino de História. Neste sentido destacou que o professor primário deve valorizar a história pátria, pois entende que a finalidade da instrução leiga é formar bons cidadãos, assim o estudo da história era fundamental, pois facilitaria o nacionalismo e compreensão dos sentimentos cívicos bem como os princípios de conduta.

Dario Vellozo publica, em 1909, n. 2 e 3/julho- agosto, outro texto: *Subsídios Pedagógicos*, continuação de artigos com o mesmo título publicados anteriormente. Nesse artigo criticou os maus professores que, segundo ele, seriam os mestres que reprovavam todos os alunos, pois não conseguiram aprender após um ano de estudo. Este argumento foi utilizado para defender a ideia de que o magistério não era um simples meio de vida e que para ser professor deveria haver a vocação. O bom professor, de acordo com Vellozo deveria se identificar com seus alunos para que estes aprendessem o conteúdo e, acrescenta que jamais poderia impor seu credo no exercício de sua função. Os argumentos usados por Vellozo reforçavam os discursos anteriores, no qual a função do professor foi associada a uma série de atribuições relacionadas ao papel exercido socialmente.

E esta temática, sobre o dever do professor, voltou a ser mencionada no ano de 1910, n. 4 a 6/ abril – junho, no artigo intitulado: *Inamovibilidade dos professores*, escrito por Dr. Azevedo Macedo se tratava de um discurso apresentado no Congresso dos Professores, no qual Macedo manifestou a defesa dos professores para que sejam independentes da ação política. A

motivação decorre da emenda que suprimia o art. 112, que dava garantia que o professor só poderia ser removido se fizesse o pedido ou quando a escola fosse fechada mediante o parecer do conselho superior. Na sua interpretação políticos poderiam usar esse poder para prejudicar professores por questões políticas.

Devemos, pois, garantir também os professores para que eles cumpram o seu dever sem sevilismo, dando aos seus alunos exemplos de dignidade e de civismo.

É certo que o fim da instrução é a educação, e nós começamos por aviltar o professor, submettendo-o às contingências dessas pequeninas vinganças, de modo que ele dará aos seus alunos o exemplo do temor que lhe infunde a ação dos potentados locais.(...) a principal missão do professor é formar o carácter de seus alunos. Para isso ele deve torná-los dignos, fazendo quem que eles tenham a compreensão do que são e do que valem como cidadãos.

O professor, mas suas próprias relações deve dar aos seus alunos exemplos vivos que possam ser considerados norma de conduta, pois o principal factor da educação é o exemplo dado pelo professor. (MACEDO, 1910, p. 236).

No seu entendimento, a retirada da emenda significaria deixar o professor livre desse perigo e, além de garantir o direito pessoal, garantiria com sua conduta bons exemplos para os futuros cidadãos. Neste discurso de Macedo percebemos que a visão de cidadão, e o exemplo que o professor deveria transferir para as crianças, eram de dignidade e civismo. Essa valorização do exemplo que o professor exerce em relação à criança percorre vários exemplares ao longo dos anos que a revista foi editada.

De acordo com os discursos, as crianças deveriam receber exemplos da família e da escola. Confirmada essa perspectiva, a redação da revista reproduziu um texto do Dr. Claudino dos Santos, em 1910, n. 7 a 12/ julho - dezembro, sobre a psicologia do ensino, no qual o autor deu exemplos de que era em casa que a criança deveria receber no cotidiano as orientações de como agir corretamente. Porém, quando isso não ocorresse, os pais não corrigissem os filhos, o trabalho continuaria com o mestre. O professor, na sua perspectiva, devido a sua formação, foi considerado preparado para instruir a criança a proceder corretamente. Com isso a criança perceberia que: “Nella repousam as esperanças da nossa pátria com uma das mais esforçadas

contribuidoras do seu engrandecimento, do seu vigor, da sua pujança.” (SANTOS, 1910, p. 265). Seus argumentos buscar reforçar a ideia de que a criança influenciaria o futuro e por esse motivo sua formação deveria receber atenção.

A criança que fosse bem educada pela família, no seu entendimento, não sofreria as consequências de seu mau comportamento. Quando chegasse à escola, essa criança poderia sentir medo, estranheza e inseguranças. Neste sentido, Claudino dos Santos afirmou que caberia ao mestre dar acolhimento e segurança, pois ele seria o responsável pela preparação das crianças.

“(…) esse a quem está entregue, e a quem compete igualmente, como colaborador da grande obra, o destino e o futuro da pátria, no preparo de seus filhos (...). Não se póde, assim, compreender educador sem vocação para o officio, sem o pendor natural para a função, que não pode ser a meramente mercantil da burocracia dos povos; mas que deve ser a nobremente elevada do apostolado do bem.” (SANTOS, 1910, p. 267).

Com sua afirmação, demonstrou sua concepção de que o professor moderno deveria ser consciente de sua missão de instruir e educar. De acordo com o autor, para o desenvolvimento adequado, a criança precisava receber da sua família e da escola a educação: “Consiste em formar esse meio, todo o empenho, para que delle brotem, como os rebentos da primavera, os cidadãos da nossa pátria, que há de ser maior ainda, pela instrução e pela educação de seus filhos.” (SANTOS, 1910, p. 268/269). Ainda acrescentou na conclusão de sua palestra que para se concretizar a formação adequada, a criança deveria receber o preparo de um lado por sua mãe e por outro pelo mestre. Suas afirmações evidenciaram como o professor foi representado e qual a identidade que pretendiam associar a estes profissionais.

Em 1906, N. 7/ agosto, Esther Pereira deu ênfase ao perfil do professor. Escrevendo sobre a formação docente o artigo de Pereira destacou os princípios didáticos relativos à moral, ou seja, a autora demonstrou a preocupação de preparar esse professor para auxiliar a constituição de um comportamento considerado adequado ao cidadão: “Moral - O professor conduz a creança á pratica do dever, mantendo-lhe e garantindo-lhe a liberdade de consciência”. (PEREIRA, 1906, p. 123).

Essa preocupação com a formação dos professores estava ligada à necessidade de reformulação dos cursos de formação. Referente a essa reformulação, em 1907, n. 6 e 7/ junho – julho, Azevedo Macedo escreveu as *Epistolas Pedagógicas IV*, indicando o livro de Dario Vellozo para ser usado no curso normal. Para justificar a adoção do livro elogiou os esquemas, argumentando quanto à organização das lições e aos conteúdos atualizados. A redação da revista também escreveu uma nota para divulgar o livro de Dario Vellozo. Com o título *Parecer*, a nota falou sobre o *Compêndio de Pedagogia* escrito por Dario Vellozo, que elaborou um programa do 1º ao 3º ano da Escola Normal, sendo que propôs para este curso, na 10ª lição, uma aula de Moral e Instrução Cívica. O próprio Dario Vellozo, em 1908, apresentou o artigo *Escola Moderna*, defendendo a necessidade de melhorias na formação dos professores.

A edição 1909, n. 4 e 5/ setembro - outubro, iniciou com um texto divulgando o Congresso dos Professores Públicos que seria realizado nos dias 17/18/21 e 23 de dezembro de 1909. A orientação era de que deveriam participar o maior número possível de educadores. O evento pode ser entendido como uma maneira de engajar mais professores nos debates educacionais, bem como uma forma de conhecer as opiniões e as diversas experiências dos professores de outras localidades unificando a classe e forjando uma identidade.

Vimos como a atuação do professor foi concebida nos diversos discursos. A intenção era de propagar uma identidade ao professor para que assumisse uma posição considerada adequada. Cabe destacar que, conforme aponta Woodward (2000) “(...) identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000, p. 8). Neste sentido, compreendemos que a noção de identidade é construída socialmente. Em sua análise, Woodward destacou que esses sistemas simbólicos possibilitam o que o indivíduo é ou o que poderá se tornar.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-os como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa

experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo que podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2000, p. 17).

Além do ensino, o professor deveria proporcionar aos alunos exemplo de virtude e moral. Nos artigos apresentados pela revista, a proposta era conscientizar os professores do papel que deveriam desempenhar para a sociedade (melhorar a educação e com isso melhoraria a sociedade). Adjetivos como carinhoso, amigo, virtuoso, cidadão patriótico etc., foram atribuídos ao comportamento considerado adequado para os que desempenhariam a função, ou vocação, de professor. Quem não se enquadrava no perfil não era considerado apto para a função.

4.3 A Proposta Curricular: a inclusão da Educação Moral e Cívica

António Nóvoa (1997) destaca que observar a História do Currículo permite compreender que o conhecimento escolar, constituído historicamente pela sociedade, esta sujeito a mudanças e o principal objetivo da História do Currículo é:

(...) compreender como é que uma determinada <construção social> foi trazida até o presente influenciando as nossas praticas e concepções do ensino. (...) é importante desconstruir o processo de *fabricação* do currículo, de forma a mostrar as opções e os interesses que estão subjacentes a uma determinada configuração do plano de estudos e das disciplinas escolares (...) é preciso sublinhar a dimensão *social*, uma vez que o currículo esta concebido para ter efeito sobre as pessoas, produzindo processos de selecção, de inclusão/exclusão e de legitimação de certos grupos e ideias. (NÓVOA, 1997, p. 10).

Neste sentido, podemos afirmar que o currículo apresenta uma dimensão social que evidencia as concepções de ensino defendidas por determinado grupo. Na dissertação de Elisangela Alves dos Reis Silva (2014), observamos os elementos do Currículo como construção social. Buscando as definições do conceito em autores como Ivo E. Goodson, Reis Silva (2014) destacou que no currículo podemos perceber a sistematização dos conteúdos métodos empregados “(...) que devem ser seguidos para que o objetivo seja atingido, assim pode ser considerado como uma representação do que se tem de mais “valido” ou “autorizado” no campo disciplinar.” (REIS SILVA, 2014, p. 50). Acrescentou que o currículo, pelos objetivos sociais e políticos variados e diferenciados, pode ser entendido como instrumento de integração e diferenciação do ensino. Reis Silva (2014).

Conforme ressalta Reis Silva (2014), o currículo não é neutro, assim não podemos somente analisar suas características de organizar o conhecimento a ser transmitido.

O currículo é uma coleção de sistemas de pensamento que incorporam regras e padrões por meio dos quais a razão e a individualidade são construídas. As regras e padrões produzem tecnologias sociais cujas consequências são regulatórias. A regulação envolve não apenas aquilo que é cognitivamente compreendido, mas também como a cognição produz sensibilidades, disposições e consciência no mundo social. (REIS SILVA, 2014, p. 53).

Ou seja, o currículo carrega em si relações de poder, transmitindo determinada visão social. Neste sentido, a proposta da pesquisa, neste momento, foi de verificar os discursos da revista “A Escola” que defenderam alterações na organização escolar, em seus vários aspectos, para compreender quais os interesses e ideais foram manifestados pelo grupo, bem como qual a concepção de ensino buscaram legitimar.

A inclusão de Educação Moral e Cívica na estrutura curricular foi mencionada em algumas das edições e os discursos apresentavam propostas e argumentos que justificariam as adequações sugeridas. Uma das adequações se referia aos cursos de formação docente. Na edição de Agosto 1906, n. 7/ agosto, o artigo de Esther Pereira destaca que no 2º ano dos alunos do Curso Normal os princípios didáticos relativos ao ensino deveriam ser:

Racional—baseando-se na Verdade;
 Intuitivo —dado naturalmente, falando ao cérebro e ao coração do aluno;
 Prático—por meio de aplicações e exemplos;
 Simples e elementar—linguagem clara, emprego da analogia, etc.
 Indutivo-dedutivo—O professor parte de uma base verdadeira e, para verificar se os alunos compreenderam, manda resumir a lição, deduzindo.
 Moral—O professor conduz a criança á pratica do dever, mantendo-lhe e garantindo-lhe a liberdade de consciência.
 (PEREIRA, 1906, p. 123).

As observações de Esther Pereira revelam que na sua concepção o ensino deveria influenciar e preparar os futuros professores a uma determinada pratica. Ou seja, para ser professor haveria a necessidade de desenvolver as habilidades didáticas para conseguir envolver os alunos, e a sensibilidade para perceber e adequar sua prática em sala de aula. Já em relação à moral, o professor se encarregaria de conduzir seus alunos a cumprir o dever de cidadão agindo com racionalidade.

Outra proposta para inovação da organização curricular mencionada nos discursos da revista “A Escola” se refere à obra de Dario Vellozo para alterações no Curso Normal. Em 1906, n.º 8 e 9/ setembro- outubro, o artigo: *Epistolas Pedagógicas*, F.R.A. Macedo destacou com entusiasmo o livro de Dario Vellozo intitulado: *Compendio de Pedagogia*. Macedo transcreveu em seu artigo a súmula do livro de Dario Vellozo para o currículo do Curso Normal. Nesta obra, Dario Vellozo organizou o curso em lições propondo um novo formato, 1º, 2º e 3º ano da Escola Normal para adequar a formação docente com a nova demanda escolar. Cabe ressaltar que para o 3º. Ano o Curso Normal teria uma lição de Moral e Instrução Cívica.

O artigo de Macedo não foi o único a mencionar a obra de Dario Vellozo, pois, em 1907, n.6 e 7/ junho-julho, o tema foi retomado. A redação da revista escreveu uma nota para divulgar o livro com o titulo: *Parecer*. A nota falou sobre o *Compêndio de Pedagogia* elaborado por Dario Vellozo para o curso da Escola Normal e também transcreveu a súmula do livro escrito por Dario Vellozo no qual descrevia as lições a serem ministradas em cada ano da Escola Normal.

A obra: *Compêndio de Pedagogia*, de Dario Vellozo apareceu novamente em outros artigos. No ano de 1908, n. 2/ maio-junho, o primeiro artigo a mencioná-lo foi escrito por Ermelino de Leão que destacou a obra como adequada para ser utilizada no curso da Escola Normal e acrescentou que foi desenvolvida de forma racional, simples, prática baseada em valores democráticos, em valores morais e que foi bem escrita. No texto também elogiou Dario Vellozo e sua iniciativa de escrever essa obra didática.

No mesmo ano de 1908, n. 3 a 5/ Julho - setembro, o tema foi retomado por Claudino dos Santos que demonstrou admiração pelo livro *Compêndio De Pedagogia*, escrito por Dario Vellozo. Ao indicar o livro *Compêndio De Pedagogia*, Claudino Santos afirmou a necessidade da reforma do currículo na Escola Normal, bem como proposta construída no livro de Vellozo.

Dario Vellozo escreveu o *Compêndio De Pedagogia* direcionado aos cursos de formação de professores, e para o ensino primário defendeu a ideia da implantação da Escola Moderna. No ano de 1908 n.1 /março, Dario Vellozo apresentou o texto: *Escola Moderna*, no qual expôs suas ideias para o plano e o programa da Escola Moderna, que foi um projeto de criar postos agrônômicos nas áreas rurais. Entre as disciplinas propôs a inclusão de Educação Moral e Cívica, que deveria ser ministrada à noite.

Para ele, além de reformular o ensino, era necessário que cada Estado da República conhecesse o seu papel social e econômico, e para o Estado do Paraná o estabelecimento desses postos agrônômicos era importante, pois tornaria o ensino mais utilitário. Dario ainda fez uma crítica ao governo por não manifestar empenho em tais reformas atrasando o desenvolvimento agrário do estado.

A Escola Moderna applausos e sympalhias vae despertando, já não só em nosso Paiz, mas no estrangeiro. Impossível realizal-a de um elance em todo seo complexo conjuncto, dada ausência de formação particularista em nosso meio, a defficiencia de capitaes, o pouco ou quasi nenhum entusiasmo dos governos por teutamens dessa ordem.” (VELLOZO, 1908, p.10).

O programa proposto por Dario foi detalhado, sua proposta indicou que o curso agrônomo seria de 2 anos de estudo, com aulas teóricas e práticas, e segundo seus estudos, o custo para o governo seria viável, visto que os resultados fariam do Estado do Paraná o exemplo para os demais. A obra expõe detalhes de como seria o curso com o novo currículo, matérias, conteúdos, horários, férias, custos etc. Na sua proposta a Educação Moral e Cívica estava inserida entre as ocupações artísticas e diversões.

O tema foi retomado por Dario Vellozo em 1909, n. 1/ junho, no qual escreveu o texto: *Da Escola Moderna*, falando sobre o Plano do Programa de Ensino. Dario Vellozo afirmou que estudou e examinou organizações escolares do extremo oriente asiático, da Europa e da América com o intuito cívico de resolver a crise econômica social do Brasil e do Paraná. Nesse texto, Dario Vellozo demonstrou a sua preocupação e a revolta com situação do país, visto que considerava que sem a educação adequada o desenvolvimento do país se prejudicaria.

Querendo tornar a Escola Moderna vantajosa realidade ao Paraná, encarei-a como obra de civismo, e não de agiotagem. Se della houvesse querido fazer empresa commercial, dil o hia com a mesma franqueza, que para tanto me assiste o direito. O único tribunal ante o qual me curvo é o de minha consciência; e tambem me curvo ante o conceito dos homens verdadeiramente dignos (...). Apprendi, porem a considerar-me cellula social, como dever de pugnar pela comunidade, mesmo ainda com sacrificio da paz e do repouso da alma e do corpo. E sinto-me bem, ao lado dos companheiros, ferindo lealmente a grande batalha, pela verdade, pela justiça, pelo progresso ... A instrucção publica, a instrucção popular precisa attingir outros estádios do saber humano. (VELLOZO, 1909, p.11).

Dario Vellozo lamentou o fato do Governo não implantar essa nova metodologia de ensino, pois em sua opinião os políticos abandonaram a instrução pública. Observamos que a intenção não era apenas divulgar a necessidade de um novo projeto e o livro de Dario Vellozo. A Revista foi utilizada como um instrumento para tentar implantar um novo ensino, que acreditavam ser mais adequado para a sociedade, e a mudança passaria inclusive pela estrutura curricular.

Sobre a Escola Moderna, por exemplo, a redação da revista apresentou a obra de Vellozo como importante contribuição para a organização dos postos agrônômicos. Argumentaram as vantagens do conhecimento teórico, prático e útil ao jovem que já sairia preparado pra vida.

Relacionado à inclusão da Educação Moral e Cívica, em 1908, n. 2/ maio – junho, no artigo: *O Ensino Nacional*, Manoel P. Frazão criticou os atuais programas de ensino fazendo considerações sobre o que seria necessário indicando sua proposta:

A parte que falta, e que deve ser acrescentada ao programma, são exercícios práticos para o ensino moral, o que constitue a educação civica intuitiva. O menino deve aprender na escola, não por theoria, porém praticamente:

- a) Que as autoridades não são senão nossos iguaes, aos quaes a lei dá uma certa investidura, que importa superioridade, a qual é preciso respeitar para que a ordem da sociedade seja garantida ;
- b) Que se pôde dirigir, e fazer-se respeitar como autoridade, sem ser arrogante, sem impor humilhação aos que devem obedecer, e respeitando, não só a justiça, como a dignidade dos outros;
- c) Que se pode respeitar e amara seos superiores, sem se humilhar e sem adular;
- d) Que o Estado tem o dever de proteger aos que se dedicam ao seo serviço ;
- e) Que ha grande perigo em ignorar os deveres inherentes aos cargos públicos;
- f) Que o dever e a responsabilidade são condições essenciaes á dignidade humana;
- g) Que a moralidade, a economia e o trabalho constituem a base mais solida da felicidade social;
- h) Que para ser efficaz, a energia deve ser moderada ; que a insolência é um vicio que não produz senão mal aquelles que a empregam ;
- i) Que a obediência a uma ordem contraria ás leis, é cumplicidade;
- j) Que o credito é uma grande força auxiliar, da qual ninguém poderá abusar;
- K) Que o homem pode e deve conquistar sua independência pelo trabalho
- l) Que em virtude do principio da solidariedade humana todos os bons cidadãos devem velar para que os máos não possam prejudicar a sociedade impunemente. (FRAZÃO, 1808, p.45/46).

Em sua declaração, observamos que a noção de base social consistia na moral, economia e no trabalho. Houve a valorização da ordem social e,

consequentemente, o respeito às instituições. Neste sentido os cidadãos cumpririam o seu dever ao respeitar e manter os princípios de dignidade, responsabilidade e solidariedade humana. Os bons cidadãos ao condenarem a insolência e a desordem estariam contribuindo para a ordem social. Para Frazão seria para gerar esta consciência que a educação moral e cívica deveria ser incluída nos programas escolares.

A revista também foi utilizada para divulgação de eventos promovidos pelo Grêmio dos Professores, em 1909, n. 4 e 5/ setembro a outubro, a diretoria da revista, que tinha Dario Vellozo como editor chefe, iniciou com um texto divulgando o Congresso dos Professores Públicos. O evento seria realizado em dezembro de 1909, nos dias 17/18/21 e 23, o 1º congresso de professores e a orientação foi de que o maior número possível de educadores deveriam participar. No congresso, de acordo com o Grêmio seriam discutidas:

1ª Qual a orientação a dar ao ensino publico, uma vez considerada a escola factor do Estado?

2ª Haverá conveniência para o Brazil na unificação da instrucção publica?

3ª Ministrando o ensino, qual o fim a que se propõe a escola? Instruir ou educar? Em que deve consistir a instrução dada à creança e ao jovem? Em que deve consistir a educação?

4ª O ensino da moral deverá ser ministrado pela escola publica? Em caso affirmativo, como deve ser compreendido e dado esse ensinamento?

5ª A educação cívica, como a intellectual e a moral, deverá decorrer dos livros de leitura?

6ª Será conveniente a uniformidade de livros em todas as escolas publicas do Estado? Quaes as vantagens ou desvantagens dessa unificação?

7ª Os livros actuaes de ensino satisfazem os interesses do Estado e da Pátria?

8ª O actual regulamento da instrucção publica satisfaz as exigências do ensino no Paraná?

9ª Haverá conveniência em fundar-se uma associação dos professores com o fim de tratar dos interesses da classe e da causa do ensino? O actual Gremio dos Professores poderá preencher esses fins? (DIRETORIA, 1909, p.82).

As questões referentes ao ensino moral e cívica problematizavam se deveria ser ministrado nas escolas públicas, bem como esse ensino deveria ser empregado. A proposta do evento foi de debater a finalidade da instrução pública para pensar nas adequações necessárias e, conforme a 7ª pergunta, o

ensino estaria voltado para fortalecer o Estado e a Nação. Com isso, podemos observar que o empenho dos editores da revista foi de fazer com que o periódico servisse como meio de divulgar e colocar em prática um projeto social, no qual o ensino público, com a inclusão da Educação Moral e Cívica, auxiliaria a formar cidadão inculcando o patriotismo, o nacionalismo e, com isso, legitimar a República.

4.3.1 Os Livros Didáticos: Propostas de adequações

Chervel (1991) destacou que o termo “disciplina” no início do século XX evidenciou uma nova tendência no ensino na qual as finalidades educacionais seriam redefinidas. Afirmou que as disciplinas têm a função de fazer com que seu conteúdo sirva às finalidades educativas que se modificam de acordo com o contexto e carregam em si a luta pelo poder de representatividade de um determinado projeto.

Na concepção de Goodson (1997) a disciplina se configura como uma construção social e política, sendo que os envolvidos “(...) empregam uma gama de recursos ideológicos e materiais para levarem a cabo as suas missões individuais e coletivas.” (GOODSON, 1997, p.27). Considerando o estudo de Machado (2004), a proposta de Rui Barbosa já mencionava que o ensino deveria preparar o indivíduo para a vida “(...) formando o *trabalhador* e o *cidadão* necessários à sociedade brasileira em processo de transformação” (MACHADO, 2004, p. 74).

Desta forma, a educação adquiriu a finalidade de preparar para o trabalho, fosse agrícola ou industrial e, para isso, destaca Machado (2004) o conteúdo escolar assumiu um papel fundamental.

As disciplinas destacadas pelo periódico, que atenderiam ao projeto de renovação do ensino foram: Geografia, História e Língua Portuguesa. Neste sentido observamos que essas três disciplinas foram associadas com a finalidade de desenvolver a cidadania e preparar para o trabalho. A obrigatoriedade da Língua Portuguesa, na concepção dos discursos apresentados pela revista “A Escola”, fortaleceria o nacionalismo, as disciplinas de Geografia e História proporcionariam ao aluno conhecer a grandeza e as

riquezas do país fortalecendo o patriotismo que seria reforçado pelo ensino de Educação Moral e Cívica.

Diante disso observamos que os discursos referentes às disciplinas ou faziam críticas às obras utilizadas nas escolas ou apresentavam propostas a serem implantadas. Sobre as críticas de obras os discursos argumentavam que havia algum erro e, devido a esse motivo, não seriam adequadas. Em relação às propostas os discursos apontavam para alterações de livros e da organização curricular no ensino primário, secundário e para a Escola Normal.

Em relação ao ensino da língua nacional foi apresentado em 1906, na edição n. 4/ maio, um texto de Olavo Bilac intitulado: *A Língua Portuguesa*, no qual foram destacados aspectos relacionados à língua de um povo e de sua importância para promover o nacionalismo, o patriotismo e o bom caráter. Em seu discurso, Bilac demonstrou preocupação com a existência de escolas americanas, alemãs e francesas no território nacional devido a grande quantidade de imigrantes. Suas observações ratificavam a importância de acabar com o analfabetismo no Brasil reforçando a língua nacional, pois sendo o idioma nacional obrigatório na instrução primária auxiliaria na formação da nacionalidade.

Em relação às disciplinas de Geografia e História, os artigos publicados na revista sugeriram os livros que deveriam ser utilizados. Entendiam que os livros deveriam valorizar os fatos históricos, os símbolos nacionais (Hino e Bandeira), estimulando o patriotismo e o nacionalismo.

A os livros de literatura foram considerados como importantes instrumentos de valorização da pátria. A redação da revista "A Escola" publicou uma nota em 1906, n. 4/maio, informando que havia recebido três livros escritos pelo Dr. Virgílio Cardoso, que naquele momento era diretor do ensino municipal de Belém, com os títulos: *A Pátria Brasileira*, *Mosaico Infantil*, *Apontamento Históricos* e *Notícia sobre a Constituição Federal*. A nota foi escrita para fazer a indicação dos livros por considerá-los: "(...) dignos de figurar em as nossas escolas publicas e particulares (...)" (REDAÇÃO, 1906, p. 70). De acordo com o texto, o livro *A Pátria Brasileira* falava sobre as belezas do país, falava do relevo e dos fatos históricos valorizando a pátria e, com esse argumento, afirmavam que as obras, ao serem adotadas nas escolas, agiriam em prol da pátria.

Quanto às obras criticadas observamos em 1907, n.7/agosto, o discurso de Veríssimo de Souza criticando o livro didático *História do Brasil* escrito por Joaquim Maria de Lacerda⁹. Especificamente Souza afirmou que no livro, no capítulo Caramuru, havia um erro histórico sobre a batalha de Alcácer Kibir (África), para sucessão do trono de Portugal. A sugestão do autor é usar o guia de J. M. Pereira da Silva que, segundo ele, “(...) elucida plenamente este ponto que tanto se relaciona com a história da nossa estremecida Pátria Brasileira” (SOUZA, 1906, p.120). O fato narra a sucessão ao trono de Portugal, destacando as virtudes dos homens e os feitos pela pátria. Com esses argumentos declarou que a obra de Lacerda não deveria ser utilizada nas escolas.

Contudo, essa não foi a única crítica de Veríssimo de Souza ao livro *História do Brazi*. No mesmo ano, 1906 n. 8/9, no texto “A Nossa História”, Veríssimo de Souza argumentou que o livro que era utilizado, escrito por Dr. Joaquim M. Lacerda, não era adequado, pois continha falhas, era confuso e ainda apresentava o inconveniente de servir aos interesses religiosos. Para ele, era necessário que fosse organizado um livro de ensino da História, de acordo com as regras da ciência da educação.

Nesse sentido argumentou que os eventos da história deveriam ser explorados para dar à infância brasileira conhecimentos das ações de civismo pela liberdade do país. Para concluir, fez um apelo para que Dario Vellozo escrevesse esse livro, pois o considerava habilitado para a tarefa em razão de ter intelecto, ser idôneo e patriótico.

A crítica do livro de Lacerda em relação à questão religiosa foi mencionada em 1906, n. 4, por Lourenço de Souza que, ao escrever o relatório anual para o Estado, criticou o fato do livro *História do Brazil* fazer elogios

⁹A obra de Lacerda foi mencionada pela primeira vez no exemplar n.1 da revista em 1906 quando a revista transcreveu o relatório anual escrito pela professora Josephina Carmem Rocha. Nesse seu relatório, referente ao ano de 1905, Josephina Carmem Rocha informa que foi adotado o livro de Joaquim Maria de Lacerda intitulado *Historia do Brazil*, pois não havia outra obra oficialmente aprovada até aquele momento. Acrescentou que os demais livros didáticos adotados seguiram as indicações do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. O relatório, que era destinado ao Governo do Estado, foi publicado na revista “A Escola” no ano 1906, n,1/ fevereiro. Além desse registro o livro escrito por Joaquim Maria de Lacerda foi citado novamente no relatório escrito por Lourenço de Souza (1906, n.4) e Veríssimo de Souza (1906 n.8/9, e 1907 n.8/9) e em ambos a obra foi criticada.

demasiados dos jesuítas e pelo resumo histórico negligenciar fatos que considerava relevantes da história do país.

Veríssimo de Souza dedicou um artigo intitulado *A Religião dos Índios*, que foi publicado no ano de 1907, n. 8 e 9/ agosto-setembro, para criticar o livro de J. M. Lacerda devido à informação de que os índios do Brasil não tinham religião. Em seus argumentos destacou o significado de religiosidade e deu exemplos dos cultos religiosos praticados pelos índios. Veríssimo de Souza revelou que as informações utilizadas para escrever o artigo foram baseadas na obra escrita por Dario Vellozo:

Há dias, expondo ao eminente e douto escriptor, sr. Professor Dario Vellozo, a minha desautorisadissima opinião a este respeito, e manifestando-lhe o desejo de escrever para "A Escola" algo sobre o assumpto, tive o desvanecimento de ouvir de tão competente cultor da sciencia, palavras de apoio e animação á minha Idea, e mostrou-me um trabalho seo, "O Occulto entre os aborígenes do Brazil", trabalho esse que foi já traduzido em diversas lingoas, tal é o seo mérito. (SOUZA, 1907, p.137)

A motivação de Veríssimo de Souza, para escrever este artigo foi demonstrar o erro contido no livro de história que estava sendo utilizado. Ou seja, os povos nativos tinham suas práticas religiosas, e na interpretação de Souza, a falsa afirmação contida no livro de Lacerda demonstrava em sua obra a intolerância religiosa e a sua intenção de promover os jesuítas, pois caracterizou os índios com selvagens ignorantes enquanto valorizava o trabalho dos jesuítas na catequização. Contudo para Veríssimo de Souza os jesuítas se aproximaram dos indígenas para escravizá-los e depois representaram esses povos como feras. Mas ao se referir aos indígenas em seu artigo, Veríssimo de Souza utilizou os termos:

Taes eram o viver e costume dos brasileiros genuinos, em cuja vida intima, por mais que escriptores sem escrúpulo os tenham diffamado, eram observados os mais rigorosos princípios de moralidade, e em cuja vida social eram exercitados os mais apurados princípios de lealdade e bizarria, nunca excedidas pelas nações mais civilisadas. (SOUZA, 1907, p. 139/140)

Conforme foi apresentado, houve discursos anteriores que apontaram falhas nesta mesma obra de J.M. Lacerda que estava sendo utilizada nas escolas naquele momento. No caso do artigo de Veríssimo de Souza, após fazer a crítica ao livro de história sugeriu que fosse substituído pelo Compêndio de História do Brasil que estava sendo elaborado por Dario Vellozo.

Propostas para produção de obras didáticas surgiram em outros discursos da revista. Em 1907, a redação da revista transcreveu uma matéria sobre a fundação da Liga do Ensino, escrito pelo jornal *O Diário da Tarde* de 11 de fevereiro de 1907. Tratava-se de uma associação que foi recebida com entusiasmo, pois a finalidade da Liga do Ensino seria trabalhar em prol da educação popular. E entre os objetivos destacaram a intenção de: “Estimular a produção e a publicação de obras didáticas paranaenses, segundo os mais adiantados princípios pedagógicos, próprios para serem adoptadas no ensino primário, secundário e normal”. (REDAÇÃO, 1907, p. 64).

As obras deveriam promover um ensino mais prático e utilitário, valorizar a educação moral e cívica no ensino público. Nesse sentido, compreendemos que as críticas das obras didáticas e as defesas de mudanças nas disciplinas demonstram o esforço de estabelecer uma nova estrutura escolar visando à formação de cidadãos. Na escola, as crianças aprenderiam a valorizar a pátria e seus símbolos, bem como respeitar as instituições republicanas.

Diante disso entendemos a proliferação de discursos que defenderam a inclusão de Educação moral e cívica nas escolas. A esse respeito Paulo Tavares escreveu um artigo com o título: *Educação Moral e Instrução Cívica*, no qual afirmou que os homens que se preocupavam com a educação pública defenderiam programas de ensino que incluíssem a Educação Moral e Cívica. Para Tavares, o ensino da história auxiliaria na educação moral por conter exemplos de patriotismo. Ao professor de história caberia o encargo do ensino cívico, visto que este é uma parte da educação moral.

Sobre a disciplina de História em 1908, n. 3 a 5/ julho – setembro, o artigo de Cyro Silva: *Um Pouco De Pedagogia: A História Pátria nas Escolas Primárias* destacou que o professor primário deveria valorizar a História Pátria. Entende que a finalidade da instrução leiga seria de formar bons cidadãos, assim o estudo da História era fundamental, pois facilitaria o nacionalismo e a compreensão dos sentimentos cívicos, bem como os princípios de conduta.

O tema da reforma do currículo e a questão das disciplinas a serem estudadas reforçaram os argumentos para a atualização dos livros didáticos, tanto na escola primária e secundária, quanto no curso de formação dos professores. Esses temas apareceram em vários números da revista conforme apresentado acima. Na disciplina de Geografia houve a indicação do livro de Sebastião Paraná. No final da edição no Noticiário, Lourenço de Souza destacou a publicação de Sebastião Paraná, *Os Estados da Republica*, obra de aproximadamente 500 páginas, destinada ao estudo da Chorographia (acidentes físicos, astronômicos e divisas do Brasil). A indicação do livro ocorreu por considerarem que havia uma confusão na disciplina por falta de material adequado.

Foi indicado que a geografia da República, por exemplo, devido à extensão do país, estava prejudicada por não disporem de conhecimento exato. Por esse motivo argumentaram que o livro de Sebastião Paraná seria apropriado para o ensino primário, normal e ginásial.

Reinava a anarchia e a confusão no ensino dessa matéria, que é verdadeiramente uma das bases da educação não só intellectual porem também cívica.

Effectivamente, possui o ensino da geographia nacional para a educação cívica, importância equipollente ao da história. A simples e abstracta narração dos factos históricos será falha de interêsse, desnuda de attractivos e portanto fastidiosa, si se não basear na presciencia que o discente deve ter das circunstâncias locais basta a exalçar a glória de uma nação.

Demais, assim como não pode alguém consagrar per duradouro entusiasmo e profundo affecto a uma pátria que não conhece a história, do mesmo modo não a pode amar devidamente si lhe ignora a configuração e as modificações feitas pelo artificio humano pãra conveniência das relações mercantis. O conhecimento exacto da terra deve anteceder a sciencia dos factos que nella se desdobraram, e que são, muita vez, monumentalizados pela estructura do solo. São duas sciencias irmans e indiviveis, e que se completam, na reciprocidade que tende ao aperfeiçoamento da educação moral e espiritual. (NOTICIARIO, 1910, p. 345).

Assim compreendemos que as propostas de adequações das disciplinas buscaram efetivar um projeto para o ensino. Esse projeto estava alinhado com as ideias pedagógicas consideradas adequadas para a sociedade moderna que estava se constituindo. A noção de sociedade para os integrantes da revista tinham como base a República e a representação de ensino estava

ligada à formação para a vida adulta. Para isso era necessário adequar a escola para formar o cidadão, agindo com consciência de seu dever e respeitando as instituições o resultado seria o fortalecimento da nação. O esforço da revista “A Escola” foi no sentido de discutir o propósito do ensino e apresentar soluções para alcançar a meta de formar cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Educação Moral e Cívica, representado na revista “A Escola”, analisado nesta pesquisa, demonstrou a estreita relação entre a instrução pública e a formação do cidadão, no início da República. Para o estudo do tema, baseamo-nos nas teorias da História Cultural. Fundamentados nos conceitos de Representação e Apropriação, sistematizados por Roger Chartier (1991 e 1992). Buscamos verificar como o periódico tentou marcar sua existência.

A fonte proporcionou visualizar como o ensino público primário foi representado pelo grupo e como discutiram os problemas e soluções para a escola. As seções foram organizadas de maneira a fazer com que o leitor pudesse inicialmente “conhecer” a revista “A Escola”, bem como o projeto que pretendeu estabelecer para o ensino público primário no Estado do Paraná.

Para isso, buscamos evidenciar o que uniu o grupo e identificamos que houve uma motivação para divulgar ideias referentes ao modelo de ensino, que pretendiam colocar em prática. Com base na noção de Redes de Sociabilidade elaborada por Sirinelli (2003), pudemos compreender que a preocupação com o ensino e a noção de que a escola melhoraria a sociedade foram dois possíveis dos fios que ligaram a rede de intelectuais engajados no projeto da revista.

Com a análise do contexto em que esses intelectuais estavam inseridos, observamos que no período do final do século XIX e início do século XX, os debates sobre a renovação educacional foram frequentes. Apoiando-se nessas ideias, os discursos publicados pela revista argumentavam quanto à necessidade de uma reformulação da instrução pública e apresentaram suas críticas e propostas.

A laicização do ensino abriu espaço para a disciplina de Educação Moral e Cívica, conforme vimos, a escola primária, com o advento da República, adquiriu um papel civilizatório para a sociedade, a finalidade do ensino moral e cívico seria formar o cidadão. Para que a criança se tornasse um bom cidadão deveria receber a instrução adequada. Os discursos indicaram práticas a serem adotadas nas escolas.

Para o desenvolvimento da identidade nacional e do patriotismo foram propostos os rituais comemorativos. Os discursos da revista “A Escola” valorizaram as datas e os feriados cívicos. Suas propostas eram de que esses momentos fossem aproveitados para inculcar na criança o sentimento nacional e o patriotismo.

Tendo como referencial o trabalho de Bencostta (2004), discutimos a relevância das manifestações da cultura cívica na escola, pois transmitiram uma linguagem coletiva, que construíam significados e produziam sentimento cívico inculcando valores. Na revista “A Escola” os discursos sobre a necessidade de explorar as datas, os heróis nacionais, os símbolos pátrios e os eventos cívicos para valorizar e reforçar o nacionalismo foram recorrentes.

A ideia era desenvolver práticas para a formação do cidadão e o ensino de Educação Moral e Cívica foi outro elemento presente nas discussões da revista. Conforme verificado como resultado, a inclusão do ensino moral e cívico esperava que as crianças pudessem conhecer seus direitos e deveres, agindo de forma a manter a ordem social e o respeito às instituições do Estado.

Para concretizar essas propostas, o papel do professor seria fundamental. Neste sentido, as discussões relacionadas ao comportamento e as ações dos docentes esboçaram o perfil que foi considerado adequado. Pelo fato do papel social do professor ser capacitar o aluno, a sua conduta moral e cívica deveria servir como exemplo, pois, com bons cidadãos, a pátria se desenvolveria.

Com o apoio de Bauman (2005), Hall (2000) e Woodward (2000) buscamos verificar como os discursos da revista tentaram construir uma identidade e qual padrão foi associado à função docente. Observamos que o padrão desejado era de um profissional ciente de sua missão de instruir e educar, sendo um exemplo de virtude e moral.

A preocupação com a formação de professores foi manifestada, no sentido de fortalecer a consciência e de preparar os futuros profissionais a agirem de acordo com o padrão considerado adequado para exercício da função.

Para os alunos, a proposta foi de modificar a organização curricular e incluir a disciplina de Educação Moral e Cívica no currículo. De acordo com os discursos da revista “A Escola”, a inclusão do ensino de Educação Moral e

Cívica contribuiria para a formação do cidadão, fortalecendo o patriotismo, o nacionalismo e, conseqüentemente, legitimando a República e desenvolvendo a nação.

Outras disciplinas foram apontadas como importantes para a valorização da pátria e renovação educacional. Para essas disciplinas, língua portuguesa, história e geografia, os textos da revista propuseram atualização de livros didáticos.

As críticas às obras utilizadas naquele momento revelaram a defesa de um ensino laico e o repúdio aos resquícios do Ensino Religioso, bem como o projeto de formar o cidadão para a vida social e o respeito às instituições republicanas.

Nos discursos da revista “A Escola”, a Língua Portuguesa deveria ser obrigatória para fortalecer o nacionalismo, principalmente pelo fato do país receber grande quantidade de imigrantes e no qual se espalhava a criação de escolas com ensino de línguas estrangeiras.

A Geografia se encarregaria de mostrar ao aluno a grandeza e as riquezas da nação e, com isso, desenvolveria o amor e o patriotismo. O conhecimento da história se incumbiria de criar o orgulho nacional pelos eventos honrosos do passado. Com esses elementos, o aluno se tornaria um cidadão ciente de seus direitos e deveres, agindo com consciência e promovendo o desenvolvimento nacional.

A pesquisa teve como objetivo, verificar como o ensino e a formação dos cidadãos foram abordados. Conforme os discursos apresentados, observamos que os argumentos e as propostas envolviam, desde a formação dos professores, até o cotidiano escolar e a organização curricular.

A revista foi pensada para promover mudanças necessárias no ensino público primário e o civismo foi um tema de destaque, no qual pudemos observar a representação de ensino para o grupo envolvido com a revista “A Escola”.

Foi o Civismo que norteou nossos estudos, pois a forma como foi abordado no periódico despertou, logo nas primeiras leituras, o interesse em explorar como o tema foi discutido e qual posicionamento foi adotado. O ensino, representado pelos discursos, relacionava o civismo ao progresso da

nação e por isso discursaram sobre a importância e a urgência nas adequações das instituições escolares do ensino público primário no Paraná.

A relevância do civismo no ensino, para construção de uma nova sociedade, foi compartilhado por intelectuais, no início da República. Décadas antes do lançamento da revista “A Escola”, José Veríssimo (1890) expressou sua preocupação com a falta do sentimento nacional e apontou a educação como um fator capaz de restaurar o povo e melhorar a nação.

Décadas depois do lançamento da revista “A Escola”, o tema ainda era abordado no meio intelectual brasileiro. Conforme estudo de Carvalho (1998), sobre a Associação Brasileira de Educação (ABE), as décadas de 20 e 30 vivenciaram um intenso debate educacional.

De acordo com Carvalho (1998), as propostas da ABE se constituíram como um programa de ação social. Enfatizaram a importância da educação, que, para eles, era como um instrumento de moralização e de controle da população, com o intuito de organizar racionalmente o trabalho. Carvalho (1998) afirmou que no discurso cívico da ABE esteve contido um projeto de unificação e a divulgação da imagem do cidadão que a educação formaria.

A campanha educacional da ABE, observou Carvalho (1998), esteve próxima aos movimentos cívicos e, com auxílio dos rituais cívicos, a ABE se organizou e alcançou reconhecimento nacional. A sua bandeira era a de que a educação seria o maior problema no país e por seu intermédio, transformaria a nação, o que se observa nas seguintes palavras:

(...) o discurso cívico da ABE produz “civismos”: “civismos” de “elites” idealistas e devotadas às causas nacionais; “civismos” do “povo” laborioso e ordeiro, dedicado à produção de riquezas civismos de que se espera a abertura ao país dos caminhos que conduzam ao que é entrevisto como progresso. (CARVALHO, 1998, p. 140).

Conforme estudo de Carvalho (1998), a Educação Cívica, com seus métodos, garantiria que a educação não se tornasse um fator de desestabilização social. A formação cívica, no projeto da ABE, deveria resultar no cidadão disciplinado e apto para o desenvolvimento da nação.

O debate educacional nas primeiras décadas do século XX associou a instrução pública com a salvação da nação. A escola teria a incumbência de preparar o cidadão. No periódico “A Escola”, temas como a importância de uma renovação educacional e a inclusão da Educação Moral e Cívica também receberam destaque. Os discursos demonstraram a urgência em formar o cidadão virtuoso, que deveria ter amor a pátria e honrar seus compromissos. O ensino e o civismo foram considerados como instrumentos importantes para ensinar a criança a ser cidadão.

FONTES

ANDRADE, Caetano de. Escola Moderna. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano IV. N. 1. Junho, 1909.

BILAC, Olavo. A Língua Portuguesa. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 3. Maio, 1906.

BRAGA, Conego. Requiescat in pace?!!!. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. N7/12. JULHO/DEZEMBRO, 1910.

COARACY, Vivaldo. A Escola Moderna. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano III. N6/8. setembro/ outubro, 1908.

D'ALVA, Julio. O segredo da victoria. Japão. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 7. Agosto, 1906.

DIRETORIA. Congresso dos Professores Públicos. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano IV. N. 1. Setembro/ outubro 1909.

DIRETORIA. Nossa Revista. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. N7/12. JULHO/DEZEMBRO, 1910.

DROZ. Instrução Cívica: Grandeza de encargo que incumbe a mocidade. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 6. julho, 1906.

FARIA PARANÁ, Elvira. A Escola. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 1. Fevereiro, 1906.

FARIA PARANÁ, Elvira. Calabar. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 5. julho, 1906.

FRAZÃO, Manoel P. O ensino Nacional. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano III. N2. Maio/ junho, 1908.

LEAO, Hermelino de. Pedagogia. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano III. N2. Maio/ junho, 1908

MACEDO, Azevedo. Epistolas Pedagógicas. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 1. Fevereiro, 1906.

MACEDO, Azevedo. Epistolas Pedagógicas. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano I. N.8/9. Setembro/outubro, 1906.

MACEDO, Azevedo. Epistolas Pedagógicas. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N. 6/7. Junho/ julho, 1907.

MACEDO, Azevedo. Inamovibilidade dos professores **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. Ed. 4/6. Janeiro/março, 1910.

MONGRUEL, Georgina. Ensino Didactico. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N. 8/9. agosto/ setembro, 1907.

MUNHOZ, Alfredo. O dever. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano III. N.3/5. julho/ setembro, 1908.

NOTICIARIO. A Nossa Revista. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 1. Fevereiro, 1906.

NOTICIARIO. A Nossa Revista. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 4. Maio, 1906.

NOTICIARIO. Dario Vellozo. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 7. Agosto, 1906.

NOTICIARIO. Os Estados da República. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. N. 7/12, Julho/ Dez, 1906.

PARANÁ, Sebastião. A Escola. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 1. Fevereiro, 1906.

PEREIRA, Esther. Curso de Pedagogia. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 7. Agosto, 1906.

REDAÇÃO. Feriados nacionais. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 1. Fevereiro, 1906.

REDAÇÃO. Bibliografia. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 4. Maio, 1906.

REDAÇÃO. Heroe dos Heroes. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 3. Abril, 1906.

REDAÇÃO. Liga do Ensino. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N.5. maio, 1907.

REDAÇÃO. Parecer. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N 6/7. Junho/julho, 1907.

REDAÇÃO. A Escola. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano IV. N1. JUNHO, 1909.

REDAÇÃO. O Self-Government na Escola. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. N1/3. Janeiro/ março, 1910.

SANTOS, Claudino dos. Compendio de Pedagogia. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano III. N.3/5. julho/ setembro, 1908.

SANTOS, Claudino dos. Ligeira Excursão Pelos Domínios Da Psychologia Do Ensino **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. Ed. 7/12. Julho/Dez, 1910.

SILVA, Cyro. O ensino nacional. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano III. N.3/5. julho/ setembro, 1908.

SILVA, Cyro. Um pouco de pedagogia: a história da pátria nas escolas primárias. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano III. N.3/5. julho/ setembro, 1908.

SOBRAL, Armandio. A Instrucção no Japão. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N8/9. agosto/ setembro, 1907.

SOUZA. Lourenço. A Missão da Escola **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 1. Fevereiro, 1906.

SOUZA. Lourenço. A Instrucção na Rússia. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N1/4. jan./ abril, 1907.

SOUZA. Lourenço. Congresso Pedagógico. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. N1/3. Janeiro/ março, 1910.

SOUZA. Lourenço. Os Estados da Republica **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. Ed. 7/12. Julho/Dez, 1910.

SOUZA, Veríssimo de. Alcacer Kibir. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano I. N7. agosto, 1906.

SOUZA, Veríssimo de. A nossa historia. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano I. N8/9. Setembro/ outubro, 1906.

SOUZA, Veríssimo de. A religião dos índios. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano I. N8/9. Agosto/ Setembro, 1907.

SOUZA. Veríssimo de. Educação Esthetica. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. N1/3. Janeiro/ março, 1910.

SOUZA. Veríssimo de. O prisma da educação. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano V. N1/3. Janeiro/ março, 1910.

TAVARES, Paulo. Educação moral e instrucção cívica. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N 6/7. Junho/julho, 1907.

VELLOZO, Dario. Da Redacção. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano 1. N. 7. Agosto, 1906.

VELLOZO, Dario. Subsídios pedagógicos. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N1/4. jan./ abril, 1907.

VELLOZO, Dario. Subsídios pedagógicos. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N5 .maio, 1907.

VELLOZO, Dario. Subsídios pedagógicosIII- escola moderna – plano e programma de estudos. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N 6/7. Junho/julho, 1907.

VELLOZO, Dario.Subsídios pedagógicos: Da Instrucção Publica. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N8/9 .agosto/ setembro, 1907.

VELLOZO, Dario. Subsídios pedagógicos: da moral nas escolas. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano II. N10 .outubro/dezembro, 1907.

VELLOZO, Dario. A Escola Moderna. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano III. N. 1. março, 1908.

VELLOZO, Dario. A Escola Moderna. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano IV. N. 1. junho, 1909.

VELLOZO, Dario. Subsídios pedagógicos. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano IV. N2/3. julho/ agosto, 1909.

VELLOZO, Dario. Ainda a Escola Moderna. **REVISTA A ESCOLA**. Curitiba – Paraná. Ano IV. N 4/5. setembro/ outubro, 1909.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Patrícia Maria Garcia. **A revista “O Tico-Tico” e a escrita infantil em circulação no encarte “Meu Jornal”: seus autores e leitores (1935-1940)**. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UEM. Maringá, 2015.

ANDRADE, Maria Lucia de. **Dario Vellozo e a escola moderna: a renovação do pensamento educacional no Paraná (1906-1918)**. IN: INTELLECTUAIS, EDUCAÇÃO E MODERNIDADE NO PARANÁ (1886-1964). ORG: Carlos Eduardo Vieira. Curitiba – UFPR. 2007

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Jorge Zahar editor, 2005.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Desfiles Patrióticos: Cultura Cívica nos Grupos Escolares de Curitiba (1903-1971). **III Congresso Brasileiro de História da Educação**. SBHE on line. 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/034.pdf>> acesso em: 22/11/2017.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. Ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989) A Revolução Francesa da Historiografia**. Trad: Nilo Odália. 2ed, São Paulo. Unesp, 1997.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1391)**. Bragança Paulista, São Paulo. EDUSF, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n.11, p.173-191,1991. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?pidrttext>> acesso em 20/12/2016.

CHARTIER, Roger. **Textos, impressão, leituras**. . In: LYNN, H. A nova história cultural. Trad: J. L. Camargo. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1992. Páginas: (211-238).

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, 2, 177-229. 1991

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes, Imprensa A Serviço Progresso. IN: **História da imprensa no Brasil**. Orgs.:MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina Editora 2. ed., 1ªreimpressão. –São Paulo: Contexto, 2012.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Trad.: Maria João Carvalho. Lisboa: Educa, 1997.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. P. 103 – 131. 2000

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. Cengage Learning Editores, São Paulo, 2003.

JULIA, Dominique. **A cultura como objeto histórico**. Revista brasileira de História da Educação. Campinas. n.1,p.9-44, 2001.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Fontes e história das instituições escolares: o projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil. In.: LOMBARDI, JC; NASCIMENTO, MIM **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR: Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR): Palmas, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), p. 65-83, 2004.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. “O Decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em Debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX.” In: STEPHANOU, M. BASTOS, M. H. C. orgs. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, Petrópolis, RJ: Vozes, v. II, 2005.

MARACH, Caronline Baron. **INQUIETAÇÕES MODERNAS: DISCURSO EDUCACIONAL E CIVILIZACIONAL NO PERIÓDICO A ESCOLA (1906-1910)**. Curitiba – 2007. (Mestrado em Educação).

MELO, Rosany Joicy. **DARIO VELLOZO E A CRIAÇÃO DA REVISTA PÁTRIA E LAR: uma estratégia educacional para uma Curitiba Republicana. (1912-1913)**. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UEM. Maringá, 2016.

NÓVOA, Antonio. Nota de Apresentação. In: GOODSON, Ivor F. **A Construção Social do Currículo**. Tradução: Maria João Carvalho. Lisboa: EDUCA, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. As festas que a República manda guardar. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

OLIVEIRA, Wanessa Gorri. **A imprensa pedagógica como fonte e objeto para uma escrita da história da educação: em destaque a Prática pedagógica sugerida ao professor de educação infantil pela Revista Criança (1996-2006)**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

REIS SILVA, Elisangela Alves dos. **A REVISTA NOVA ESCOLA E O ENSINO DE HISTÓRIA: EM CIRCULAÇÃO UMA PROPOSTA DE CURRÍCULO NÃO**

FORMAL (1997 A 2006). 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

RODRIGUES, Elaine. A imprensa pedagógica como fonte, tema e objeto para a história da educação. In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (Org.). **Fontes e Métodos em História da Educação.** Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 311-325.

RODRIGUES, Elaine. BICCAS, Maurilane de Souza. **Imprensa Pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929-1930).** IN: Acta Scientiarum. Education. Maringá, v.37, n.2, p. 151-163, Apr. – junho. 2015.

ROSSI, Ednéia Regina. **"Insuladas tribos": a escola primária e a forma de socialização escolar:** São Paulo (1912-1920). Assis, SP, 2003. 235f.

ROSSI, Ednéia Regina. **O projeto de educação da modernidade e a constituição da identidade da nação brasileira na Primeira República (1889-1929).** IN: Fundamentos Históricos da Educação no Brasil. 2. Ed. rev. e amp. Maringá: Eduem, 2009. 166 p.; 21 cm. (Formação de Professores – EAD; v.4).

SILVA, M. J. C. A. **A revista Brasileira de Educação: apropriações do discurso acerca dos temas da infância e da história da infância– (1995 a 2010).** 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RENE, Remond. **Por uma história política.** Trad. Dora Rocha 2ªed. Rio de Janeiro: Ed FGV p. 231-269, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; **Para uma historia cultura,** Lisboa: Editorial Estampa, p. 259-292 1998.

SOUZA, Rosa Fátimade. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910.** Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Inovação Educacional no Século XIX: A Construção do Currículo da Escola Primária no Brasil.** Cadernos Cedes, ano XX, numero 51. p. 9-28, Novembro 2000. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/3185/InivaA_A_o_educacional_no_sec_ulo_XiX_aconstruA_A_o_do_curriculo_da_escolca_primA_ria_no_Brasil.pdf> acesso em 26/6/2017.

VAINFAS, Ronaldo. Historia das mentalidades e história cultural IN: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História,** editora Campus. 127-162, 1997.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional.** 3. ed. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1985

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

ZANLORENZI, Claudia M. P. A **Expressão do Liberalismo na Revista A Escola (1906- 1910)** no Paraná. Tese (Doutorado em Educação). Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

ANEXOS

A ESCOLA

REVISTA DO GREMIO DOS PROFESSORES PUBLICOS

Directores :

Dr. Sebastião Paraná e Dario Vellozo

TOMO I

—♦— 1906 —♦—



CORITIBA
TYP. A VAPOR «IMPR. PARANAENSE»
1906

379.8162
F74

A ESCOLA

Estados Unidos do Brazil

Revista do Gremio dos Professores Publicos do
Estado do Paraná

REDACTOR-CHEFE:— Sebastião Paraná

ANNO I — Curitiba, Fevereiro de 1906 — NUM. 1

PUBLICAÇÃO MENSAL



Assignaturas:

Anno	6\$000
Semestre	4\$000

Escritorio e Redacção:—Rua Assunguy n. 5

SECÇÃO PERMANENTE

Instrução Publica do Paraná

Director Geral : Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira.
 Inspector da Capital : Dr. Sebastião Paraná.
 Secretario : José Conrado de Souza.

Directoria do Gremio

Presidente : Francisco Guimarães.
 1.º Secretario : Verissimo de Souza.
 2.º Secretario : Lourenço de Souza.
 Thesoureiro : Brazilio Costa.

O thesoureiro do Gremio acha-se á disposição dos srs. socios para o recebimento de suas mensalidades, nesta Capital á rua Misericordia n.º 5.

Os membros da Directoria offerecem seus serviços aos srs. socios para o fim de receberem seus vencimentos no Thesouro.

Os srs. socios que quizerem utilizar-se desses serviços queiram enviar-nos procurações devidamente legalizadas, bem como instruções referentes á remessa do dinheiro.

Escolas publicas do districto da Capital, professores que as regem e logores onde funcionam

Cadeiras para o sexo masculino :

- 1.ª Brazilio Ovidio da Costa—Gymnasio.
- 2.ª Verissimo de Souza—Escola Oliveira Bello.
- 3.ª Lourenço de Souza—Rua 13 de Maio.
- 4.ª Vidal Natividade da Silva—Travessa do Riachuelo.
- 5.ª Lindolpho P. da Rocha Pombo—Grupo Xavier da Silva.

Cadeiras para o sexo feminino :

- 1.ª Julia Wanderley Petrich—Escola Tiradentes.
- 2.ª Maria da Luz Ascensão—Rua Marechal Deodoro.
- 3.ª Luiza N.ª Correia de Freitas—Rua Ractcliff.
- 4.ª Itacelina Teixeira—Gymnasio.
- 5.ª Alexandrina Pereira—Rua America.

A ESCOLA

REVISTA DO GREMIO DOS PROFESSORES PUBLICOS

Subsidiada pelo Governo do Estado

DIRECTOR :

DARIO YELLOZO

TOMO II

1907



CORITIBA

Typ. e Lith. a vapor «Imp. Paranaense»
1907



A ESCOLA

PUBLICAÇÃO MENSAL

Estados Unidos do Brazil

Revista do Gremio dos Professores Publicos

— DO —

Estado do Paraná

— Director : — *Dario Vellozo* —

ANNO II — Curitiba, Janeiro a Abril de 1907 — NS. 1 a 4

SUMMULA :

I — <i>Subsidios pedagogicos</i> , Dario Vellozo	1
II — <i>O Paraná Historico</i> , Dr. Ermelino de Leão	4
III — <i>Estudinhos de Francez</i> , Conego João E. Braga	15
IV — <i>Quem foi o iniciador de Colombo ?</i> , J. Verissimo	17
V — <i>Ensino da Musica</i> , Verissimo de Souza	21
VI — <i>A Anestesia na antiguidade</i> , Dr. Eifer	23
VII — <i>Epistolas Pedagogicas</i> , Dr. Azevedo Macedo	24
VIII — <i>A Instrucção na Russia</i> , Lourenço de Souza	27
IX — <i>Ultimas palátras de alguns personagens illustres</i>	30
X — <i>Sintaxilogia</i> , Conego Braga	32
XI — <i>As envenenadoras de outros tempos</i> , V.E.Michelet	36
XII — NOTICIARIO	41
XIII — EXPEDIENTE OFFICIAL	45

Assignaturas :

Anno	6\$000
Semestre	4\$000

REDACÇÃO:—Rua Silva Jardim, n. 108

ESCRITORIO :—Rua Dr. Muricy n. 33

SECÇÃO PERMANENTE

Instrucção Publica do Paraná

Secretario do Interior : Dr. Bento Lamenha Lins.
 Director Geral : Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira.
 Inspector da Capital : Dr. Sebastião Paraná.
 Secretario : José Conrado de Souza.

Directoria do Gremio dos Professores

Presidente : Julio Theodorico Guimarães.
 1.º Secretario : Verissimo de Souza.
 2.º Secretario : Lourenço de Souza.
 Thesoureiro : Brazillio Costa.

«A Escola»

O *Noticiario*—a cargo do Professor Lourenço de Souza.
 O *Expediente official*—a cargo do Prof. Francisco Guimarães.
 A *Expedição e Secretaria* — a cargo do Professor Verissimo de Souza.

A *Escola* deixará de publicar artigos que não tragam a assignatura do auctor.

Aos Srs. Collaboradores pedimos enviar os trabalhos, até 15 de cada mez, à Redacção :—Rua Silva Jardim, 108.

O thesoureiro do Gremio acha-se á disposição dos srs. socios para o recebimento de suas mensalidades, nesta Capital, á rua Misericordia n.º 5.

Os membros da Directoria offerecem seos serviços aos srs. socios para o fim de receberem seos vencimentos.

Os srs. socios que quizerem utilizar-se desses serviços queiram enviar-nos procurações devidamente legalizadas, bem como instrucções referentes á remessa do dinheiro.

Escolas publicas do districto da Capital, professores que as regem e logares onde funccionam

Cadeiras para o sexo masculino :

- 1.º Brazillio Ovidio da Costa—Rua Garibaldi.
- 2.º Verissimo de Souza—Rua Dr. Muricy.
- 3.º Lourenço de Souza—Rua America.
- 4.º Julio Theodorico Guimarães—Escola Oliveira Bello.
- 5.º Lindolpho P. da Rocha Pombo—Grupo Xavier da Silva.

Cadeiras para o sexo feminino :

- 1.º Julia Wanderley Petrich—Escola Tiradentes.
- 2.º Maria da Luz Ascensão—Rua Marechal Deodoro.
- 3.º Esther Pereira—Rua Visconde de Guarapuava.
- 4.º Itacelina Teixeira—Avenida Luiz Xavier.
- 5.º Alexandrina Pereira—Rua America.

A ESCOLA

REVISTA DO GREMIO DOS PROFESSORES PUBLICOS

DIRECTOR :

DARIO YELLOZO

TOMO III

1908




CORITIBA

Typ. e Lith. a vapor •Imp. Paranaense•

1908.

Assm. Fr. Dr. Victor Getmaral



A ESCOLA

PUBLICAÇÃO MENSAL

Estados Unidos do Brazil

19

Revista do Gremio dos Professores Publicos

— DO —

Estado do Paraná

SUBSIDIADA PELO GOVERNO DO ESTADO

— Director : — *Dario Vellozo* —

ANNO III — Curitiba, Março de 1908 — N. 1

SUMMULA :

I— <i>Escola moderna</i> , Dario Vellozo.	3
II— <i>Instrução publica</i> (projecto)..	16
III— <i>Cantos infantis</i>	19
IV— <i>A reforma da escripta</i> , Lourenço de Souza	21
V— <i>Hygiene nas escolas</i> , Paulo Tavares	24
VI— <i>Filologia e grammatica</i> , Conego Braga	29
VII— <i>A locução «ter logar»</i> , S. Tullio	38
VIII— <i>Educação agricola</i>	39

Assignaturas :

Anno	6\$000
Semestre.	4\$000

REDACÇÃO :— Rua Silva Jardim, n. 108

ESCRITORIO :— Rua Dr. Muricy, n. 33

SECÇÃO PERMANENTE

Instrução Publica do Paraná

Secretario do Interior : Dr. Bento Lamenha Lins.
 Director Geral : Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira.
 Inspector da Capital : Dr. Sebastião Paraná.
 Secretario : José Conrado de Souza.

Directria do Gremio dos Professores

Presidente : Julio Theodorico Guimarães.
 1.º Secretario : Verissimo de Souza.
 2.º Secretario : Lourenço de Souza.
 Thesoureiro : Brazilio Costa.

«A Escola»

O *Noticiario*—a cargo do Professor Lourenço de Souza.
 O *Expediente official*—a cargo do Prof. Francisco Guimarães.
 A *Expedição e Secretaria* — a cargo do Professor Verissimo de Souza.

A *Escola* deixará de publicar artigos que não tragam a assignatura do auctor.

A inteira responsabilidade dos artigos fica aos seus signatarios.
 A *Redacção* não é solidaria com as ideas dos srs. collaboradores.

Aos Srs. Collaboradores pedimos enviar os trabalhos, até 15 de cada mez, á Redacção :—Rua Silva Jardim, 177.

O thesoureiro do Gremio acha-se á disposição dos srs. socios para o recebimento de suas mensalidades, nesta Capital, á rua Misericórdia n.º 5.

Os membros da Directoria offerecem seus serviços aos srs. socios para o fim de receberem seus vencimentos.

Os srs. socios que quizerem utilizar-se desses serviços queiram enviar-nos procurações devidamente legalizadas, bem como instruções referentes á remessa do dinheiro.

Escolas publicas do districto da Capital, professores que as regem e logres onde funcionam

Cadeiras para o sexo masculino :

- 1.ª Brazilio Ovidio da Costa—Rua Garibaldi.
- 2.ª Verissimo de Souza—Rua Coronel Dulcidio.
- 3.ª Lourenço de Souza—Grupo Xavier da Silva.
- 4.ª Julio Theodorico Guimarães—Escola Oliveira Bello.
- 5.ª Lindolpho P. da Rocha Pombo—Grupo Xavier da Silva.

Cadeiras para o sexo feminino :

- 1.ª Julia Wanderley Petrich—Escola Tiradentes.
- 2.ª Maria da Luz Ascensão—Rua Marechal Deodoro.
- 3.ª Esther Pereira—Rua Visconde de Guarapuava.
- 4.ª Itacelina Teixeira—Avenida Luiz Xavier.
- 5.ª Alexandrina Pereira—Rua America.

A ESCOLA

REVISTA DO GREMIO DOS PROFESSORES PUBLICOS

DIRECTOR :

DARIO YELLOZO

TOMO IV

1909



CORITIBA

Typ. e Lit. a vapor simp. Paranaense.

1909



A ESCOLA

PUBLICAÇÃO MENSAL

Estados Unidos do Brazil

Revista do Gremio dos Professores Publicos

— DO —

Estado do Paraná

— Director : — *Dario Vellozo* —

ANNO IV — Curitiba, Julho e Agosto de 1909 — N. 2 e 3

SUMMULA :

I— <i>Uma Questão de Grammatica</i> , Dr. Euzebio Mota	41
II— <i>Subsidios Pedagogicos</i> , Dario Vellozo	46
III— <i>Syntaxologia</i> , Conego Braga	62
IV— <i>Lyceo de Curitiba</i> , R.	71
V— <i>Ensino agricola</i>	76
VI— <i>A Lingoa Portugueza</i>	78
VII— <i>As Escolas</i> , Rachel Prado	79
VIII— <i>A nossa revista</i>	80

Assignaturas :

Anno 6\$000

Semestre 4\$000

REDACÇÃO:—**Rua Silva Jardim, n. 103**

ESCRITORIO:—**Rua Voluntarios da Patria n. 67**

Dr. Victor de Amaral



A ESCOLA

PUBLICAÇÃO MENSAL

Estados Unidos do Brazil

Revista do Gremio dos Professores Publicos

— DO —

Estado do Paraná

— Director : — *Dario Vellozo* —

ANNO V — Curitiba, Janeiro a Março de 1910 — N. 1 a 3

SUMMULA :

Pag.

I— <i>A sentença iniqua</i> ,—Lourenço de Souza	121
II— <i>Congresso Pedagogico</i> —Lourenço de Souza	122
III— <i>Congresso dos Professores Publicos</i> — A Comissão	123
IV— <i>As Theses</i>	126
V— <i>O Novo regulamento</i> —V. S.	132
VI— <i>Le temps passe</i> —Georgina Mongruel	133
VII— <i>Centenario de Alexandre Herculano</i>	135
VIII— <i>Simple opinio</i> —Antonia Reginato Vianna	136
IX— <i>Pagina</i> —Alcidio Ribeiro	138
X— <i>O paradigma dos verbos portuguezes</i> —Despanterio J. ^o	139
XI— <i>O fuzilamento de Ferrer</i> —J. A. de Barros Junior	143
XII— <i>Ferrer e seu Methodo</i>	144
XIII— <i>A Reforma da Escola</i> —Francisco Ferrer	146
XIV— <i>Escolas publicas na America do Norte</i> —G. Luverno Bickerstaph—A. R., A. M.	152
XV— <i>Reminiscencias</i> —Olivio Livio, (Dr. Ermelino de Leão)	153
XVI— <i>O somno da creança</i> —Esculapio	162
XVII— <i>Educação Moral</i>	164
XVIII— <i>Assistencia á infancia desvalida</i> —Vinicius	166
XIX— <i>Devastação das florestas</i>	168
XX— <i>A fructicultura em relação com a hygiene</i>	170
XXI— <i>Novos professores</i>	172
XXII— <i>O «Self-Governement» na Escola</i>	173
XXIII— <i>Instrução no Paraná</i>	175
XXIV— <i>Sintaxilogia</i> —Conego Braga	177
XXV— <i>Estudos sobre a letra</i> —A—Verissimo de Soza	185

Assignaturas :

Anno 6\$000 .. Semestre. . . 4\$000

REDACÇÃO:—Praça Zacarias, n. 3

ESCRITORIO:—Rua Voluntarios da Patria n. 76

SECÇÃO PERMANENTE

Instrução Publica do Paraná

Secretario do Interior : Coronel Luiz Xavier.
 Director Geral : Dr. Jayme Reis.
 Inspector da Capital : Dr. José M. Pinheiro Lima.
 Secretario : José Conrado de Souza.

Directoria do Gremio dos Professores

Presidente : Julio Theodorico Guimarães.
 1.º Secretario : Verissimo de Souza.
 2.º Secretario : Lourenço de Souza.
 Thesoureiro : Brazilio Costa.

«A Escola»

O *Noticiario*—a cargo do Professor Lourenço de Souza.
 O *Expediente official*—a cargo do Prof. Francisco Guimarães.
Secretaria — a cargo do Professor Verissimo de Souza.
Expedição — a cargo dos professores Julio T. Guimarães e
 Brazilio C. Costa.

A *Escola* deixará de publicar artigos que não tragam a assinatura do auctor.

A inteira responsabilidade dos artigos fica aos seus signatarios.
 A *Redacção* não é solidaria com as ideas dos srs. collaboradores.

Aos Srs. Collaboradores pedimos enviar os trabalhos, até 15 de cada mez, á Redacção :—Rua Silva Jardim, 177.

O thesoureiro do Gremio acha-se á disposição dos srs. socios para o recebimento de suas mensalidades, nesta Capital, á rua Misericórdia n.º 5.

Os membros da Directoria oferecem seus serviços aos srs. socios para o fim de receberem seus vencimentos.

Os srs. socios que quizerem utilizar-se desses serviços queiram enviar-nos procurações devidamente legalizadas, bem como instruções referentes á remessa do dinheiro.

Escolas publicas do districto da Capital, professores que as regem e logares onde funcionam

Cadeiras para o sexo masculino :

- 1.ª Brazilio Ovidio da Costa—Rua Garibaldi.
- 2.ª Verissimo de Souza—Batel.—Escola Cruz Machado.
- 3.ª Lourenço de Souza—Grupo Xavier da Silva.
- 4.ª Julio Theodorico Guimarães—Escola Oliveira Bello.
- 5.ª Lindolpho P. da Rocha Pombo—Grupo Xavier da Silva.

Cadeiras para o sexo feminino :

- 1.ª Julia Wanderley Petrich—Escola Tiradentes.
- 2.ª Maria da Luz Ascensão—Rua Marechal Deodoro.
- 3.ª Esther Pereira—Rua Visconde de Guarapuava.
- 4.ª Itacelina Teixeira—Avenida Luiz Xavier.
- 5.ª Alexandrina Pereira—Rua America.

ANNO V—Coritiba, Julho a Dezembro de 1910—Ns. 7 a 12

A ESCOLA

Revista do Gremio dos Professores Publicos do Estado do Paraná

A Escola

Com o presente fasciculo, completa "A Escola" o V anno de sua preciosa publicidade.

Deixando hoje o cargo de seo Director, cabe-me agradecer aos Surs. Collaboradores, á Imprensa, ao Magisterio em geral o concurso bello e bom que me prestaram, assim podendo eo coaservar-me á altura do cargo que se me havia confiado.

Saude e Fraternidade.

Dario Vellozo.

Retiro Saudoso, 23 de Novembro de 1910.